

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA	08/02/2024 17:02 (v 10.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	90364/2023	60043.000166 /2023-56

1. Definição do objeto

ESTE ARTEFATO É UMA CÓPIA DO TR DIGITAL Nº 69/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de terceirizados para apoio e suporte às atividades da área de comunicação social, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR ESTIMADO R\$		
						UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
01	01	Jornalista	5380	Posto	06	13.454,72	80.728,32	968.739,84
	02	Publicitário	5380	Posto	02	12.398,21	24.796,42	297.557,04
	03	Editor de mídia audiovisual	5380	Posto	02	18.311,48	36.622,96	439.475,52
	04	Operador de câmera	5380	Posto	01	13.752,25	13.752,25	165.027,00
	05	Design gráfico	5380	Posto	03	17.039,11	51.117,33	613.407,96

	06	Operador de mídia audiovisual	5380	Posto	01	15.188,20	15.188,20	182.258,40
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO R\$							2.666.465,76	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. O objeto desta licitação, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de trata o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133 /2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a falta ou interrupção na prestação dos serviços podem comprometer as condições e os meios necessários para que a Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Defesa (ASCOM/MD) cumpra sua missão institucional, prevista no Art. 7º do Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023, promovendo a divulgação institucional das ações, projetos e programas do Ministério da Defesa e dos órgãos vinculados à pasta, de forma eficiente, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando as informações contidas no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (6860822), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA: 1288
- IV) Classe/Grupo: 911 - Serviços Administrativos do Governo
- V) Identificador da Futura Contratação: 110404-90364/2023.

2.3. Conforme Despacho n 157/SEORI/SG-MD (6852111) foi autorizado o remanejamento desse processo para utilização do PCA 2024.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (6860822), apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Certifica-se que o serviço de comunicação social do Ministério da Defesa continuará a ser prestado pelos servidores da Assessoria Especial de Comunicação Social, na forma do art. 20-A, §3º, da Lei nº 12.232, de 2010, e que a pretendida

contratação visa obter serviços de **apoio e suporte** às atividades de gestão estratégica da comunicação institucional por eles desempenhadas e sempre sob sua supervisão, tal como admitido pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria nº 443, de 2018 c/c art. 2º do Decreto nº 9.507, de 2018.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI /MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, Critérios e práticas de sustentabilidade e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada – Setembro/2023.

#### Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.9. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.10. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### Vistoria Facultativa

4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 14 horas às 18 horas, precedendo até o último dia útil da data da Seção Pública.

4.13. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.1. A vistoria apenas será iniciada após a devida identificação do representante da empresa junto à Coordenação de Segurança – COSEG, deste Ministério da Defesa.

4.14.2. As vistorias serão sempre realizadas com um licitante por vez, não sendo permitida a vistoria em grupo de empresas.

4.14.3. O prazo estipulado para a realização da vistoria é aquele entre a data de divulgação do processo licitatório e abertura do certame;

4.14.4. É de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua realização;

4.14.5. A licitada deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do local de trabalho para o cumprimento pleno das obrigações objeto da licitação;

4.14.6. É permitido que eventuais vistorias possam ser realizadas por qualquer preposto da licitante, a fim de ampliar a competitividade do certame, acompanhado por representante deste Ministério da Defesa, designado para esse fim;

4.14.7. A vistoria não é onerosa, todavia as despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso de a sede da empresa localizar-se fora do Distrito Federal, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la;

4.14.8. A vistoria facultativa, não cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão-somente, franquear a oportunidade para que as licitadas exerçam o direito ao exame “*in loco*”, já que, nas fases licitatória e contratual, não poderão alegar o desconhecimento de condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas;

4.14.9. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas; e

4.14.10. Para realização da vistoria facultativa, o agendamento deverá ser realizado previamente pelo telefone (61) 3312-5642 e/ou pelo endereço de e-mail: [ascom@defesa.gov.br](mailto:ascom@defesa.gov.br) com o responsável **SC Thyago, Integrante Técnico**.

4.15. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Orientações para preenchimento e envio da Planilha de Custos e Formação de Preços**

4.17. A planilha deverá permanecer fidedignamente aos moldes do anexo VII-D da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, alterada pela Instrução Normativa MPDG nº 07, de 20 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

4.18. A licitada deverá, obrigatoriamente, realizar o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, seguindo as seguintes orientações:

4.18.1. Estabelecer base de cálculo para:

4.18.1.1. Salário Base;

4.18.1.2. Adicional de insalubridade e periculosidade, se for o caso;

4.18.1.3. Submódulo 2.1;

4.18.1.4. Submódulo 2.2;

4.18.1.5. Submódulo 2.3;

4.18.1.6. Módulo 3;

4.18.1.7. Módulo 4;

4.18.1.8. Módulo 5, quando for o caso;

4.18.1.9. Módulo 6

4.18.1.10. Custos indiretos/despesas administrativas;

4.18.1.11. Lucro; e

4.18.1.12. Tributos

4.18.2. Fixar percentuais máximos unitários.

4.18.3. Encaminhamento da planilha de custos no formato Excel (aos moldes do anexo VII-D da IN/SEGES – MPDG nº 5/2017), no que couber, com memória de cálculo e cédula destravada;

4.18.4. Preenchimento do Quadro 2.

4.18.5. Preenchimento do Quadro 3.

4.18.6. Preenchimento do Quadro 4.

4.19. Na elaboração da Planilha de Custo e Formação de Preços, quando a Licitante tributada pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, deverá detalhar os componentes dos seus custos as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

4.19.1. As empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes, podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

4.19.2. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

4.19.. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

Categorias de profissionais

4.20. Para a perfeita execução do serviço, o enquadramento das categorias profissionais que serão alocados pela contratada dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme as atividades descritas nos Apêndices V e VI deste artefato.

Da segurança Institucional:

4.21. A CONTRATADA deverá entregar à Administração Central do Ministério da Defesa AC/MD, um portfólio de cada funcionário, que prestará serviço na ASCOM/MD, contendo 1 (uma) foto 3X4 (atualizada) e uma cópia da Carteira de Identidade, no ato da assinatura do Contrato.

4.21.1. Observando, ainda, a Instrução Normativa SEORI/SG-MD nº 15, de 27 de fevereiro de 2023, que estabelece os procedimentos para regular o acesso de pessoas nas dependências Bloco “Q” (Edifício-Sede) e do Edifício Anexo ao Bloco “O” do Ministério da Defesa (MD), e para guarda de dados de acesso que integram o serviço de segurança institucional; e

4.21.2. Os ocupantes dos postos de terceirizados deverão, obrigatoriamente, durante toda a sua permanência nas instalações da AC/MD manter utilização de crachás de forma visível e que os identifiquem como funcionários da CONTRATADA.

4.31. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, atender às Normas de Política de Segurança da Informação da Administração Central do Ministério da Defesa – POSIN-MD, conforme a Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022.

4.32. Assinatura dos Termos de Responsabilidade e de Confidencialidade, Apêndices IX e X, respectivamente, e entrega conforme a data estipulada no Cronograma de Realização do Serviço, no subitem 5.1.3. deste artefato.

4.33. A CONTRATADA demonstrará que assegurará o tratamento de dados pessoais e/ou institucionais quanto a segurança das informações do âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contém informações), cumprindo o disposto na POSIN-MD e a observância da Lei geral de Proteção de Dados (LGDP), conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações, quando cabível.

4.34. Os Gestores e/ou Fiscais integrantes ao processo e que serão coautores do tratamento de dados pessoais, manterão os graus de sigilo adequados em relação aos dados pessoais de terceiros.

Das jornadas de trabalho:

4.35. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e maior efetividade da gestão e fiscalização contratual, a contratação dos postos de trabalhos abrange os seguintes requisitos básicos:

4.35.1. Para o Jornalista;

4.35.1.1. Jornada de trabalho de 35 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, nos setores de promoção, assessoria de imprensa e relacionamento com a imprensa, agência defesa e digital da Assessoria Especial de Comunicação Social. Jornada de trabalho e piso salarial conforme Convenção Coletiva de Trabalho, Apêndice IV deste Termo de Referência.

4.35.2. Para o Publicitário;

4.35.2.1. Jornada de trabalho de 44 horas semanais, a serem cumpridas de forma contínua, no setor de publicidade e propaganda da Assessoria Especial de Comunicação Social. Jornada de trabalho conforme Convenção Coletiva de Trabalho, Apêndice IV deste Termo de Referência. Piso salarial conforme pesquisa de mercado realizada pela ASCOM/MD.

4.35.3. Para o Editor de Mídia Audiovisual;

4.35.3.1. Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, no setor de foto imagem e edição de mídia audiovisual da Assessoria Especial de Comunicação Social. Jornada de trabalho e piso salarial conforme Convenção Coletiva de Trabalho, Apêndice IV deste Termo de Referência.

4.35.4. Para o Operador de Câmera;

4.35.4.1. Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, no setor de foto imagem e edição de mídia audiovisual da Assessoria Especial de Comunicação Social. Jornada de trabalho e piso salarial conforme Convenção Coletiva de Trabalho, Apêndice IV deste Termo de Referência.

4.35.5. Para o Design Gráfico;

4.35.5.1. Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, no setor de publicidade e propaganda da Assessoria Especial de Comunicação Social. Jornada de trabalho e piso salarial conforme Convenção Coletiva de Trabalho, Apêndice IV deste Termo de Referência.

4.35.6. Para o Operador de Mídia Audiovisual;

4.35.6.1. Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, no setor de foto imagem e edição de mídia audiovisual da Assessoria Especial de Comunicação Social. Jornada de trabalho e piso salarial conforme Convenção Coletiva de Trabalho, Apêndice IV deste Termo de Referência.

4.36. A CONTRATADA deverá observar todos os parágrafos das referidas cláusulas de cada convenções.

4.36.1. A jornada de trabalho deverá basear-se nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias economicamente envolvidas e, entretanto, verifica-se, ainda, que a empresa CONTRATADA deverá ajustá-la sob orientação técnica de seus Gestores e Fiscais de Contrato, observadas as exigências e obrigações estabelecidas nos instrumentos que regem esta contratação e em conformidade com os horários definidos pela Administração.

4.36.1.1. Conforme entendimento do TCU, no Informativo de Licitações e Contratos nº 369.

*“Na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante pode utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o **enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante**, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, § 2º, da CLT e art. 8º, inciso II, da Constituição Federal).”* Grifo nosso

4.37. Banco de Horas Excedentes

4.37.1. A principal função do banco de horas excedente é permitir que a empresa e o terceirizado tenham uma maior flexibilização e autonomia da jornada de trabalho, junto a especificidade única e particular da atividade de comunicação social.

4.37.2. O sistema de compensação de jornada tem o objetivo de viabilizar a adoção da compensação por banco de horas excedente para o terceirizado, substituindo o pagamento do adicional de horas extras por folgas compensatórias ou diminuição de horas da jornada.

4.37.3. As horas excedentes no banco de horas para posteriores folgas compensatórias ou diminuição de horas da jornada terá os seguintes critérios mínimos:

4.37.3.1. Somente em casos excepcionais quando ocorrer situações eventuais de acionamento para serviços fora da jornada normal, e/ou inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, devidamente autorizado pela chefia ou responsável competente da ASCOM/MD.

4.37.3.2. Deverá ser informado para a CONTRATADA previamente, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas anteriores as compensações, mediante documento formalizado e assinado pelos responsáveis do Contrato.

4.37.3.3. Nos casos que houverem as compensações, essas deverão obrigatoriamente serem gozadas até ao final do mês subsequente, desde que não exceda, o período máximo de 30 (trinta) dias, podendo ou não ser acumuladas com o objetivo de serem vinculadas e/ou emendadas junto com férias, feriados, dispensas, licenças, pontos facultativos, concessões e entre outros a critério da autoridade competente junto à gestão do Contrato.

4.37.4. O banco de horas excedente deverá ser regulamentado de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em seu artigo 59, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de março de 1943.

4.37.5. O banco de horas poderá ser adotado se tiver previsto na Convenção Coletiva do posto de trabalho.

4.37.6. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada (banco de horas), não implicará em posteriores pagamentos de horas extras.

4.37.7. O(s) fiscal(is) e/ou gestores do Contrato realizarão anotações próprias para fiscalização, gerenciamento e controle da implementação do banco de horas do empregado, juntamente com preposto da CONTRATADA.

4.37.8. Ressalta-se que deverão ser respeitados os limites previstos na legislação e/ou na Convenção Coletiva da categoria, apêndice IV deste Termo de Referência.

4.37.9. Será exercido controle efetivo da frequência diária e das horas trabalhadas, exigidos dos fiscais e/ou gestores do Contrato exames detalhados prévios ao atesto das informações contidas no controle de frequência exercidos pelos funcionários da empresa e somente serão efetuados os pagamentos dos períodos efetivamente trabalhados, conforme Acórdão nº 1.330/2008 – TCU – Plenário.

4.37.10. O excedente de horas não remuneradas entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista no dissídio da categoria envolvida, ou de horas não remuneradas trabalhadas em um dia, será compensado pela correspondente diminuição em outra jornada diária dentro do mês ou, na impossibilidade, no mês subsequente, conforme acordo, Convenção Coletiva de Trabalho da carga envolvida.

4.37.10.1. A CONTRATADA deverá encaminhar alteração no quadro de empregados, o acordo individual escrito ou o acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho que determine e regule a compensação de horas aos Gestores do Contrato antes do início da execução dos serviços e, durante a execução, sempre que houver alteração posterior; e

4.37.10.2. Caso haja acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho autorizando a banco de horas, deverá ser apresentado o acordo individual escrito antes do início da execução dos serviços e, durante a execução, sempre que houver alteração posterior.

#### Do Controle de Jornada

4.38. A CONTRATADA adotará preferencialmente pelo Sistema de Controle de Jornada de Trabalho o controle por Biometria, porém fica facultado a CONTRATADA determinar outros meios alternativos de controle.

4.38.1. Conforme consta em algumas convenções coletivas de trabalhos;

"Parágrafo Único – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do artigo 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2º da Portaria nº. 373 de 25/02 /2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP." Grifo nosso.

#### Da jornada adicional

4.39. Em casos excepcionais em que a necessidade de funcionamento dos postos de trabalho ultrapasse o horário de expediente, tendo em vista as particularidades intrínsecas da Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Defesa - ASCOM /MD, a jornada de trabalho poderá ser excedida em até 2 (duas) horas, no máximo, sem pagamento de adicional extraordinário, até o limite das 20 (vinte) horas, sem pagamento de adicional noturno, com compensação em forma de "saldo" positivo no banco de horas excedente.

#### Da cobertura de férias

4.40. A alocação de funcionários para cobertura de férias, fora dos períodos indicados acima, dependerá de decisão da CONTRATANTE, mediante comunicação prévia, com emissão de Ordem de Serviço - OS específica.

4.40.1. Deverá repor o posto do funcionário de acordo com as mesmas atribuições, características do posto e funções da mesma CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), Apêndice V deste Termo de Referência, para a qual foi contratado.

Da substituição nas ausências

4.41. Substituir, no prazo de até 4 **(quatro) horas**, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

Da redução da Nota Fiscal - NF por falta de cobertura

4.42. No período em que o posto de trabalho permanecer sem a efetiva cobertura, o valor da Nota Fiscal – NF será reduzido para retratar o custo dos postos em efetiva operação.

Das vedações - não é permitido:

4.43. A utilização de equipamentos eletrônicos como: Rádios, equipamentos de som, MP3 ou similares.

4.44. Desordem, indisciplina e falta de asseio das instalações e demais dependências acessíveis.

4.45. Utilização de jogos de azar, disputa, algazarra ou passa tempos nas instalações da AC/MD.

4.46. A saída de “ materiais carga” sem a autorização.

4.47. A entrada e/ou consumo de bebidas alcoólicas.

4.48. A entrada de animais nas instalações da AC/MD.

4.49. Fumar (cigarros, cigarros eletrônicos, “pods”, vapes, narguilé e entre outros) dentro das instalações da AC/MD.

4.50. Ofender a ordem moral, nem encerrar críticas pessoais, políticas ou religiosas a outros servidores e funcionários.

4.51. Entrada a andares e/ou setores de área restrita, sem a devida autorização da autoridade competente.

4.52. O uso de adereços (tais como: chapéus, bonés, colares, brincos chamativos e camisas de times/equipes/ propaganda política, religiosa ou que façam apologias a crimes).

4.53. Portar-se de maneira desleixada tais como: Se exceder nas gesticulações, falar em tom elevado, sentar-se de forma displicente, ausentar-se sem justa necessidade do posto de trabalho no setor definido em período demasiadamente longo.

Requisitos da Contratação:

4.54. *Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), com qualificação e formação profissional por execução de serviço de características semelhantes, após o firmamento do Contrato e dentro do prazo estabelecido no subitem 5.1.3.1, também abaixo indicado(s):*

4.54.1. Para o jornalista: Profissional com registro de jornalista no Ministério do Trabalho e Emprego, com curso de nível superior (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação), na área de comunicação social com habilitação em jornalismo. Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses na atividade de comunicação social exercidas em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.

4.54.2. Para o publicitário: Profissional com curso superior em comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda ou marketing, reconhecido pelo ministério da Educação. Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.

4.54.3. Para o editor de mídia audiovisual: Formação mínima de nível médio e cursos profissionalizantes, oferecidos por instituições de formação profissional. Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de edição de mídia audiovisual em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.

4.54.4. Para o operador de câmera: Nível médio e cursos profissionalizantes, oferecidos por instituições de formação profissional. Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de edição de mídia audiovisual em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.

- 4.54.5. Para o design gráfico: Curso superior de tecnologia na área ou bacharelado em design gráfico, reconhecido pelo Ministério da Educação. Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de design gráfico em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.
- 4.54.6. Para o operador de mídia audiovisual: Nível médio e cursos profissionalizantes, oferecidos por instituições de formação profissional. Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de mídia audiovisual em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, ressaltando-se que o serviço de comunicação social do órgão continuará a ser prestado pelos servidores da ASCOM, os terceirizados trabalharão no apoio e suporte dessa Assessoria.
- 5.1.2.1. Para os serviços de Jornalista: A atividade será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências definidas no item 6.1. do ETP (6860822), apêndice deste Termo de Referência, sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.
- 5.1.2.2. Para os serviços de publicitário: A atividade será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências definidas no item 6.1. do ETP (6860822), apêndice deste Termo de Referência, sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.
- 5.1.2.3. Para os serviços de editor de mídia audiovisual: A atividade será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências definidas no item 6.1. do ETP (6860822), apêndice deste Termo de Referência, sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.
- 5.1.2.4. Para os serviços de Operador de câmera: A atividade será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências definidas no item 6.1. do ETP (6860822), apêndice deste Termo de Referência, sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.
- 5.1.2.5. Para os serviços de Design gráfico: A atividade será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências definidas no item 6.1. do ETP (6860822), apêndice deste Termo de Referência, sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.
- 5.1.2.6. Para os serviços de Operador de mídia audiovisual: A atividade será executado de acordo com as atribuições, descrições, características e exigências definidas no item 6.1. do ETP (6860822), apêndice deste Termo de Referência, sendo-lhes vedado executar qualquer uma das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. Para efeito de planejamento, o cronograma das ações seguirá a seguinte ordem para os terceirizados:

CRONOGRAMA		
Ordem	Eventos	Prazo

1	Assinatura do Contrato.	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para tal.
2	1. Apresentação do preposto à AC/MD, para firmar, juntamente com a fiscalização, o Termo de Abertura do Livro; e de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do Contrato relativo à sua competência.	Em até 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato.
3	1. Apresentação dos requisitos de qualificação profissional; 2. Apresentação do portfólio de cada funcionário (a), que prestará serviço na AC/MD, contendo 1 (uma) foto 3X4 (atualizada) e uma cópia da Carteira de Identidade; e 3. Assinatura e entrega do <b>Termo de Responsabilidade (Apêndice IX)</b> e do <b>Termo de Confidencialidade (Apêndice X)</b> .	Em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.
4	Apresentação, para conferência e identificação pelo CONTRATANTE:  1. Da relação dos empregados, contendo nome completo, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);  2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos, devidamente assinada pela CONTRATADA;  3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.	No 1ª (primeiro) mês da prestação dos serviços.
5	Apresentação de todos os profissionais que irão prestar o serviço na AC/MD.	No 1ª (primeiro) dia útil após a apresentação dos requisitos de qualificação profissional.

5.1.4. Deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos na tabela acima, no mínimo, os eventos relacionados.

#### Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Brasília – DF, Esplanada do Ministérios, Ministério da Defesa – MD (Bloco “Q” - Edifício-sede do Ministério da Defesa – MD) e de forma eventual, em toda a região do Distrito Federal-DF, de maneira a alcançar outras instalações e atividades ligadas à Pasta, cabendo ao Ministério da Defesa realizar às tratativas logísticas e o custeio das despesas com deslocamentos realizados pelos terceirizados para atendimento de demanda.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. No horário de expediente do contratante, conforme o item 4.35. deste artefato que determina a jornada de trabalho dos terceirizados.

#### Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo

5.4.1. A execução contratual observará as rotinas de acordo com a sua Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, Tabela de Atividades e Descrições, características e exigências para cada posto específico, conforme apêndices V e VI, respectivamente.

5.4.2. As atividades que serão desenvolvidas nas rotinas dos postos desta contratação não serão objeto de execução indireta na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que estão discriminadas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019 e o art. 3º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

5.4.2.1. Deste modo, o objeto a ser contratado não incorrerá em irregularidades na terceirização, pois não fere as legislações previstas que envolvem a contratação.

5.4.3. Ademais, conforme consta no inc. VI, do art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, serão preferencialmente objeto de execução indireta a “Comunicação social, incluindo jornalismo, publicidade, relações públicas e cerimonial, diagramação, design gráfico, webdesign, edição, editoração e atividades afins; ” (grifo nosso).

“Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.” (grifo nosso).

5.4.4. A execução contratual ocorrerá, ainda, conforme o inc. XVI, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 que:

- 5.4.4.1. Os empregados do Contrato fiquem a disposição nas dependências do CONTRATANTE para a prestação dos serviços;
- 5.4.4.2. O CONTRATADO não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros Contratos; e
- 5.4.4.3. O CONTRATADO possibilite a fiscalização pelo CONTRATANTE quanto à distribuição e serviços prestados dos recursos humanos alocados aos seus Contratos.

5.4.3. Nesta senda, a prestação dos serviços terceirizados não criará vínculo com a Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional com os empregados da CONTRATADA que possa caracterizar pessoalidade e subordinação direta, de acordo com as bases legais vigentes.

5.4.4. Para viabilizar a execução das tarefas caberá a ASCOM/MD, realizar os ajustes das atividades dos terceirizados no momento de elaboração dos serviços. Conforme consta no inciso II, artigo 5º da Instrução Normativa nº 05/17.

"Art. 5º É vedado à administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada , a exemplo de:

II - exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário;" (grifo nosso)

**Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Não se aplica.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem previsão de início dos serviços contratados para 01 de julho de 2024 e como base as seguintes características:

5.6.1. Para os postos de jornalista, publicitário, editor de mídia audiovisual, operador de câmera, design gráfico e operador de mídia audiovisual, conforme segue:

Unidade de Locação	Profissionais	Qtd. Total de Postos
Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Defesa - ASCOM/MD	Jornalista	06
	Publicitário	02
	Editor de Mídia Audiovisual	02
	Operador de Câmera	01
	Design Gráfico	03
	Operador de Mídia audiovisual	01
TOTAL		15

5.6.2. O salário de referência para o Jornalista será de R\$ 5.684,29 (cinco mil seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos), conforme piso salarial para jornada de 5 horas diárias + 2 horas extras, tornando a duração normal de trabalho 7 (sete) horas diárias, de acordo com o que preconiza o Art. 304 da consolidação das leis do trabalho, a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025 nº DF000447/2023, apêndice IV deste artefato, e site do sindicato dos Jornalistas DF, endereço eletrônico: <https://www.sjpdf.org.br/pisos-salariais>, considerando uma jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais, constando o valor de referência na Planilha de Custos e Formação de Preços. As

propostas não deverão ser inferiores ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho para posto de trabalho correspondente.

5.6.3. O salário de referência para o Publicitário será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme pesquisa de mercado realizada pela área técnica da ASCOM/MD, levando em consideração os salários pagos pelo mercado de trabalho à profissionais com a expertise exigida e experiência profissional requisitada. Para uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, estando a referida pesquisa (6602715) citada no Estudo Técnico Preliminar da contratação, e figurando anexo tal documento nos autos do processo, constando o valor de referência na Planilha de Custos e Formação de Preços, a Jornada de trabalho regulamentada pela Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 nº DF000266/2023, apêndice IV deste artefato. As propostas não deverão ser inferiores ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho para posto de trabalho correspondente.

5.6.4. O salário de referência para o Editor de Mídia Audiovisual será de R\$ 7.538,01 (sete mil e quinhentos e trinta e oito reais e um centavo), conforme Cláusula Terceira - Salário Mínimo da Categoria e Pisos Salariais, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000111/2023, apêndice IV deste artefato, considerando uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, constando o valor de referência na Planilha de Custos e Formação de Preços, apêndice II deste Termo de Referência. As propostas não deverão ser inferiores ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho para posto de trabalho correspondente.

5.6.5. O salário de referência para o Operador de câmera será de R\$ 5.533,15 (cinco mil e quinhentos e trinta e três reais e quinze centavos), conforme Cláusula Terceira - Salário Mínimo da Categoria e Pisos Salariais, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000111/2023, apêndice IV deste artefato, considerando uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, constando o valor de referência na Planilha de Custos e Formação de Preços, apêndice II deste Termo de Referência. As propostas não deverão ser inferiores ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho para posto de trabalho correspondente.

5.6.6. O salário de referência para o Design Gráfico será de R\$ 6.978,51 (seis mil e novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme Cláusula Terceira - Pisos Salariais por Função, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000209/2023, apêndice IV deste artefato, considerando uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, constando o valor de referência na Planilha de Custos e Formação de Preços, apêndice II deste Termo de Referência. As propostas não deverão ser inferiores ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho para posto de trabalho correspondente.

5.6.7. O salário de referência para o Operador de Mídia Audiovisual será de R\$ 6.164,61 (seis mil e cento e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme Cláusula Terceira - Salário Mínimo da Categoria e Pisos Salariais, da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 nº DF000111/2023, apêndice IV deste artefato, considerando uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, constando o valor de referência na Planilha de Custos e Formação de Preços, apêndice II deste Termo de Referência. As propostas não deverão ser inferiores ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho para posto de trabalho correspondente.

5.7. *Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

## **Uniformes**

5.8. Não se aplica

## **Da apresentação da Proposta e suas peculiaridades**

5.9. A proposta de preços, deverá conter as especificações detalhadas do objeto ora licitado, informando ainda, os seguintes dados:

5.9.1. No mínimo identificação da Empresa e responsável, endereço comercial, dados do Órgão licitante, prazo de confecção da proposta e data de validade da proposta, sendo que a proposta não deverá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da abertura da licitação; e

5.9.1.2. Conter preços unitários, mensais e anuais, valor global dos serviços, tendo como expressão monetária a moeda corrente nacional, conforme modelo da Planilha de Custo e Formação de Preços definidos em sua respectiva Pasta de Cargos (Anexo III – Cargos), sendo vedada a oferta de valor zero em qualquer dos itens. Em caso de divergência entre os valores unitários, mensais e anuais, serão considerados os primeiros e entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último.

5.9.2. Preenchimento e entrega das Declarações anexas ao Termo de Referência, assim como todos os outros documentos necessários e pertinentes para participação da licitação.

5.9.3. Apresentação das planilhas de composição de preços para as categorias profissionais.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

5.10.1. O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.10.2. O CONTRATADO deverá observar a obrigatoriedade de contratação e a forma de recontração dos colaboradores alocados no Contrato nº **023/2022MD**, à empresa CONTRATADA, para disponibilização de mão de obra terceirizada, Design gráfico e Editor de Mídia Audiovisual, conforme disposições contidas nas CCT 2023/2023 nº DF000209/2023, cláusula vigésima nona - incentivo à continuidade, e CCT 2023/2023 nº DF000111/2023 cláusula quadragésima, respectivamente para cada profissão.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto e Comunicação**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.1. O preposto deverá apresentar-se formalmente, para fins de conhecimento, para todos os funcionários da CONTRATADA.

6.6.2. Deverá ser indicado mediante declaração com mínimo, as seguintes informações: Nome completo, nº do CPF, nº do Documento Nacional de Identidade, nº de telefone, e-mail, foto 3x4 (atualizada), além dos documentos relacionados à sua qualificação profissional de competência para tratar dos assuntos do Contratos.

6.7. Não há necessidade da CONTRATADA manter preposto no local da execução do objeto durante o período da vigência do contrato.

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8.1. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8.2. O preposto deverá apresentar-se ao respectivo órgão fiscalizador, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do Contrato relativo à sua competência;

- 6.8.3. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 6.8.4. Atender prontamente, sem ônus para à AC/MD, quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto deste instrumento; e
- 6.8.5. A CONTRATADA deverá fornecer à AC/MD, com a finalidade de apreciação e aplicação no que couber, seu conjunto de normas, na forma de regulamento interno da empresa, conforme citado no art. 444, do Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- 6.8.6. Em caso de substituição do preposto indicado, a CONTRATADA deverá notificar a decisão formal e previamente junto a CONTRATANTE, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias, salvo em casos excepcionais, bem como comprovar a devida qualificação do substituto.
- 6.8.7. É necessário que a CONTRATADA disponha de preposto devidamente atribuído para atendimento imediato das solicitações com a responsabilidade pelo pleno gerenciamento e execução dos serviços, pela distribuição das tarefas entre a equipe, devendo este desempenhar as seguintes funções essenciais para o bom andamento dos serviços:
- 6.8.7.1. Viabilizar, exigir e fiscalizar o bom desempenho dos serviços prestados;
- 6.8.7.2. Cobrar e fornecer a assiduidade e pontualidade dos empregados, cientificando previamente ao responsável qualquer alteração de horário;
- 6.8.7.3. Providenciar, junto à CONTRATADA, a substituição, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, de quaisquer dos empregados, em casos de ausência ao serviço, mantendo a efetiva continuidade da prestação;
- 6.8.7.4. Providenciar a correção de falhas registradas pelos responsáveis do CONTRATANTE;
- 6.8.7.5. Propor a implementação de modificações estratégicas na execução, em face da efetividade na prestação dos serviços;
- 6.8.7.6. Adotar as providências necessárias e suficientes à regular prestações dos serviços;
- 6.8.7.7. Apresentar a exigir de seus empregados os cumprimentos de todas as normas internas de segurança ou comportamentais eventualmente existentes no âmbito do Ministério da Defesa – MD;
- 6.8.7.8. Realizar a administração direta dos profissionais postos à disposição do Órgão CONTRATANTE para fins de prestações dos serviços em questão; e
- 6.8.7.9. Quando ocorrer eventuais necessidades de reuniões/orientações com os empregados, o preposto deverá difundir as informações de forma antecipada os gestores do Contrato.

#### **Rotinas de Fiscalização**

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **Fiscalização Técnica**

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice VII para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei n. 14.133/2021](#). ([IN05/17 - art. 62](#))

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1. Cabe à fiscalização do Contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

6.26.2. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do Contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

6.26.3. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

6.26.4. O acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, verificando a conformidade das prestações dos serviços e técnicas dos empregados, assegurando o perfeito cumprimento dos ajustes, verificando a regularização das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Contratos do Órgão para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, dentre outros;

6.26.5. Desta forma, o conjunto das atividades de gestão e fiscalização compete ao Gestor da execução do Contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário.

6.26.6. Todos os Agentes das atividades de Gestão e Fiscalização da execução contratual deverão realizar de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.26.7. Fiscalização minuciosamente acurada para análises de banco de horas.

6.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

- 6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.33.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.33.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Gestor do Contrato**

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **Fiscalização Inicial**

6.41. No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha-resumo de todo o Contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no Órgão ou Entidade, divididos por Contrato, com os seguintes dados: Nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, e faltas. Devendo ser observado a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.

6.42. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) será feita pela totalidade. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do Contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos Contratos de trabalho.

6.43. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no Contrato administrativo.

6.44. O salário não pode ser inferior ao previsto no Contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

6.45. Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

6.46. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação prevista no subitem 6.33.1.1., devidamente autenticada.

6.47. Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato.

#### **Fiscalização Mensal**

6.48. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.49. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.50. Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme Lei nº 14.133/2021, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Diária**

6.51. Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

6.51.1. Exceto para os casos que se enquadrem nos previstos no subitem 5.4.4. deste artefato.

6.52. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

6.53. Devem ser conferidos, pela totalidade, diariamente, os empregados terceirizados (todos os postos) que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

#### **Fiscalização**

6.54. A Administração deverá solicitar, aos empregados (todos os postos), que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.

6.54.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, quando for devido;

6.54.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade; e

6.54.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato.

6.55. A Administração deverá solicitar, aos empregados terceirizados (todos os postos) os extratos da conta do FGTS, os quais devem ser entregues à Administração.

6.56. O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o “efeito surpresa” e o benefício da expectativa do controle.

6.57. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

6.57.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

6.57.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

6.57.3. Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

6.57.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de Lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice VII, disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3.1. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para a verificação do resultado, quanto às qualidades e quantidades pactuadas.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Aferição e redimensionamento dos pagamentos quanto às qualidades e os resultados das prestações dos serviços que não forem produzidos com os resultados mínimos esperados;

7.4.2. Mensuração dos serviços, constando critérios e metodologias de avaliação dos mesmos por meio de parâmetros claros e objetivos;

7.4.3. Fixação da mensuração das prestações dos serviços por resultados;

7.4.4. Fixação dos procedimentos e dos critérios de mensuração dos serviços prestados, abrangendo métricas, indicadores, valores aceitáveis e entre outros;

7.4.5. Quantificação e/ou a estimativa prévia do volume de serviços demandados, para fins de comparação e não controle;

7.4.6. Definição de metodologia de avaliação de adequação dos serviços, com vistas a aceitação e pagamento;

7.4.7. Utilização de um instrumento de controle, consolidado na solicitação de serviços; e

7.4.8. Acompanhamento e fiscalização realizados concomitante a execução dos serviços, com vistas a evitar distorções na aplicação dos critérios.

#### **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice à Convenção Coletiva de Trabalho - CCT para correção monetária, quando as atualizações fizerem referência ao posto de trabalho.

#### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

**Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador****Conta-Depósito Vinculada**

7.43. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.44. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.45. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.46. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.47. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.48. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.48.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.48.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.48.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.48.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.48.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.49. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.49. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.50. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.51. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.52. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina *exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.*

7.53. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.54. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.55. A escolha do modelo Conta-Depósito Vinculada se justifica por ser a mais segura para a Administração, como registrado no caderno de Logística a Conta-Depósito;

*"É ferramenta já institucionalizada e sedimentada. Sua utilização em muito contribui para a garantia de cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas dos empregados alocados na prestação dos serviços, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato." (grifo nosso, página 8)*

7.55.1. A escolha foi definida pelo histórico de outros contratos da AC/MD, realizados através de Edital com pagamento pela conta-depósito vinculada, terem sido encerrados com sanções, e os empregados tiveram os direitos pagos mediante a utilização da Conta-Depósito. Neste caso concreto podemos citar os seguintes contratos.

7.55.1.1. Contrato nº 17/2012 – rescindido dia 08.10.17, Objeto: Serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e manutenção de áreas verdes. (60585.001089/2011-91)

7.55.1.2. Contrato emergencial nº 001/2017 – rescindido dia 31/05/2017, Objeto: prestação de serviços nas áreas de Ajudante de cozinha, Garçom, Cozinheiro, Auxiliar de serviços gerais e Motoristas. (60583.003555/2016-05)

7.55.1.3. Contrato nº 009/2017 – rescindido dia 31/10/2017, Objeto: prestação de serviços nas áreas de Ajudante de cozinha, Garçom, Cozinheiro, Auxiliar de serviços gerais e Motoristas. (60583.000030/2017-91)

7.55.1.4. Contrato nº 010/2017 – rescindido dia 30/08/2017, Objeto: serviços de auxiliar administrativo. (60583.001976/2016-93).

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO.

#### Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Apêndice VIII deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27. Em consonância com a Mensagem SIASG nº 087917/DELOG/MDPG/2018 - Diretrizes Gerais para Elaboração do Ato Convocatório, o licitante deve deixar disponível, caso se entenda pela necessidade de comprovação por meio documental dos atestados, todas as informações necessárias e legítimas que demonstrem/comprovem que àqueles atestados apresentados têm veracidade.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.28. Comprovação de aptidão na gestão de mão de obra, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 ( três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.29.1.1. A comprovação que já executou objeto de gestão de mão de obra, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, com no mínimo o número de postos de 50% (cinquenta) do número total de postos pretendido a serem contratados, podendo ser aceito somatório de atestados, nos termos do item 10.6, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.29.1.2. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata este subitem acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, nos termos do item 10.6.1, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022. Contudo, não serão aceitos atestados cujos prazos de execução estejam sobrepostos.

8.30. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.31. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.35. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.36. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do item 10.8, do Anexo VII-A da IN SEGES /MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

8.37. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 2.666.465,76

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.666.465,76 (*dois milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos*).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **10. Adequação orçamentária**

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 52101;

II) Fonte de Recursos: 0100 ;

III) Programa de Trabalho: 05.122.2108.2000.0001 (Administração da Unidade);

IV) Elemento de Despesa: 39.90.37;

V) PTRES: 017.5696 (Gabinete do Ministro);

## 11. Apêndice

- 11.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar - ETP Digital nº 17/2024 (6860822);
- 11.2. Apêndice II - Planilhas;
- 11.3. Apêndice III - Histórico de Consumo;
- 11.4. Apêndice IV - Convenções Coletivas de Trabalho;
- 11.5. Apêndice V - Classificação Brasileira de Ocupações;
- 11.6. Apêndice VI - Relatório - Tabelas de Atividades;
- 11.7. Apêndice VII - Instrumento de Medição de Resultado - IMR;
- 11.8. Apêndice VIII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;
- 11.9. Apêndice IX - Termo de Responsabilidade;
- 11.10. Apêndice X - Termo de Confidencialidade;
- 11.11. Apêndice XI - Declaração de Vistoria Facultativa;
- 11.12. Apêndice XII - Declaração da Licitante;
- 11.13. Apêndice XIII - Termo de Conciliação Judicial; e
- 11.14. Apêndice XIV - Autorização para Abertura de Conta Vinculada.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD Nº 3740, DE 17 DE JULHO DE 2023

**HEMERSON THYAGO GOMES ALVES**

Equipe de Planejamento da Contratação - Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 08/02/2024 às 14:57:10.*

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD Nº 3740, DE 17 DE JULHO DE 2023

**NEYTON ARAUJO PINTO**

Equipe de Planejamento da Contratação - Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 08/02/2024 às 15:07:50.*

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD N° 3740, DE 17 DE JULHO DE 2023

**UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA**

Equipe de Planejamento da Contratação - Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 08/02/2024 às 13:48:33.*

**PRISCILA LEITE DE MESQUITA NOVAES MENDONCA**

Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social



*Assinou eletronicamente em 08/02/2024 às 14:38:52.*

**ODILON MAZZINI JUNIOR**

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais – DESEG



*Assinou eletronicamente em 08/02/2024 às 14:00:12.*

**FABRICIO FELICIO ZAMPA**

Ordenador de Despesas - Substituto



*Assinou eletronicamente em 08/02/2024 às 17:02:56.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice\_atualizado.pdf (8.33 MB)

**Anexo I - Apendice\_atualizado.pdf**

Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Quantidades de postos	Valor mensal do posto	Valor anual do posto
(A)		(B)	(C )	(D) = (B X C)	(E) = (D X 12 MESES)
1	Jornalista	R\$ 13.454,72	6	R\$ 80.728,32	R\$ 968.739,84
2	Publicitário	R\$ 12.398,21	2	R\$ 24.796,42	R\$ 297.557,04
3	Editor audiovisual	R\$ 18.311,48	2	R\$ 36.622,96	R\$ 439.475,52
4	Operador de Câmera	R\$ 13.752,25	1	R\$ 13.752,25	R\$ 165.027,00
5	Design Gráfico	R\$ 17.039,11	3	R\$ 51.117,33	R\$ 613.407,96
7	Operador de mídia audiovisual	R\$ 15.188,20	1	R\$ 15.188,20	R\$ 182.258,40
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS POR POSTOS</b>					<b>R\$ 2.666.465,76</b>

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Número do Processo:		60043.000166/2023-56			
Número da Licitação:					
Data do Pregão:		Horário:			
Descrição do Serviço:		Posto de serviço - Jornalista			
▶ Município (s) da prestação de serviço		Brasília - DF			
▶ Número de meses de execução inicial do contrato:		12 Meses			
▶ Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		2023			
▶ Unidade de medida		SERVIÇO			
▶ Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):		6			
<div>Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.</div> <div>Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.</div>					
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA					
1	Salário Normativo da Categoria Profissional:			R\$ 5.684,29	
2	Categoria profissional (vinculada a execução contratual)			Jornalista	
3	Data base da categoria			SI/DPDF	
4	Código Brasileiro de Ocupações - CBO			2611-25	
<div>Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.</div> <div>Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.</div>					
Módulo 01 – Composição da Remuneração				VALOR	
A	Salário Base			R\$ 5.684,29	
B	Adicional de Periculosidade	CLT arts 193 e segs - CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00	
C	Adicional de Insalubridade	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII			
		Base de cálculo: Salário mínimo	Min. =10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%		
D	Adicional Noturno			R\$ 0,00	
E	Adicional de Hora Noturna reduzida			R\$ 0,00	
G	Outros (especificar)			R\$ 0,00	
Valor da Remuneração				R\$ 5.684,29	
<div>Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.</div> <div>Nota 2: Para o empregado que labore a jornada 12x36, em caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 74 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando o alínea "G". (Revogado pela IN nº 7/2018).</div>					
Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários					
Submódulo 2.1 – 13º, (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias					
A	13º Salário		8,33%	R\$ 473,50	
B	Férias e Adicional de férias		12,10%	R\$ 687,80	
Total			20,43%	R\$ 1.161,30	
<div>Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).</div> <div>Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.</div> <div>Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018).</div> <div>Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.</div>					
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					
A	INSS		20,00%	R\$ 1.369,12	
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 102,68	
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 68,46	
D	INCRA		0,20%	R\$ 13,69	
E	Salário educação		2,50%	R\$ 171,14	
F	FGTS		8,00%	R\$ 547,65	
G	RAT	1%	FAP: 3,00000	3,00%	R\$ 205,37
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 41,07	
Total			36,80%	R\$ 2.519,18	
<div>Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.</div> <div>Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.</div> <div>Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018)</div>					
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários					
A	Transporte			R\$ 0,00	
B	Auxílio Refeição/ Alimentação			R\$ 407,00	
C	Assistência Médica e Familiar			R\$ 0,00	
D	Odontológico			R\$ 0,00	
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez			R\$ 0,00	
F	Seguro de vida em grupo			R\$ 0,00	
G	Benefício natalidade			R\$ 0,00	
H	Outros (especificar)			R\$ 0,00	
I	Outros (especificar)			R\$ 0,00	
Total				R\$ 407,00	
<div>Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (desconto o valor eventualmente pago pelo empregado).</div> <div>Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.</div>					
Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diário					
2.1	13º Salário, férias e adicional de férias		20,43%	R\$ 1.161,30	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		36,80%	R\$ 2.519,18	
2.3	Benefícios Mensais e diários			R\$ 407,00	
Total			57,23%	R\$ 4.087,48	
Módulo 3 – Provisão para rescisão					
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	R\$ 23,87	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		0,03%	R\$ 1,91	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		3,35%	R\$ 190,42	
D	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	R\$ 110,28	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	R\$ 40,58	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,65%	R\$ 36,95	
Total			7,11%	R\$ 404,01	
<div>Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.</div> <div>Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.</div>					
Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente					
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais					
A	Substituto na cobertura de Férias		1,62%	R\$ 92,09	
B	Substituto na Ausências Legais		1,39%	R\$ 79,01	
C	Substituto na Licença paternidade		0,02%	R\$ 1,14	
D	Ausência por acidente do trabalho		0,33%	R\$ 18,76	
E	Substituto na Afastamento Maternidade		0,02%	R\$ 1,14	
F	Substituto na ausência por doença		0,00%	R\$ 0,00	
Total			3,38%	R\$ 192,14	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada					
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação			R\$ 0,00	
Total				R\$ 0,00	
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 192,14	
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00	
Total				R\$ 192,14	
Módulo 05 – Insumos Diversos				Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)			R\$ 0,00	
B	Equipamento	(custo mensal por empregado)		R\$ 0,00	
C	Material	(custo mensal por empregado)		R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)	---		R\$ 0,00	
Total de Insumos Diversos				R\$ 0,00	
Nota: Valores mensais por empregado.					
Módulo 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos				VALOR	
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas		4,00%	R\$ 414,72	
B	Lucro		7,00%	R\$ 754,78	
C	Tributos	Alíquota		R\$ 1.169,50	
		Tributos Federais	PIS: 1,65%	222,00	
			COFINS: 7,60%	1.022,56	
			CPRB: 0,00%	0,00	
		Tributos Municipais	ISSQN: 5,00%	672,74	
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos			14,25%	25,25%	R\$ 3.086,80
<div>Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.</div> <div>Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.</div>					
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					Valor (R\$)
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração				R\$ 5.684,29
B	MÓDULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				R\$ 4.087,48
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisão				R\$ 404,01
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente				R\$ 192,14
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos				R\$ 0,00
Subtotal (A+B+C+D+E)					R\$ 10.367,92
F	MÓDULO 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos				R\$ 3.086,80
Valor total proposto por empregado					R\$ 13.454,72
3 – QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço	Valor proposto por empregado	Empregados por posto	Valor proposta por posto	Qtde de postos	Valor total do serviço
(A)	(B)	(C)	(D) = (B) x (C)	(E)	(F) = (D) x (E)
Jornalista	R\$ 13.454,72	01	R\$ 13.454,72	06	R\$ 80.728,32
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 80.728,32
Valor Anual dos Serviços					R\$ 968.739,84
					Fator K
					R\$ 2,37

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Número do Processo:		60043.000166/2023-56				
Número da Licitação:						
Data do Pregão:		Horário:				
Descrição do Serviço:		Posto de publicitário				
▶ Município (s) da prestação de serviço		Brasília - DF				
▶ Número de meses de execução contratual:				12 Meses		
▶ Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo				2023		
▶ Unidade de medida				SERVIÇO		
▶ Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):				2		
<b>Nota 1:</b> Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.						
<b>Nota 2:</b> As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.						
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA						
1	Salário Normativo da Categoria Profissional:			R\$ 5.000,00		
2	Categoria profissional (vinculada a execução contratual)			Publicitário		
3	Data base da categoria			Pesquisa de Mercado (6602715)		
4	Código Brasileiro de Ocupações - CBO			2531-15		
<b>Nota 1:</b> Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.						
<b>Nota 2:</b> A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.						
Módulo 01 – Composição da Remuneração				VALOR		
A	Salário Base OBS: Salário estimado com base em pesquisa de mercado.			R\$ 5.000,00		
B	Adicional de Periculosidade	CLT art.s 193 e segs ;CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00		
C	Adicional de Insalubridade	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII				
		Base de cálculo: Salário mínimo	Mín. =10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%			
D	Adicional Noturno			R\$ 0,00		
E	Adicional de Hora Noturna reduzida			R\$ 0,00		
G	Outros (especificar)			R\$ 0,00		
Valor da Remuneração				R\$ 5.000,00		
<b>Nota 1:</b> O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.						
<b>Nota 2:</b> Para o empregado que labora a jornada 42x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 74 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G” (Revogado pela IN nº 7/2018).						
Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários						
Submódulo 2.1 – 13º. (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias						
A	13º Salário		8,33%	R\$ 416,50		
B	Férias e Adicional de férias		12,10%	R\$ 605,00		
Total			20,43%	R\$ 1.021,50		
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).						
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.						
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018). Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.						
A	INSS		20,00%	R\$ 1.204,30		
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 90,32		
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 60,22		
D	INCRA		0,20%	R\$ 12,04		
E	Salário educação		2,50%	R\$ 150,54		
F	FGTS		8,00%	R\$ 481,72		
G	RAT	1%	FAP: 3,00000	3,00%	R\$ 180,65	
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 36,13		
Total			36,80%	R\$ 2.215,92		
<b>Nota 1:</b> Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
<b>Nota 2:</b> O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
<b>Nota 3:</b> Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018)						
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários						
A	Transporte			R\$ 0,00		
B	Auxílio Refeição/ Alimentação			R\$ 792,00		
C	Assistência Médica e Familiar			R\$ 0,00		
D	Odontológico			R\$ 0,00		
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez			R\$ 0,00		
F	Seguro de vida em grupo			R\$ 0,00		
G	Benefício natalidade			R\$ 0,00		
H	Outros (especificar)			R\$ 0,00		
I	Outros (especificar)			R\$ 0,00		
Total				R\$ 792,00		
<b>Nota 1:</b> O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).						
<b>Nota 2:</b> Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.						
Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diário						
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias		20,43%	R\$ 1.021,50		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		36,80%	R\$ 2.215,92		
2.3	Benefícios Mensais e diários			R\$ 792,00		
Total			57,23%	R\$ 4.029,42		
Módulo 3 – Provisão para rescisão						
A	Aviso Prévio Indenizado			0,42%	R\$ 21,00	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado			0,03%	R\$ 1,68	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			3,35%	R\$ 167,50	
D	Aviso Prévio Trabalhado			1,94%	R\$ 97,00	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,71%	R\$ 35,70	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,65%	R\$ 32,50	
Total			7,11%	R\$ 355,38		
<b>Nota 1:</b> Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.						
<b>Nota 2:</b> Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.						
Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente						
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais						
A	Substituto na cobertura de Férias			1,62%	R\$ 81,00	
B	Substituto na Ausências Legais			1,39%	R\$ 69,50	
C	Substituto na Licença paternidade			0,02%	R\$ 1,00	
D	Ausência por acidente do trabalho			0,33%	R\$ 16,50	
E	Substituto na Afastamento Maternidade			0,02%	R\$ 1,00	
F	Substituto na ausência por doença			0,00%	R\$ 0,00	
Total			3,38%	R\$ 169,00		
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada						
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação				R\$ 0,00	
Total				R\$ 0,00		
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
4.1	Substituto nas Ausências Legais				R\$ 169,00	
4.2	Substituto na Intrajornada				R\$ 0,00	
Total				R\$ 169,00		
Módulo 05 – Insumos Diversos						
Valor (R\$)						
A	Uniformes (custo mensal por empregado)			R\$ 0,00		
B	Equipamento (custo mensal por empregado)			R\$ 0,00		
C	Material (custo mensal por empregado)			R\$ 0,00		
D	Outros (especificar)			R\$ 0,00		
Total de Insumos Diversos				R\$ 0,00		
<b>Nota:</b> Valores mensais por empregado.						
Módulo 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos				VALOR		
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas			4,00%	R\$ 382,15	
B	Lucro			7,00%	R\$ 695,52	
C	Tributos			Alíquota	R\$ 1.077,67	
	Tributos Federais	PIS:	1,65%	14,25%	204,57	
		COFINS:	7,60%		942,26	
		CPRB:	0,00%		0,00	
	Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%	619,91		
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos			14,25%	25,25%	R\$ 2.844,41	
<b>Nota 1:</b> Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
<b>Nota 2:</b> O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)		
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração			R\$ 5.000,00		
B	MÓDULO 02 –Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			R\$ 4.029,42		
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisao			R\$ 355,38		
D	MÓDULO 04 – Custo de reposicao do profissional ausente			R\$ 169,00		
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos			R\$ 0,00		
Subtotal (A+B+C+D+E)				R\$ 9.553,80		
F	MÓDULO 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos			R\$ 2.844,41		
Valor total proposto por empregado				R\$ 12.398,21		
3 – QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Empregados por posto	Valor proposta por posto	Qtde de postos	Valor total do serviço
(A)		(B)	(C)	(D) = (B) x (C)	(E)	(F) = (D) x (E)
publicitário		R\$ 12.398,21	01	R\$ 12.398,21	02	R\$ 24.796,42
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 24.796,42
Valor Anual dos Serviços						R\$ 297.557,04
Fator K						
R\$ 2,48						

VT R\$5,50 por trecho, sendo ida e volta pago por dia. Mediante requisição do empregado sendo descontado 0,06% do salário.  
CCT 2023    pago 22 dias faturamento.

Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017  
"Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública."

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS  
Fórmulas  
Anterior =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56))) = 5%  
Atual =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56))) = 4%

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Número do Processo:		60043.000166/2023-56				
Número da Licitação:						
Data do Pregão:				Horário:		
Descrição do Serviço:		Posto de serviço - Editor de mídia audiovisual				
▶ Município (s) da prestação de serviço		Brasília - DF				
▶ Número de meses de execução contratual:					12 Meses	
▶ Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo					2023	
▶ Unidade de medida					SERVIÇO	
▶ Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):					2	
<b>Nota 1:</b> Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.						
<b>Nota 2:</b> As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.						
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA						
1	Salário Normativo da Categoria Profissional:				R\$ 7.538,01	
2	Categoria profissional (vinculada a execução contratual)				Editor de mídia audiovisual	
3	Data base da categoria				SINRAD/DF	
4	Código Brasileiro de Ocupações - CBO				3744-05	
<b>Nota 1:</b> Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.						
<b>Nota 2:</b> A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.						
Módulo 01 – Composição da Remuneração					VALOR	
A	Salário Base			R\$ 7.538,01		
B	Adicional de Periculosidade	CLT art.s 193 e segs ;CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00		
C	Adicional de Insalubridade	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII	Base de cálculo: Salário mínimo	Mín. =10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%		
D	Adicional Noturno					
E	Adicional de Hora Noturna reduzida			R\$ 0,00		
G	Outros (especificar)			R\$ 0,00		
Valor da Remuneração					R\$ 7.538,01	
<b>Nota 1:</b> O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.						
<b>Nota 2:</b> Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT); o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”- (Revogado pela IN nº 7/2018).						
Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários						
Submódulo 2.1 – 13º. (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias						
A	13º Salário			8,33%	R\$ 627,92	
B	Férias e Adicional de férias			12,10%	R\$ 912,10	
Total				20,43%	R\$ 1.540,02	
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).						
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.						
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018). Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.						
A	INSS			20,00%	R\$ 1.815,61	
B	SESI ou SESC			1,50%	R\$ 136,17	
C	SENAI ou SENAC			1,00%	R\$ 90,78	
D	INCRA			0,20%	R\$ 18,16	
E	Salário educação			2,50%	R\$ 226,95	
F	FGTS			8,00%	R\$ 726,24	
G	RAT	1%	FAP:	3,00000	3,00%	R\$ 272,34
H	SEBRAE			0,60%	R\$ 54,47	
Total				36,80%	R\$ 3.340,72	
<b>Nota 1:</b> Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
<b>Nota 2:</b> O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
<b>Nota 3:</b> Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018)						
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários						
A	Transporte				R\$ 0,00	
B	Auxílio Refeição/ Alimentação				R\$ 901,12	
C	Assistência Médica e Familiar				R\$ 0,00	
D	Odontológico				R\$ 0,00	
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez				R\$ 0,00	
F	Seguro de vida em grupo				R\$ 0,00	
G	Benefício natalidade				R\$ 0,00	
H	Outros (especificar)				R\$ 0,00	
I	Outros (especificar)				R\$ 0,00	
Total				R\$ 901,12		
<b>Nota 1:</b> O valor informado deverá ser o custo real do benefício (desconto o valor eventualmente pago pelo empregado).						
<b>Nota 2:</b> Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.						
Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diário						
2.1	13º Salário, férias e adicional de férias			20,43%	R\$ 1.540,02	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			36,80%	R\$ 3.340,72	
2.3	Benefícios Mensais e diários				R\$ 901,12	
Total				57,23%	R\$ 5.781,86	
Módulo 3 – Provisão para rescisão						
A	Aviso Prévio Indenizado			0,42%	R\$ 31,66	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado			0,03%	R\$ 2,53	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			3,35%	R\$ 252,52	
D	Aviso Prévio Trabalhado			1,94%	R\$ 146,24	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,71%	R\$ 53,82	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,65%	R\$ 49,00	
Total				7,11%	R\$ 535,77	
<b>Nota 1:</b> Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.						
<b>Nota 2:</b> Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.						
Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente						
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais						
A	Substituto na cobertura de Férias			1,62%	R\$ 122,12	
B	Substituto na Ausências Legais			1,39%	R\$ 104,78	
C	Substituto na Licença paternidade			0,02%	R\$ 1,51	
D	Ausência por acidente do trabalho			0,33%	R\$ 24,88	
E	Substituto na Afastamento Maternidade			0,02%	R\$ 1,51	
F	Substituto na ausência por doença			0,00%	R\$ 0,00	
Total				3,38%	R\$ 254,80	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada						
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação				R\$ 0,00	
Total				R\$ 0,00		
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
4.1	Substituto nas Ausências Legais				R\$ 254,80	
4.2	Substituto na Intrajornada				R\$ 0,00	
Total					R\$ 254,80	
Módulo 05 – Insumos Diversos					Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)			R\$ 0,00		
B	Equipamento	(custo mensal por empregado)			R\$ 0,00	
C	Material	(custo mensal por empregado)			R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)				R\$ 0,00	
		--			R\$ 0,00	
Total de Insumos Diversos				R\$ 0,00		
<b>Nota:</b> Valores mensais por empregado.						
Módulo 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos					VALOR	
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas			4,00%	R\$ 564,42	
B	Lucro			7,00%	R\$ 1.027,24	
C	Tributos			Alíquota	R\$ 1.591,66	
	Tributos Federais		PIS:	1,65%	302,14	
			COFINS:	7,60%	1.391,67	
			CPRB	0,00%	0,00	
	Tributos Municipais		ISSQN:	5,00%	915,57	
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos				14,25%	25,25%	R\$ 4.201,04
<b>Nota 1:</b> Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
<b>Nota 2:</b> O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					Valor (R\$)	
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração				R\$ 7.538,01	
B	MÓDULO 02 –Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				R\$ 5.781,86	
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisao				R\$ 535,77	
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente				R\$ 254,80	
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos				R\$ 0,00	
Subtotal (A+B+C+D+E)					R\$ 14.110,44	
F	MÓDULO 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos				R\$ 4.201,04	
Valor total proposto por empregado					R\$ 18.311,48	
3 – QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Empregados por posto	Valor proposta por posto	Qtde de postos	Valor total do serviço
(A)		(B)	(C)	(D) = (B) x (C)	(E)	(F) = (D) x (E)

CCT 2023

VT R\$55,50 por trecho, sendo ida e volta pago por dia. Mediante requisição do empregado sendo descontado 0,06% do salário.

CCT 2023    pago 22 dias faturamento.

Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017

“Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS

Fómulas  
Anterior =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56)) = 5%  
Atual =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56)) = 4%

Editor de mídia audiovisual	R\$ 18.311,48	01	R\$ 18.311,48	02	R\$ 36.622,96
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 36.622,96
Valor Anual dos Serviços					R\$ 439.475,52
					Fator K
					R\$ 2,43

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Número do Processo:		60043.000166/2023-56				
Número da Licitação:						
Data do Pregão:		Horário:				
Descrição do Serviço:		Posto de serviço - Operador de câmera				
▶		Município (s) da prestação de serviço		Brasília - DF		
▶		Número de meses de execução contratual:				12 Meses
▶		Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo				2023
▶		Unidade de medida				SERVIÇO
▶		Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):				1
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.						
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da						
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO-DE-OBRA						
1	Salário Normativo da Categoria Profissional:				R\$ 5.533,15	
2	Categoria profissional (vinculada a execução contratual)				Operador de câmera	
3	Data base da categoria				SINDRAD/DF	
4	Código Brasileiro de Ocupações - CBO				3721-15	
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.						
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.						
Módulo 01 – Composição da Remuneração					VALOR	
A	Salário Base				R\$ 5.533,15	
B	Adicional de Periculosidade		CLT art.s 193 e segs ,CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00	
C	Adicional de Insalubridade		CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII			
			Base de cálculo: Salário mínimo	Mín. =10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%		
D	Adicional Noturno				R\$ 0,00	
E	Adicional de Hora Noturna reduzida				R\$ 0,00	
G	Outros (especificar)				R\$ 0,00	
Valor da Remuneração					R\$ 5.533,15	
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.						
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 74 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”:. (Revogado pela IN nº 7/2018).						
Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários						
Submódulo 2.1 – 13°. (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias						
A	13º Salário			8,33%	R\$ 460,91	
B	Férias e Adicional de férias			12,10%	R\$ 669,51	
	Total			20,43%	R\$ 1.130,42	
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).						
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é divido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.						
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018).						
Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.						
A	INSS			20,00%	R\$ 1.332,71	
B	SESI ou SESC			1,50%	R\$ 99,95	
C	SENAI ou SENAC			1,00%	R\$ 66,64	
D	INCRA			0,20%	R\$ 13,33	
E	Salário educação			2,50%	R\$ 166,59	
F	FGTS			8,00%	R\$ 533,09	
G	RAT	1%	FAP:	3,00000	3,00%	R\$ 199,91
H	SEBRAE			0,60%	R\$ 39,98	
	Total			36,80%	R\$ 2.452,20	
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018)						
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários						
A	Transporte				R\$ 0,00	
B	Auxílio Refeição/ Alimentação				R\$ 901,12	
C	Assistência Médica e Familiar				R\$ 0,00	
D	Odontológico				R\$ 0,00	
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez				R\$ 0,00	
F	Seguro de vida em grupo				R\$ 0,00	
G	Benefício natalidade				R\$ 0,00	
H	Outros (especificar)				R\$ 0,00	
I	Outros (especificar)				R\$ 0,00	
	Total				R\$ 901,12	
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (desconto o valor eventualmente pago pelo empregado).						
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.						
Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diário						
2.1	13°. Salário, férias e adicional de férias			20,43%	R\$ 1.130,42	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			36,80%	R\$ 2.452,20	
2.3	Benefícios Mensais e diários				R\$ 901,12	
	Total			57,23%	R\$ 4.483,74	
Módulo 3 – Provisão para rescisão						
A	Aviso Prévio Indenizado			0,42%	R\$ 23,24	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado			0,03%	R\$ 1,86	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			3,35%	R\$ 185,36	
D	Aviso Prévio Trabalhado			1,94%	R\$ 107,34	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,71%	R\$ 39,50	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado			0,65%	R\$ 35,97	
	Total			7,11%	R\$ 393,27	
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.						
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.						
Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente						
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais						
A	Substituto na cobertura de Férias			1,62%	R\$ 89,64	
B	Substituto na Ausências Legais			1,39%	R\$ 76,91	
C	Substituto na Licença paternidade			0,02%	R\$ 1,11	
D	Ausência por acidente do trabalho			0,33%	R\$ 18,26	
E	Substituto na Afastamento Maternidade			0,02%	R\$ 1,11	
F	Substituto na ausência por doença			0,00%	R\$ 0,00	
	Total			3,38%	R\$ 187,03	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada						
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação				R\$ 0,00	
	Total				R\$ 0,00	
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
4.1	Substituto nas Ausências Legais				R\$ 187,03	
4.2	Substituto na Intrajornada				R\$ 0,00	
	Total				R\$ 187,03	
Módulo 05 – Insumos Diversos					Valor (R\$)	
A	Uniformes (custo mensal por empregado)				R\$ 0,00	
B	Equipamento		(custo mensal por empregado)		R\$ 0,00	
C	Material		(custo mensal por empregado)		R\$ 0,00	
D	Outros (especificar)				R\$ 0,00	
	Total de Insumos Diversos				R\$ 0,00	
Nota: Valores mensais por empregado.						
Módulo 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos					VALOR	
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas			4,00%	R\$ 423,89	
B	Lucro			7,00%	R\$ 771,48	
C	Tributos		Aliquota		R\$ 1.195,37	
	Tributos Federais		PIS:	1,65%	14,25%	226,91
			COFINS:	7,60%		1.045,17
			CPRB	0,00%		0,00
	Tributos Municipais		ISSQN:	5,00%		687,61
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos				14,25%	25,25%	R\$ 3.155,06
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					Valor (R\$)	
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração				R\$ 5.533,15	
B	MÓDULO 02 –Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				R\$ 4.483,74	
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisao				R\$ 393,27	
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente				R\$ 187,03	
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos				R\$ 0,00	
Subtotal (A+B+C+D+E)					R\$ 10.597,19	
F	MÓDULO 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos				R\$ 3.155,06	
Valor total proposto por empregado					R\$ 13.752,25	
3 – QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Empregados por posto	Valor proposta por posto	Qtde de postos	Valor total do serviço
(A)		(B)	(C)	(D) = (B) x (C)	(E)	(F) = (D) x (E)
Operador de câmera		R\$ 13.752,25	01	R\$ 13.752,25	01	R\$ 13.752,25
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 13.752,25	
Valor Anual dos Serviços					R\$ 165.027,00	
					Fator K	
					R\$ 2,49	

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Número do Processo:		60043.000166/2023-56			
Número da Licitação:					
Data do Pregão:		Horário:			
Descrição do Serviço:		Posto de serviço - Design Gráfico			
▶ Município (s) da prestação de serviço		Brasília - DF			
▶ Número de meses de execução contratual:		12 Meses			
▶ Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		2023			
▶ Unidade de medida		SERVIÇO			
▶ Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):		3			
<b>Nota 1:</b> Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.					
<b>Nota 2:</b> As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.					
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA					
1	Salário Normativo da Categoria Profissional:			R\$ 6.978,51	
2	Categoria profissional (vinculada a execução contratual)			Desim Gráfico	
3	Data base da categoria			SEAC/ STIG	
4	Código Brasileiro de Ocupações - CBO			2624-10	
<b>Nota 1:</b> Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.					
<b>Nota 2:</b> A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.					
Módulo 01 – Composição da Remuneração				VALOR	
A	Salário Base			R\$ 6.978,51	
B	Adicional de Periculosidade	CLT art.s 193 e segs ;CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00	
C	Adicional de Insalubridade	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII			
		Base de cálculo: Salário mínimo	Mín. =10%   Méd. = 20%   Máx. = 40%		
D	Adicional Noturno			R\$ 0,00	
E	Adicional de Hora Noturna reduzida			R\$ 0,00	
G	Outros (especificar)			R\$ 0,00	
Valor da Remuneração				R\$ 6.978,51	
<b>Nota 1:</b> O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.					
<b>Nota 2:</b> Para o empregado que labora a jornada 42x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 74 da CLT); o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”. (Revogado pela IN nº 7/2018).					
Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários					
Submódulo 2.1 – 13º, (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias					
A	13º Salário		8,33%	R\$ 581,31	
B	Férias e Adicional de férias		12,10%	R\$ 844,40	
Total			20,43%	R\$ 1.425,71	
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).					
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é divido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.					
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018).					
Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.					
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					
A	INSS		20,00%	R\$ 1.680,84	
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 126,06	
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 84,04	
D	INCRA		0,20%	R\$ 16,81	
E	Salário educação		2,50%	R\$ 210,11	
F	FGTS		8,00%	R\$ 672,34	
G	RAT	1%	FAP: 3,00000	3,00%	R\$ 252,13
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 50,43	
Total			36,80%	R\$ 3.092,76	
<b>Nota 1:</b> Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.					
<b>Nota 2:</b> O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.					
<b>Nota 3:</b> Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018)					
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários					
A	Transporte			R\$ 0,00	

CCT 2023

VT R\$5,50 por trecho, sendo ida e volta pago por dia. Mediante requisição do empregado sendo descontado 0,06% do salário.

B	Auxílio Refeição/ Alimentação		R\$ 901,12
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 0,00
D	Odontológico		R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez		R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo		R\$ 0,00
G	Benefício natalidade		R\$ 0,00
H	Outros (especificar)		R\$ 0,00
I	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total			R\$ 901,12
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.			
Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diário			
2.1	13°. Salário, férias e adicional de férias	20,43%	R\$ 1.425,71
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	36,80%	R\$ 3.092,76
2.3	Benefícios Mensais e diários		R\$ 901,12
Total		57,23%	R\$ 5.419,59
Módulo 3 – Provisão para rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 29,31
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 2,34
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,35%	R\$ 233,78
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 135,38
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 49,82
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	R\$ 45,36
Total		7,11%	R\$ 495,99
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.			
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.			
Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais			
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 113,05
B	Substituto na Ausências Legais	1,39%	R\$ 97,00
C	Substituto na Licença paternidade	0,02%	R\$ 1,40
D	Ausência por acidente do trabalho	0,33%	R\$ 23,03
E	Substituto na Afastamento Maternidade	0,02%	R\$ 1,40
F	Substituto na ausência por doença	0,00%	R\$ 0,00
Total		3,38%	R\$ 235,88
Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada			
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ 0,00
Total			R\$ 0,00
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ 235,88
4.2	Substituto na Intra jornada		R\$ 0,00
Total			R\$ 235,88
Módulo 05 – Insumos Diversos			
			Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)		R\$ 0,00
B	Equipamento	(custo mensal por empregado)	R\$ 0,00
C	Material	(custo mensal por empregado)	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos			R\$ 0,00
Nota: Valores mensais por empregado.			
Módulo 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos			VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas		R\$ 525,20
B	Lucro		R\$ 955,86
C	Tributos		R\$ 1.481,06
	Tributos Federais	PIS: 1,65%	281,15
		COFINS: 7,60%	1.294,97
		CPRB: 0,00%	0,00
	Tributos Municipais	ISSQN: 5,00%	851,96
		14,25%	

CCT 2023    pago 22 dias faturamento.

Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017

"Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos

Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos

que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública."

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS

Fórmulas

Anterior =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56)) = 5%

Atual =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56)) = 4%

Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos		14,25%	25,25%	R\$ 3.909,14	
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)	
A	MODULO 01 – Composição da Remuneração			R\$ 6.978,51	
B	MODULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			R\$ 5.419,59	
C	MODULO 03 – Provisão para rescisao			R\$ 495,99	
D	MODULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente			R\$ 235,88	
E	MODULO 05 – Insumos diversos			R\$ 0,00	
Subtotal (A+B+C+D+E)				R\$ 13.129,97	
F	MODULO 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos			R\$ 3.909,14	
Valor total proposto por empregado				R\$ 17.039,11	
3 – QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço	Valor proposto por empregado	Empregados por posto	Valor proposta por posto	Qtde de postos	Valor total do serviço
(A)	(B)	(C)	(D) = (B) x (C)	(E)	(F) = (D) x (E)
Design Gráfico	R\$ 17.039,11	01	R\$ 17.039,11	03	R\$ 51.117,33
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 51.117,33
Valor Anual dos Serviços					R\$ 613.407,96
					Fator K
					R\$ 2,44

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Número do Processo:

60043.000166/2023-56

Número da Licitação:

Data do Pregão:

Horário:

Descrição do Serviço:

Posto de serviço - Operador de Mídia Audiovisual

▶

Município (s) da prestação de serviço

Brasília - DF

▶

Número de meses de execução contratual:

12 Meses

▶

Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo

2023

▶

Unidade de medida

SERVIÇO

▶

Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):

1

Nota 1:

Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2:

As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO-DE-OBRA

1

Salário Normativo da Categoria Profissional:

R\$ 6.164,61

2

Categoria profissional (vinculada a execução contratual)

Operador de Mídia Audiovisua

3

Data base da categoria

SINRAD/DF

4

Código Brasileiro de Ocupações - CBO

3731-05

Nota 1:

Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2:

A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 01 – Composição da Remuneração

VALOR

A

Salário Base

R\$ 6.164,61

B

Adicional de Periculosidade

CLT art.s 193 e segs ;CF art. 7º 30%

R\$ 0,00

C

Adicional de Insalubridade

CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII  
Base de cálculo: Salário mínimo | Mín. = 10% | Méd. = 20% | M

D

Adicional Noturno

R\$ 0,00

E

Adicional de Hora Noturna reduzida

R\$ 0,00

G

Outros (especificar)

R\$ 0,00

Valor da Remuneração

R\$ 6.164,61

Nota 1:

O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2:

Para o empregado que labora a jornada 12x36; em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 74 da CLT); o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”.

Revogado pela IN nº 7/2018).

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários

Submódulo 2.1 – 13º, (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias

A

13º Salário

8,33%

R\$ 513,51

B

Férias e Adicional de férias

12,10%

R\$ 745,92

Total

20,43%

R\$ 1.259,43

Alterou a Nota 1:

Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).

Nota 2:

O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3:

Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018).

Obs:

A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

A

INSS

20,00%

R\$ 1.484,81

B

SESI ou SESC

1,50%

R\$ 111,36

C

SENAI ou SENAC

1,00%

R\$ 74,24

D

INCRA

0,20%

R\$ 14,85

E

Salário educação

2,50%

R\$ 185,60

F

FGTS

8,00%

R\$ 593,92

G

RAT

1%

FAP:

3,00000

3,00%

R\$ 222,72

H

SEBRAE

0,60%

R\$ 44,54

Total

36,80%

R\$ 2.732,04

Nota 1:

Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

CCT2023

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018)

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		
A	Transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio Refeição/ Alimentação	R\$ 901,12
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00
D	Odontológico	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)	R\$ 0,00
I	Outros (especificar)	R\$ 0,00
Total		R\$ 901,12

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diário		
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias	20,43% R\$ 1.259,43
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	36,80% R\$ 2.732,04
2.3	Benefícios Mensais e diários	R\$ 901,12
Total		57,23% R\$ 4.892,59

Módulo 3 – Provisão para rescisão		
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42% R\$ 25,89
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03% R\$ 2,07
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,35% R\$ 206,51
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94% R\$ 119,59
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71% R\$ 44,01
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65% R\$ 40,07
Total		7,11% R\$ 438,14

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente		
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais		
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62% R\$ 99,87
B	Substituto na Ausências Legais	1,39% R\$ 85,69
C	Substituto na Licença paternidade	0,02% R\$ 1,23
D	Ausência por acidente do trabalho	0,33% R\$ 20,34
E	Substituto na Afastamento Maternidade	0,02% R\$ 1,23
F	Substituto na ausência por doença	0,00% R\$ 0,00
Total		3,38% R\$ 208,36

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada		
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	R\$ 0,00
Total		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 208,36
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
Total		R\$ 208,36

Módulo 05 – Insumos Diversos			Valor (R\$)
A	Uniformes (custo mensal por empregado)		R\$ 0,00
B	Equipamento	(custo mensal por empregado)	R\$ 0,00
C	Material	(custo mensal por empregado)	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
			R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos			R\$ 0,00

**Nota:** Valores mensais por empregado.

Módulo 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos		VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas	4,00% R\$ 468,15

VT R\$5,50 por trecho, sendo ida e volta pago por dia. Mediante requisição do empregado sendo descontado 0,06% do salário.

CCT 2023 pago 22 dias faturamento.

Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017

\*Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública."

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS

**Fórmulas**

Anterior =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56)) = 5%

Atual =(0,08\*0,5\*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3\*5/56)) = 4%

C	Lucro		7,00%	R\$ 852,03	
	Tributos		Aliquota	R\$ 1.320,18	
	Tributos Federais	PIS:	1,65%	250,61	
		COFINS:	7,60%	1.154,30	
		CPRB	0,00%	0,00	
	Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%	759,41	
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos			14,25%	25,25%	R\$ 3.484,50
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)	
A	MODULO 01 – Composição da Remuneração				R\$ 6.164,61
B	MODULO 02 –Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				R\$ 4.892,59
C	MODULO 03 – Provisão para rescisao				R\$ 438,14
D	MODULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente				R\$ 208,36
E	MODULO 05 – Insumos diversos				R\$ 0,00
Subtotal (A+B+C+D+E)					R\$ 11.703,70
F	MODULO 06 – Custos Indireto, Lucros e Tributos				R\$ 3.484,50
Valor total proposto por empregado					R\$ 15.188,20
3 – QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço	Valor proposto por empregado	Empregados por posto	Valor proposta por posto	Qtde de postos	Valor total do serviço
(A)	(B)	(C)	(D) = (B) x (C)	(E)	(F) = (D) x (E)
Operador de mídia audiovisual	R\$ 15.188,20	01	R\$ 15.188,20	01	R\$ 15.188,20
Valor Mensal dos Serviços					R\$ 15.188,20
Valor Anual dos Serviços					R\$ 182.258,40
					Fator K
					R\$ 2,46



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE III**

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD. A LICITAR 2023	QTD. ADQUIRIDA 2018	QTD. ADQUIRIDA 2019	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ADQUIRIDA 2022	QTD. DE POSTOS 2022
01	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o fornecimento mensal continuado de postos de serviço na área da comunicação social. Posto de jornalista.	06	00	00	05	01	00	06
02	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o fornecimento mensal continuado de postos de serviço na área da comunicação social. Posto de publicitário.	02	00	00	04	00	00	04
03	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o fornecimento mensal continuado de postos de serviço na área da comunicação social. Posto de editor de mídia audiovisual.	02	00	00	01	00	00	01

<b>04</b>	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o fornecimento mensal continuado de postos de serviço na área da comunicação social. Posto de operador de câmera.	01	00	00	00	00	00	00
<b>05</b>	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o fornecimento mensal continuado de postos de serviço na área da comunicação social. Posto de design gráfico.	03	00	00	01	01	00	02
<b>06</b>	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o fornecimento mensal continuado de postos de serviço na área da comunicação social. Posto de operador de mídia audiovisual.	01	00	00	00	00	00	00



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE IV**

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** DF000447/2023  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 05/07/2023  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR035741/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19980.146825/2023-14  
**DATA DO PROTOCOLO:** 04/07/2023

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF, CNPJ n. 00.031.732/0001-49, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). MARCOS FRANCISCO URUPA MORAES DE LIMA;

E

SINDICATO EMPRESAS TV RA REVISTAS JORNAIS DO D FEDERAL, CNPJ n. 26.963.439/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CAROLINE DINIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA FERNANDES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2023 a 31 de março de 2025 e a data-base da categoria em 01º de abril.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Jornalistas Profissionais do Plano da CNTEP de Empresas de Televisão, Rádio, Revistas e Jornais do DF, com abrangência territorial em DF**, com abrangência territorial em DF.

**Salários, Reajustes e Pagamento****Piso Salarial****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

A partir da folha de pagamento referente ao mês seguinte ao mês de assinatura desta CCT, o piso salarial dos jornalistas (mídia impressa e eletrônica), para a jornada de 5 (cinco) horas, passará a ser de R\$ 3.383,51 (três mil trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos).

**Reajustes/Correções Salariais****CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários contratuais dos empregados da categoria profissional de jornalistas serão reajustados da seguinte forma:

- a)** 4,36% ("quatro vírgula trinta e seis por cento") para os empregados que, em 31/03/2023, recebiam como salário (5 horas) até R\$ 4.242,15 (quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e quinze centavos).
- b)** 3,50% ("três e meio por cento") para os empregados que, em 31/03/2023, recebiam salário (5 horas) acima de R\$ 4.242,15 (quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e quinze centavos).

**Parágrafo primeiro**– Os reajustes previstos no caput desta cláusula serão aplicados/devidos a partir da folha de pagamento referente ao mês seguinte ao mês de assinatura desta CCT, sem pagamento de retroativo desde a data-base (abril/2023).

**Parágrafo segundo**– Em ambas as hipóteses de reajuste descritas no caput desta cláusula, sobre o índice ali previsto poderá ser aplicado o princípio da proporcionalidade de 1/12 avos por mês trabalhado para empregados admitidos após 1º de abril de 2022, ou seja, entre 01/04/2022 e 31/03/2023.

**Parágrafo terceiro**– Serão feitas as compensações dos reajustes ou antecipações salariais espontâneas e compulsórias concedidas no período de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023, exceto aquelas decorrentes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção, equiparação salarial e transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade.

**Parágrafo quarto** – Para o pagamento de rescisão complementar em razão do reajuste salarial, as empresas terão o prazo de até 90 (noventa) dias a contar da assinatura desta Convenção.

**Parágrafo quinto**– As empresas poderão procurar o sindicato laboral para pactuar regras específicas e individualizadas sobre o tema, caso entendam necessário.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**

Os salários deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, na conformidade da legislação pertinente.

**Parágrafo primeiro** – Após o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado, não havendo o pagamento integral dos salários, será aplicada multa de 3%.

**Parágrafo segundo** – Ocorrendo mais de um atraso de pagamento dentro do mesmo semestre, por culpa da empresa, a multa para esse segundo atraso em diante será de 4,0% (quatro por cento).

**Parágrafo terceiro** – A multa será calculada sobre o saldo devedor da remuneração que seria paga ao empregado naquele mês em que ocorreu o atraso.

**Parágrafo quarto** – A multa prevista nesta cláusula não substitui ou compensa outras penalidades previstas na legislação por atraso no pagamento dos salários, em especial, multas administrativas a serem aplicadas pelo Ministério do Trabalho.

**Parágrafo quinto** – Tendo em vista que a data-base é em abril, a apuração dos dois semestres será feita da seguinte forma: 1º semestre (abril a setembro) e 2º semestre (outubro a março).

### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA O DESCONTO EM FOLHA**

Fica expressamente autorizado às empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, quando oferecida a contraprestação, procederem ao desconto em folha de pagamento de: seguro de vida em grupo; transporte; planos médico-odontológicos com participação dos empregados nos custos; alimentação; convênios, inclusive com supermercados, farmácias e drogarias, empresas de assistência médica e clubes/agremiações, entre outros, desde que o total das consignações não exceda a 30% (trinta por cento) da remuneração, excetuando-se deste percentual os descontos decorrentes de empréstimos ou adiantamentos salariais.

**Parágrafo único**– O empregado poderá desautorizar qualquer dos descontos previstos nesta cláusula mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 dias.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

Enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, o empregado que for designado formalmente para exercê-la fará jus à diferença entre o seu salário-base e o do substituído, excluídas as vantagens pessoais, na proporção do período da substituição.

**Parágrafo único** – Para fins do disposto nesta cláusula, considera-se substituição de caráter não eventual, incluindo-se férias, a que perdurar por período igual ou superior a 20 (vinte) dias.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Outras Gratificações**

#### **CLÁUSULA OITAVA - ABONO**

Fica pactuado que não haverá, por força desta Convenção Coletiva, a obrigação de pagamento a título de abono referente ao período 2022/2023.

#### **CLÁUSULA NONA - INDENIZAÇÃO**

As empresas concederão uma indenização no valor correspondente ao último salário-base recebido, considerada a remuneração fixa, quando se tratar de despedida imotivada de empregado com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e que tenha 5 (cinco) anos ininterruptos de serviços na mesma empresa, devidamente comprovados por registro na CTPS.

**Parágrafo único** – As partes convencionam que o valor apurado a título de INDENIZAÇÃO, de que trata essa cláusula, não constitui item de remuneração, não gera reflexos de quaisquer espécies, não havendo, portanto, incidências de encargos sociais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - ABONO ESPECIAL**

Excepcionalmente nesta Convenção, fica estabelecido o pagamento de um abono especial a ser pago a todos os jornalistas.

**Parágrafo primeiro**– O valor total do abono será equivalente a um percentual do salário-base (jornada de 5 horas) do jornalista. Estes os percentuais:

- a) 14% (quatorze por cento) para os empregados que, em 31/03/2023, recebiam como salário (5 horas) até R\$ 4.242,15 (quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e quinze centavos).
- b) 10% (dez por cento) para os empregados que, em 31/03/2023, recebiam salário (5 horas) acima de R\$ 4.242,15 (quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), ficando limitado o valor total do abono a R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

**Parágrafo segundo** – Terá direito a receber abono, em seu valor total, o jornalista que tenha prestado serviço durante toda a data-base anterior (de 01/04/2022 a 31/03/2023), podendo ser aplicado o princípio da proporcionalidade de 1/12 avos por mês trabalhado durante o mencionado período.

**Parágrafo terceiro**– O abono será pago da seguinte forma:

- a) Se o abono for de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), o pagamento terá de ser feito em parcela única, no prazo de até 120 dias após a assinatura da CCT.
- b) Se o abono foi maior que R\$ 500,00 (quinhentos reais), o pagamento poderá ser feito em até 2 parcelas iguais. A primeira deverá ser paga em até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura desta CCT. A segunda deverá ser paga em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura desta CCT.

**Parágrafo quarto**— O valor pago a título de “abono especial” não integrará o salário de contribuição. Da mesma forma, não se incorpora ao contrato de trabalho e não constituirá item da remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para nenhum encargo e verba trabalhista (CLT, art. 457, §2º, c/c Lei n.º 8.212/91, art. 28, §9º, alínea “z”).

#### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

As empresas pagarão, ao seu empregado jornalista admitido até 31.03.97, um adicional por tempo de serviço de 3% (três por cento) para cada quinquênio de serviço ininterrupto prestado, limitado ao máximo de 7 (sete) quinquênios e incidente sobre o salário-base, excluídas as vantagens pessoais.

#### **Adicional Noturno**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO**

Os jornalistas que prestarem serviços em horário noturno (CLT, art. 73, parágrafo 2º) farão jus a um adicional de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do salário-hora diurno, por hora de trabalho noturno efetivada.

#### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Os repórteres-fotográficos que trabalharem em laboratórios fotográficos farão jus à adicional, a título de insalubridade, que incidirá sobre o salário mínimo nacional, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, de acordo com Laudo Pericial expedido pelo órgão competente.

#### **Participação nos Lucros e/ou Resultados**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Fica pactuado que não haverá, por força desta Convenção Coletiva, a obrigação de pagamento a título de PPR/PLR referente ao período 2022/2023.

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

As empresas fornecerão alimentação a seus empregados abrangidos pela presente Convenção na forma de vale refeição ou vale alimentação ou cesta básica, a cada mês, no valor mínimo de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), dentro dos critérios estabelecidos na Lei nº. 6.321/76 e a legislação posterior que regula o Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), inclusive no que diz respeito à participação do empregado no custeio da alimentação. A partir de 01/09/2023, o valor mínimo passará a ser de R\$ 407,00 (quatrocentos e sete reais).

**Parágrafo primeiro** – Esse benefício, seja total ou parcialmente subsidiado pela empresa, não se constitui em item da remuneração do empregado para quaisquer efeitos legais, ainda que pago em valor superior ao previsto no presente instrumento coletivo de trabalho, mantendo-se as condições mais favoráveis aos trabalhadores hoje praticadas pelas empresas.

**Parágrafo segundo** – Não haverá obrigatoriedade do fornecimento do benefício no período de férias e nos casos de afastamentos, sendo permitido, ainda, o desconto correspondente aos dias de faltas injustificadas.

**Parágrafo terceiro** – As empresas que já fornecem alimentação *in natura*, seja via restaurante, convênio ou permuta, poderão preservar a prática atual, estando desobrigada do valor disposto no caput desta cláusula, desde que a alimentação atenda às condições mínimas de calorias previstas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

## **Auxílio Transporte**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE-TRANSPORTE**

As empresas fornecerão vale-transporte a todos os jornalistas que, nos termos da legislação em vigor, o solicitarem.

**Parágrafo único** – As empresas, no que couber, ficam desobrigadas do fornecimento de vale-transporte para hipótese prevista na cláusula de “transporte noturno”.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRANSPORTE NOTURNO**

As empresas fornecerão transporte noturno aos seus empregados jornalistas que terminarem a jornada de trabalho entre 24 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte ou a iniciarem entre 1 e 5 horas, desde que inexista transporte público nesses horários.

**Parágrafo primeiro**– Fica facultado o fornecimento de auxílio combustível, em substituição ao referido transporte noturno do *caput* desta cláusula, desde que de comum acordo entre empregado e empregador.

**Parágrafo segundo** – O benefício ou vantagem que o empregado jornalista vier a receber em função desses entendimentos, não será considerado como direito pessoal permanente, nem integrará sua remuneração para qualquer efeito.

## **Auxílio Doença/Invalidez**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPLEMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA**

As empresas complementarão, a partir do 16º (décimo sexto) dia e até o 90º (nonagésimo) dia de afastamento, o salário de seus empregados jornalistas afastados por motivo de doença.

**Parágrafo primeiro**– O empregado jornalista só poderá se beneficiar dessa cobertura uma vez a cada doze meses durante a vigência da presente convenção.

**Parágrafo segundo**– Desconhecido o valor básico do benefício da Previdência, a complementação será paga em valores estimados. Se ocorrerem diferenças, a mais ou a menos, deverão ser compensadas no pagamento imediatamente posterior.

## **Auxílio Morte/Funeral**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FUNERAL**

No caso de morte do empregado jornalista, em decorrência de acidente de trabalho, o empregador reembolsará, mediante recibo, as despesas com o sepultamento no Distrito Federal. No caso de cremação, o empregador reembolsará as despesas, mediante recibo, até o valor equivalente aos custos com um sepultamento.

**Parágrafo primeiro**– Se o jornalista vier a falecer fora do Distrito Federal, em serviço, o empregador reembolsará, mediante recibo, as despesas com o sepultamento e traslado do corpo.

**Parágrafo segundo** – Estão desobrigadas de efetuar o pagamento as empresas que já possuem seguro que garantam, ao cônjuge ou dependente legal do empregado falecido, o recebimento de qualquer benefício a título de auxílio funeral.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CRECHE**

As empresas que empregarem jornalistas do sexo feminino, que não mantenham ou possuam creches ou convênios, reembolsarão, mediante recibo, as despesas com creche efetuadas, a partir do término da licença maternidade até 01 (um) dia antes de a criança completar 6 (seis) anos de idade (CF, art. 208, IV), até o valor máximo mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por filho, devendo ser apresentada a via original do recibo do estabelecimento em nome da empregada. A partir de 01/09/2023, o valor máximo mensal passará a ser de R\$ 573,98 (quinhentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).

**Parágrafo primeiro** – Estende-se o mesmo benefício ao jornalista pai, desde que ele tenha a guarda judicial do filho, comprove regime de guarda compartilhada, ou comprove a obrigatoriedade do pagamento por ordem ou acordo judicial, respeitados os demais requisitos e condições desta cláusula.

**Parágrafo segundo**– Caso a entidade conveniada não atenda integralmente crianças nas faixas etárias fixadas no *caput* desta cláusula, caberá ao empregador efetuar o reembolso creche, na forma e nos termos aqui pactuados.

**Parágrafo terceiro**– O reembolso que o empregado jornalista vier a receber em função desses entendimentos não será considerado como direito pessoal permanente, nem integrará sua remuneração para qualquer efeito, ainda que as empresas venham a adotar condição mais favorável ao estipulado nesta cláusula.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA**

As empresas farão seguro de vida em benefício dos jornalistas abrangidos por esta convenção, no valor de R\$ 16.379,23 (dezesesseis mil trezentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos), e de R\$ 9.829,45 (nove mil oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos) para cobertura de morte natural ou invalidez permanente, inclusive em viagem. A partir do mês seguinte ao mês de assinatura desta CCT, os valores passarão a ser de R\$ 17.093,36 (dezessete mil noventa e três reais e trinta e seis centavos) e R\$ 10.258,00 (dez mil duzentos e cinquenta e oito reais), respectivamente.

**Parágrafo primeiro**– Na hipótese de inexistência do seguro, as empresas indenizarão o empregado no valor correspondente, em caso de sinistro.

**Parágrafo segundo**– Estão desobrigadas as empresas que já possuem seguro em grupo no valor igual ou superior ao estipulado no *caput* desta cláusula. No caso do valor assegurado ser menor do que o definido no *caput* desta cláusula, a empresa complementará o valor do seguro de forma a assegurar os valores convencionados.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

**Desligamento/Demissão****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - VERBAS RESCISÓRIAS**

O pagamento dos direitos decorrentes de rescisão contratual será regulado pelo art. 477, CLT.

**Parágrafo primeiro**–Nos casos de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa por iniciativa do empregado, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:

- a) será comunicado pelo empregado por escrito;
- b) o dia da dispensa, trabalhado ou não, será remunerado;
- c) o empregado deverá cumprir ou indenizar o aviso prévio, salvo se apresentar declaração que comprove a obtenção de um novo emprego para contratação imediata, hipótese em que poderá ser liberado do cumprimento do aviso prévio. Nesta hipótese a baixa na CTPS do empregado será o último dia trabalhado, não sendo devida à indenização do período restante do aviso prévio.

**Parágrafo segundo**– No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregador, o empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

**Parágrafo terceiro** - É facultado ao empregador o envio mensal ao SJP/DF da lista de jornalistas com contrato de trabalho rescindido, caso a empresa opte por não realizar a homologação no sindicato laboral.

**Estágio/Aprendizagem****CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTÁGIO**

De acordo com a Lei 11.788/2008 é permitida a prática do estágio acadêmico de jornalismo nas empresas de rádio, revistas, jornais e televisão do Distrito Federal.

**Parágrafo primeiro** – Para ser admitido como estagiário, o estudante de jornalismo deverá estar cursando a partir do quinto semestre ou terceiro ano do curso superior de jornalismo.

**Parágrafo segundo** – A reprovação do estudante, o abandono do curso ou trancamento da matrícula implicará imediata rescisão do contrato de estágio.

**Parágrafo terceiro** – O Termo de Compromisso de estágio, a ser celebrado entre o estudante e a empresa ou órgão, com a intervenção da instituição de ensino, após a celebração do instrumento jurídico previsto no art. 3º, inciso II da Lei 11.788/2008, terá a duração de seis meses, podendo ser renovado por igual período.

**Parágrafo quarto**– É vedado ao estudante de jornalismo estagiar por mais de 24 meses na mesma empresa.

**Parágrafo quinto** – A empresa manterá seguro de vida e de acidentes pessoais em favor dos estagiários.

**Parágrafo sexto** – É vedado ao estagiário estagiar em horário coincidente com o de suas atividades acadêmicas.

**Parágrafo sétimo** – É vedado o estágio sem qualquer tipo de remuneração, salvo em caso de cumprimento de estágio obrigatório para estudantes de jornalismo que já sejam funcionários da empresa de comunicação, em outro setor. Neste caso, o estágio poderá ser exercido durante a jornada de trabalho, desde que acordado entre o trabalhador e a empresa.

**Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades****Qualificação/Formação Profissional**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CUSTEIO DE CURSOS PELAS EMPRESAS E PERMANÊNCIA NO EMPREGO**

O empregado que participar de atividades escolares ou qualquer outra espécie de curso regular e/ou de formação fica obrigado, após o seu término, a permanecer no emprego pelo mesmo prazo de duração do curso, quando este for custeado integralmente pela empresa. No caso de custeio parcial pela empresa, o tempo de permanência no emprego será proporcional ao valor do custeio do curso.

**Parágrafo único** – O empregado que pedir demissão ou for dispensado por justa causa antes de vencido o prazo obrigatório de permanência no emprego fica obrigado a ressarcir a empresa o valor total das despesas por ela efetuadas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SEMINÁRIOS PROFISSIONAIS**

Mediante comunicação ao empregador, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, feita pelo sindicato laboral, cada empresa que empregue 20 (vinte) ou mais jornalistas justificará a ausência de 1 (um) deles, não-diretor do Sindicato, sem prejuízo da sua remuneração, para participar de seminários, congressos ou conferências que tenham especificamente por objeto o Jornalismo. O jornalista não poderá se ausentar por mais de 5 (cinco) dias, sendo que a concessão será limitada a uma única vez por ano para cada empregado indicado pelo sindicato da categoria.

**Ferramentas e Equipamentos de Trabalho****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICOS**

As empresas obrigam-se a fornecer todo o material cinematográfico e fotográfico necessário ao bom desempenho das funções pertinentes.

**Parágrafo primeiro**– Se, por omissão da empresa, o empregado utilizar equipamento fotográfico próprio, este receberá um adicional não inferior a 30% (trinta por cento) de sua remuneração mensal, sendo de responsabilidade da empresa o conserto em geral do equipamento, com exceção das despesas de mau uso ou imprudência, e o equipamento continua para uso exclusivo do proprietário.

**Parágrafo segundo** – Para efeito de controle, todo equipamento de que trata o parágrafo anterior deverá ser cadastrado (modelo e número de série) junto a administração das empresas.

**Parágrafo terceiro** – O adicional será pago ao conjunto de equipamentos utilizados que atenda às especificações mínimas para o desempenho da função de fotojornalista:

- a) Equipamento mínimo – 01 câmera profissional, 01 lente grande angular 12 x 24 mm ou lente semelhante, lente zoom equivalente a 70 x 200 mm e flash compatível;
- b) Quando o corpo da câmera, lentes ou flash estiverem em manutenção ou conserto, fica o empregado responsável por providenciar o corpo de máquina compatível para não haver prejuízos para ambas as partes.

**Estabilidade Mãe****CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE DA GESTANTE OU NUTRIZ**

É assegurada à jornalista gestante ou nutriz estabilidade provisória de 90 (noventa) dias após o término da licença concedida pela Previdência Social.

**Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional****CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO AO TRABALHADOR VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRABALHO**

Será garantida ao trabalhador, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção do auxílio-acidente, a manutenção de seu contrato de trabalho na empresa pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, na forma do art. 118 da Lei nº 8.213/91.

**Estabilidade Aposentadoria****CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - GARANTIA DE EMPREGO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA**

O jornalista com mais de 5 (cinco) anos de serviço contínuo na mesma empresa terá garantia de emprego no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que, comprovadamente, através de documento hábil do INSS, passe a fazer jus à aposentadoria da Previdência Social, ressalvados os casos de dispensa por justa causa, acordo assistido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal ou motivo de força maior, conforme previsto na CLT.

**Parágrafo primeiro** – Para fazer jus ao benefício desta cláusula, o empregado deverá comunicar ao empregador, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias da data em que passará a adquirir o direito à estabilidade, ou seja, pelo menos 13 (treze) meses antes da data em que poderá se aposentar.

**Parágrafo segundo** – Adquirido o direito à aposentadoria, extingue-se a garantia de emprego.

**Parágrafo terceiro** – Fica permitida a conversão da presente estabilidade em indenização, desde que por opção do empregado.

**Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho****CLÁUSULA TRIGÉSIMA - VESTUÁRIO ESPECIAL**

Quando o empregador exigir que o jornalista utilize vestuário especial, ou por exigência da formalidade do local, este lhe será fornecido gratuitamente.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DEFESA JUDICIAL**

As empresas patrocinarão a defesa de seus empregados jornalistas que, porventura, vierem a ser processados em consequência do exercício profissional, custeando as respectivas despesas e custas processuais, desde que a matéria objeto do processo tenha sido autorizada e elaborada sob sua orientação, exceto na hipótese de o jornalista preferir advogado de sua escolha e inteira confiança.

**Outras normas de pessoal****CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - VISTA A INFORMAÇÃO**

O empregado ou seu procurador terá vista, mediante requerimento, de toda informação e/ou documento em poder de seu respectivo empregador que, no todo ou em parte, fizer menção a ele.

**Outras estabilidades****CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONVERSÃO DE ESTABILIDADE EM INDENIZAÇÃO**

As empresas informarão previamente ao Sindicato dos trabalhadores, dentro do prazo legal de 10 (dez) dias de pagamento da rescisão trabalhista, quando tiver havido acordo entre empresa e empregado para transformar as estabilidades provisórias, legais e/ou convencionais, em verba indenizatória.

**Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas****Compensação de Jornada****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRABALHO SUPLEMENTAR E/OU EXTRAORDINÁRIO****Do pagamento pecuniário:**

As horas suplementares e/ou extraordinárias dos empregados jornalistas, realizadas em dias úteis, serão remuneradas com adicional de 70% (setenta por cento) sobre a hora normal para as duas primeiras horas extraordinárias e com adicional de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre a hora normal para as demais horas extraordinárias. As horas extraordinárias praticadas em dias de folga e feriados serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

**Parágrafo único** – Em razão das peculiaridades do exercício da profissão de jornalista, a duração do trabalho poderá exceder ao limite legal ou convencionado para atender a realização ou conclusão de serviços inadiáveis, ou seja, aqueles cuja inexecução ou interrupção possa acarretar qualquer tipo de prejuízo ao bom desenvolvimento e qualidade do trabalho.

**Do pagamento através de regime de folga compensatória:**

**I** – As partes, de acordo com a Lei n.º 9.601/98, de 21/01/98, estabelecem que o trabalho extraordinário e/ou suplementar (realizado em qualquer dia da semana, inclusive em plantões de fim de semana) poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, na proporção de uma hora de trabalho por uma hora de descanso. A compensação poderá ocorrer, de forma a permitir a compensação por folgas, no máximo de 45 horas/mês, no período máximo de 180 (cento e oitenta) dias fora o mês da realização da hora extraordinária. Ressalva-se que o limite de horas por mês a serem compensadas poderá ser acrescido de 15 horas adicionais, chegando ao total de 60 horas/mês, sendo garantido neste caso o direito de oposição do empregado sobre esse acréscimo de 15 horas.

**II** – Além do dispositivo no inciso anterior, os plantões de fins de semana e feriados terão duração diária máxima de 10 horas e poderão também ser compensados por folgas nos sábados ou domingos seguintes (no caso trabalho habitual aos domingos como permite a Portaria 417 do M.T.E.), de acordo com o disposto no art. 59 parágrafo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que o período de compensação não ultrapasse o limite de 180 (cento e oitenta) dias fora o mês.

**III** – Através de acordo escrito, caso seja conveniente para empregado e empregador, a compensação de horas extras poderá ser feita juntamente ao período de férias do empregado. Neste caso, o prazo da compensação de horas extras poderá ser maior do que o estipulado no item I desta cláusula.

**IV** – A compensação de horas extras será preferencialmente praticada junto às folgas semanais. Da mesma forma, a Empresa avisará ao seu Empregado, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, do(s) dia(s) da compensação.

**V** – O empregado que cumprir plantão em dois finais de semana seguidos terá direito à folga de um dia entre os plantões.

**VI** – Os eventuais atrasos, faltas e saídas antecipadas dos jornalistas, sem justificativa, poderão ser compensados pelas horas extras porventura realizadas.

**Do ajuste na rescisão do contrato de trabalho:**

Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas com o percentual de 70% (setenta por cento) sobre a hora normal, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. No caso de rescisão em que existir saldo de horas ainda não trabalhadas, mas já pagas, ou seja, créditos de horas em favor da empresa, esta não poderá efetuar o correspondente desconto no pagamento das verbas rescisórias, exceto nos casos de demissão por justa causa.

**Intervalos para Descanso****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA**

Convencionam as partes que em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 horas, a concessão do intervalo para repouso ou alimentação poderá ser de, no mínimo, de 30 (trinta) minutos, desde que haja concordância entre empregador e empregado.

**Descanso Semanal****CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONVOCAÇÃO DURANTE REPOUSO SEMANAL**

Sempre que o empregado jornalista se encontrar em gozo de repouso semanal remunerado e for convocado por seu respectivo empregador, para prestação de serviços inadiáveis, ser-lhe-á assegurada compensação do respectivo repouso compensatório, de acordo com a cláusula denominada "*Trabalho Suplementar e/ou Extraordinário*", independentemente do número de horas efetivamente trabalhadas.

**Faltas****CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTAS**

O empregado jornalista poderá ausentar-se do serviço, sem prejuízo de seus salários, por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão de falecimento ou procedimento cirúrgico não-eletivo que careça de internação do cônjuge ou companheiro(a), ascendente ou descendente, devendo comprovar o fato com a apresentação, ao empregador, da respectiva Certidão de Óbito ou atestado médico, no prazo de 7 (sete) dias a contar da data do falecimento ou da internação.

**Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)****CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FLEXIBILIZAÇÃO DE HORÁRIO PARA JORNALISTA GESTANTE**

Mediante acordo com a chefia imediata, a jornalista gestante poderá dispor de uma flexibilização do horário de trabalho, de modo a não prejudicar seu acompanhamento médico pré-natal nem deixar de prestar seus serviços à empresa quando tal flexibilização for apenas eventual e não justificar a falta ao trabalho nem uma licença médica.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - AMAMENTAÇÃO**

Para amamentar o filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, fica assegurado à jornalista empregada, durante a jornada de trabalho, dois descansos especiais de 30 minutos cada, os quais poderão ser acumulados em um único período de 60 minutos, podendo, ainda, ser gozado no início ou no término da jornada.

**Parágrafo único.** Quando a saúde do filho exigir, o período de 6 (seis) meses de que trata a presente poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente ou por acordo com o respectivo empregador.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - LIBERAÇÃO PARA PROVAS**

No caso de realização de provas escolares durante o horário de trabalho, o jornalista terá direito ao abono das horas de permanência nas respectivas provas, desde que: **[a]** a prova seja relativa a curso que tenha relação direta com o jornalismo; **[b]** a empresa seja pré-avisada com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e **[c]** o empregado comprove o fato, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ESCALA DE PLANTÕES**

As empresas divulgarão, com antecedência de 30 (trinta) dias, a escala mensal de plantão para os trabalhos em domingos e feriados do mês subsequente, a ser observada e cumprida por seus empregados jornalistas no desempenho de suas respectivas atividades profissionais.

**Parágrafo primeiro**– As empresas divulgarão, pelas suas chefias, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, escalas de plantão especiais referentes aos períodos de Natal, Reveillon, Carnaval e Semana Santa, de forma a assegurar o revezamento de trabalho.

**Parágrafo segundo** – Todas as escalas poderão sofrer alteração ocorrendo algum fato imprevisto como, por exemplo, ausência de funcionário escalado, necessidade de cobertura jornalística especial, troca de plantão (pactuada entre os trabalhadores e a chefia), dentre outros.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO**

Tendo em vista a justificada necessidade do serviço e combinado com a empresa, a jornada normal de trabalho do jornalista poderá ser desempenhada em dois períodos do dia/noite, de forma que a soma dos períodos não ultrapasse as horas normalmente trabalhadas, permanecendo em vigor esse acordo apenas enquanto for conveniente tanto ao empregado quanto ao empregador.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - HORÁRIO DE TRABALHO ESPECIAL PARA PORTADORES DE DOENÇA GRAVE**

O Jornalista diagnosticado com doença grave terá direito a horário especial de trabalho, desde que apresentado laudo e prescrição médica nesse sentido, ressalvado o direito da empresa de submeter o empregado a novo exame por médico por ela indicado.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA EXTERNA E DESLOCAMENTOS**

No caso de viagem a serviço, por determinação das empresas, serão pagas pelas mesmas as despesas com locomoção, estada e alimentação, conforme normas e condições próprias de cada uma.

**Parágrafo primeiro**– As empresas, reembolsarão, no prazo de 3 (três) dias, as despesas efetuadas pelos jornalistas no desempenho de suas funções, quando por elas autorizadas. Os jornalistas, por sua vez, obrigam-se a prestar contas, no prazo de 3 (três) dias, das importâncias que receberem a título de adiantamento para realização de despesas.

**Parágrafo segundo**– Os prazos referidos no parágrafo anterior iniciar-se-ão no primeiro dia útil seguinte ao da realização dos gastos ou término do respectivo trabalho.

**Parágrafo terceiro** – O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até o local onde o serviço será prestado e para o seu retorno, independentemente do meio de transporte, inclusive aquele fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

**Parágrafo quarto** – Nos casos em que o jornalista tiver de pernoitar em viagem a serviço, ficará critério da empresa efetuar o pagamento das horas extras efetivamente trabalhadas durante a viagem ou o pagamento de um salário-base dia por cada dia de permanência (além do salário nominal do dia), a título de compensação/pagamento pelas horas extras porventura trabalhadas.

## Férias e Licenças

### Duração e Concessão de Férias

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS

É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, ressalvado o interesse do empregado de iniciá-las nesses dias/períodos, de comum acordo com seu respectivo empregador.

**Parágrafo primeiro** – Fica facultado ao empregado nubente gozar suas férias, vencidas ou adquiridas, em período coincidente com o do seu casamento, desde que nesse sentido se manifeste, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo** – Desde que haja acordo entre empregador e empregado, é facultado o gozo de suas férias parceladas, em até três períodos, sendo que um dos períodos não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 (cinco) dias cada um.

**Parágrafo terceiro** – O pagamento das férias deverá ser efetuado, no máximo, até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

**Parágrafo quarto** – Após 10 dias do início das férias, não havendo o pagamento, será aplicada multa de 2% ao mês, em favor do empregado prejudicado sobre o valor da remuneração bruta mensal.

## Licença Adoção

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PARA EMPREGADA ADOTANTE

Conforme art. 392-A da CLT, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392 da CLT.

**Parágrafo primeiro** – A empregada se obriga a comunicar a empresa, no prazo de 15 (quinze) dias, o início do processo de adoção.

**Parágrafo segundo** – Para que as empresas disponham de prazo razoável para reorganização interna em razão do gozo da licença-maternidade, deverá a empregada adotante comunicar ao seu empregador, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o início da referida licença.

## **Outras disposições sobre férias e licenças**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA-PATERNIDADE**

Ao jornalista, cuja esposa ou companheira der à luz, será assegurado o direito a uma licença remunerada de 7 (sete) dias contínuos, contados do dia subsequente ao nascimento, conforme artigo 10, parágrafo 1º das Disposições Transitórias da Constituição Federal (CF/88).

**Parágrafo único**– A licença prevista no *caput* será assegurada ao pai adotante, desde que apresentada a prova do deferimento da adoção, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do dia útil subsequente.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Equipamentos de Segurança**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - GRADES DE PROTEÇÃO**

Nos veículos de reportagem, onde houver necessidade de transportar os equipamentos separadamente dos empregados, serão colocadas grades de proteção, a fim de prevenir acidentes e garantir a segurança.

**Parágrafo único**– Ficam desobrigadas do cumprimento desta cláusula as empresas que já possuem veículos que ofereçam outros meios adequados às condições de segurança acima.

## **Exames Médicos**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - EXAME MÉDICO**

Os jornalistas deverão submeter-se aos exames médicos custeados pelas empresas, renovados periodicamente, de acordo com o disposto na Norma Regulamentadora n.º 7 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Parágrafo primeiro**– Os repórteres-cinematográficos, além da investigação clínica prevista na Norma Regulamentadora n.º 7 do MTE, serão submetidos anualmente a exames oftalmológicos completos e radiológicos de coluna, por conta do empregador, desde que haja indicação por parte do médico do trabalho responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO do empregador.

**Parágrafo segundo**– Convocados para exame médico com antecedência de 30 (trinta) dias, os jornalistas deverão apresentar-se na data aprazada ou até em 5 (cinco) dias da convocação, sendo liberados do trabalho durante o período necessário para os exames.

**Parágrafo terceiro**– No caso de aplicação de penalidades contra a empresa por órgão de fiscalização competente, face ao não comparecimento do jornalista para os exames médicos aludidos no *caput* desta cláusula, responderá o empregado pelos efeitos pecuniários da multa aplicada.

## **Aceitação de Atestados Médicos**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

As empresas reconhecerão a validade dos atestados médicos e odontológicos da rede oficial, bem como de médicos ou dentistas credenciados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, que vierem a ser apresentados pelo empregado jornalista, ressalvado à respectiva empresa o direito de submetê-lo a novo exame, por profissional que indicar.

**Parágrafo único** – O empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento do atestado médico, fica obrigado a providenciar os meios necessários para comunicar ao empregador a impossibilidade de comparecimento ao trabalho e o número de dias de repouso concedidos pelo médico.

### **Primeiros Socorros**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ATENDIMENTO MÉDICO**

As empresas providenciarão atendimento médico de urgência aos seus empregados, se o necessitarem durante o horário de trabalho.

**Parágrafo único**– As empresas manterão material para primeiros-socorros médicos, em local de fácil acesso, bem como se obrigam a promover a condução do jornalista para atendimento médico-hospitalar, em caso de emergência.

### **Campanhas Educativas sobre Saúde**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CAMPANHAS EDUCATIVAS**

Os Sindicatos farão reuniões periódicas para definição de eventos de conscientização sobre temas que abordem a melhoria das relações de trabalho, inclusive em relação a segurança, assédio moral, tabagismo, dependência química, inovações tecnológicas, racismo, homofobia, dentre outros.

### **Relações Sindicais**

#### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

Ficam liberados dos seus serviços, na vigência desta Convenção, sem prejuízo dos seus vencimentos salariais, dois diretores do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, desde que ambos não sejam da mesma empresa.

**Parágrafo primeiro**– Ficam, também, liberados do cumprimento do horário de trabalho, até 5 (cinco) dias úteis, por mês, nas empresas em que prestam serviços, sem prejuízo da respectiva remuneração, 4 (quatro) membros da Diretoria do Sindicato laboral, ou suplentes, quando tiverem que se ausentar do trabalho, para funções sindicais, desde que o respectivo empregador seja avisado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, não devendo tal liberação ser considerada para efeito de desconto no período aquisitivo de férias, décimo terceiro salário e descanso semanal remunerado (DSR).

**Parágrafo segundo**– A liberação a que se refere esta cláusula será feita de forma a evitar que sejam designados, ao mesmo tempo, mais de 1 (um) empregado da mesma empresa ou departamento.

**Parágrafo terceiro** – Sendo de interesse do dirigente sindical e da empresa, a liberação poderá ser parcial, com redução da jornada, sem redução de remuneração, modalidade na qual até seis diretores poderão ser liberados.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELOS EMPREGADOS AO SINDICATO LABORAL**

As mensalidades devidas pelos jornalistas associados ao Sindicato Laboral serão reguladas em cláusula própria, prevista nesta Convenção Coletiva, intitulada "mensalidades de jornalistas associados". No entanto, para que seja efetuado qualquer outro tipo de desconto no salário dos empregados que seja destinado ao sindicato laboral, independentemente da forma de sua instituição e nomenclatura (por exemplo: contribuição sindical, assistencial, negocial, social, confederativa, etc.), o SJP/DF deverá apresentar autorização por escrito, na qual constará expressamente o nome do desconto (o nome da contribuição), o valor do desconto, a data da autorização, a data em que o desconto pode ser efetuado, o nome do empregado, seu CPF e sua assinatura. Tal autorização deve ser apresentada ao departamento de pessoal da empresa. O desconto será realizado na folha de pagamento referente ao mês seguinte ao da apresentação da autorização. Realizado o desconto, a empresa deverá fazer o repasse ao Sindicato Laboral até o dia 10 do mês seguinte do mês em que o desconto foi feito, fornecendo ao Sindicato, ainda, a relação com os nomes dos empregados que autorizaram o desconto.

**Parágrafo primeiro** – O pagamento (repasse) ao Sindicato Laboral poderá ser feito contra recibo ou mediante depósito na conta corrente bancária da entidade, sendo que, nesta última hipótese, o comprovante do depósito valerá como recibo.

**Parágrafo segundo** – No caso de adoção de qualquer medida judicial e/ou extrajudicial para reaver ou contestar o desconto a que se refere esta cláusula, o Sindicato dos Jornalistas se compromete a assumir o pólo passivo da relação processual, desde que notificado, por escrito, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento da notificação pela empresa.

**Parágrafo terceiro** – Por tratar-se de contribuições que dizem respeito exclusivamente aos trabalhadores, o Sindicato Laboral assume a inteira responsabilidade pela instituição das referidas contribuições e dos descontos que vier a estabelecer, comprometendo-se a ressarcir o SINTERJ/DF ou as empresas por ele representadas por qualquer e eventual prejuízo que estes venham a sofrer decorrente de tais contribuições e descontos ou até mesmo da assinatura desta Convenção Coletiva com a presente cláusula. No entanto, as empresas poderão ser responsabilizadas caso tenham efetuado o desconto sem a prévia autorização do empregado ou quando tenham descontado valor superior ao permitido.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADES DE JORNALISTAS ASSOCIADOS**

As empresas comprometem-se a descontar em folha, a partir de autorizações assinadas pelos empregados e apresentadas pelo Sindicato, a mensalidade do jornalista associado, no valor definido em assembleia específica da categoria. O desconto ficará à disposição do SJP-DF, na Tesouraria de cada empresa, até o 5º (quinto) dia subsequente à data do pagamento dos salários.

**Parágrafo primeiro**– A autorização de que trata o *caput* desta cláusula deverá ser apresentada apenas na admissão do empregado ou quando ele se tornar associado ao Sindicato, não sendo necessária a apresentação da autorização todos os meses. Caso o jornalista deixe a condição de associado, caberá a ele apresentar o comprovante ao departamento de pessoal da empresa, para que o desconto deixe de ser efetuado a partir do próximo mês.

**Parágrafo segundo**– Não sendo obedecido o prazo estipulado no *caput* da presente, as empresas efetuarão o pagamento monetariamente corrigido com base na TRD, ou, à sua falta, com base no índice legal que corrige a caderneta de poupança.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DA ELEIÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS**

Nos termos do art. 543 da CLT, o sindicato laboral comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado, e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo a relação de todos os eleitos com os dados pessoais de cada um e a designação da função que vai exercer, juntamente com os documentos que comprovem a investidura no cargo para o qual foi eleito (termo de posse e ata de eleição).

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - EXEMPLARES DE JORNAIS**

As empresas proprietárias e editoras de jornais colocarão à disposição do Sindicato laboral, em suas respectivas portarias, gratuitamente, 2 (dois) exemplares diários de cada jornal que editarem. Nos fins de semana, será disponibilizado 1 (um) exemplar para o Sindicato e 1 (um) exemplar para o Clube da Imprensa.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - VEICULAÇÕES GRATUITAS**

As empresas de jornais cederão gratuitamente, ao Sindicato dos Jornalistas, espaços em seus veículos de comunicação, para a veiculação de editais de convocação de assembleias, nas seguintes condições:

- a) as convocações serão exclusivamente para celebração de acordos, convenções coletivas de trabalho, instauração de dissídios coletivos, eleição de administradores ou de representação profissional (ex. prestação de contas, deliberações, dispositivos éticos);
- b) cada publicação terá espaço de duas colunas por dez centímetros;
- c) e no período de vigência da presente Convenção, nenhuma empresa ficará obrigada a fazer mais de 8 (oito) publicações.
- d) Estas publicações devem ser encaminhadas para veiculações com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas manterão, em local apropriado e acessível, um quadro para divulgação das atividades sindicais, vedando, entretanto, a divulgação de assuntos de cunho político-partidário e de matérias ofensivas à respectiva empresa ou à sua administração. Todo o material a ser fixado deverá ser assinado pelo presidente do sindicato ou seu substituto e entregue à administração da empresa que providenciará sua fixação no mesmo dia, desde que o receba até as 12 horas, ou no máximo após 24 horas do recebimento, nos demais casos.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - REMESSA DE DOCUMENTOS**

Todo e qualquer documento emitido por entidades que representem a categoria, pertinente ao relacionamento do empregado com o empregador, ou de relação dos empregados com tais entidades, terá de ser entregue exclusivamente, mediante protocolo, no Departamento de Recursos Humanos ou de Pessoal das empresas, sob pena de não se reconhecer sua validade.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO PARITÁRIA**

Fica constituída comissão paritária integrada por representantes dos Sindicatos Profissional e Patronal para se reunir com o objetivo de estabelecer calendário para analisar e/ou propor alternativas para a segurança dos Jornalistas relativamente à temática de violência e segurança nas coberturas jornalísticas, bem como outros assuntos de interesse das categorias econômica e profissional.

**Disposições Gerais****Aplicação do Instrumento Coletivo****CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - NÃO INCORPORAÇÃO DE BENEFÍCIOS E CONCESSÕES**

Acordam as partes que todo e qualquer benefício e/ou concessão estabelecidos nesta Convenção Coletiva que não estejam previstos na legislação vigente ou que excedam os limites nela estabelecidos, não se incorporarão aos salários e/ou contratos de trabalho para quaisquer fins.

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - EXCEÇÃO DE VIGÊNCIA DA CCT**

Apesar de a CCT anterior ter previsto a vigência até 31/03/2024 (com exceção de algumas cláusulas específicas que teriam vigência até 31/03/2023), por este instrumento as partes resolvem renovar a vigência a partir deste ano (2023), pactuando a vigência por mais 2 (dois) anos (até 31/03/2025), para toda a CCT, com as exceções abaixo descritas. Sendo assim, a presente Convenção Coletiva vigorará a partir de 01/04/2023 até o dia 31/03/2025, com exceção das seguintes cláusulas, que vigorarão até 31/03/2024:

- a) Reajuste Salarial
- b) Piso salarial
- c) Abono Especial
- d) Participação nos Resultados
- e) Abono
- f) Creche
- g) Seguro de Vida
- h) Auxílio alimentação
- i) Contribuições devidas pelos empregados ao sindicato laboral
- j) Mais 6 (seis) cláusulas de livre escolha de cada Sindicato (exclusão ou modificação de cláusula já existente ou inclusão de nova cláusula).

**CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - VALIDADE DA CONVENÇÃO**

Ainda que o Ministério do Trabalho demore ou até mesmo se negue a homologar a presente Convenção por questões meramente técnicas/burocráticas, as partes reconhecem a validade imediata do que é pactuado neste instrumento, a qualquer tempo, foro e circunstância. Neste caso, os Sindicatos farão as adaptações necessárias para atender à solicitação do ente público, sem que isso implique em alteração do mérito, ou seja, do que foi pactuado pelas partes.

}

MARCOS FRANCISCO URUPA MORAES DE LIMA  
Membro de Diretoria Colegiada  
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF

CAROLINE DINIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA FERNANDES  
Presidente  
SINDICATO EMPRESAS TV RA REVISTAS JORNAIS DO D FEDERAL

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA CCT - SJPDF**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** DF000266/2023  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 15/05/2023  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR018633/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 14021.138566/2023-74  
**DATA DO PROTOCOLO:** 04/05/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.580.662/0001-88, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ROSA SENRA ESTRELLA BRANDELLI e por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). GUSTAVO MOUCO e por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). SIDNEY CAMPOS SILVA e por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ANSELMO DOS REIS PINHEIRO;

E

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PUBLICITÁRIOS AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, TRABALHO EM AGÊNCIA PROPAGANDA, TRABALHO NA DISTRIBUIÇÃO DE JORNAL E REVISTA E DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE JORNAL E REVISTA, CNPJ n. 28.254.175/0001-44, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). MURILO ANTONIO DE FREITAS COUTINHO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2023 a 31 de março de 2024 e a data-base da categoria em 01º de abril.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, Trabalhadores na Distribuição de Jornais e Revistas, e dos Trabalhadores na Administração de Empresas de Jornais e Revistas**, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica Assegurado a todos os empregados que trabalham nas empresas de Publicidade e Propaganda, o Piso Salarial de R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais) para função administrativa e de R\$ 1.940,58 (um mil setecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos) para as funções técnicas.

**REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários da classe serão reajustados em: mínimo de **5%** (cinco por cento), referente ao período de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024, como recuperação da depreciação acumulada neste período, para salários até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), deixando aberta a negociação para salários acima de R\$ 10.000,00, considerando como teto 5% (cinco por cento).

**§ 1º** - Será aplicada ao salário inicial a proporcionalidade do índice, considerando-se as antecipações, para os funcionários admitidos, após o mês de abril de 2023.

**§ 2º** - Não Compensações - Não serão compensados os aumentos concedidos após 1º de abril de 2023 decorrentes de promoção, transferência e equiparações judiciais, nos termos da Instrução n.º 4, do Tribunal Superior do Trabalho.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTOS**

As empresas discriminarão, nos recibos de salários ou documentos que os substituírem, todos os itens da remuneração dos empregados, especialmente horas extras, gratificações, adicionais, descontos efetuados e parcela correspondente ao depósito do FGTS.

### **CLÁUSULA SEXTA - ATRASO DE PAGAMENTO**

O não pagamento do salário do empregado até 5º útil de cada mês acarretará a aplicação da multa de mais 1 % (um por cento) por quinzena do valor do salário do empregado. Não constituindo base para incidência de nenhum encargo trabalhista ou previdenciário, não se aplicando o princípio da habitualidade por se tratar de multa.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - PROMOÇÕES**

A promoção de empregado ao exercício de qualquer cargo não poderá exceder um período de experiência de 60 (sessenta) dias. Vencido este prazo experimental, a promoção e o respectivo salário serão anotados na CTPS.

### **CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter eventual, o substituído que exercer a substituição fará jus à diferença entre o seu salário e o salário do substituído, na proporção da duração da substituição, excluídas as vantagens pessoais.

**Parágrafo Único** – Para fins do disposto nesta cláusula, considera-se de caráter não eventual a que perdurar por período igual ou superior a 20 (vinte) dias.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA NONA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno, assim considerado aquele realizado entre 22 h de um dia e 5 h do dia seguinte será remunerado com o adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora diurna.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - VALE REFEIÇÃO**

As empresas ficam obrigadas a pagar alimentação no valor mínimo de R\$ 36,00 (trinta e seis reais), sem desconto por dia trabalhado; as empresas que possam pagar a cima do valor mínimo são livres para fazê-lo;

§ 1º - A obrigatoriedade do pagamento será apenas pra quem ganha até R\$ 7.762,32 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos), sendo vedada a realização de desconto, exceto férias;

§ 2º - Para aqueles que ganham acima de R\$ 7.762,32 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos), a empresa somente fornecerá àqueles empregados que solicitarem ao Departamento De Pessoal, quando terão ciência que será descontado 20% (vinte por cento) do custo do vale refeição, exceto férias;

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE TRANSPORTE**

As empresas ficam obrigadas a fornecer vale transporte a todos os funcionários que solicitarem, nos termos da legislação em vigor.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA**

As empresas com mais de 12 (doze) funcionários ficam obrigadas a conceder seguro de assistência médica aos seus funcionários.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo o falecimento do empregado, a empresa pagará a seus dependentes legais a quantia equivalente a um salário e meio nominal da época do ocorrido, à título de auxílio funeral.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO DE VIDA**

O Sindicato das Agências de Propaganda do DF recomendará às empresas para fazerem seguro de vida em benefício de seus empregados publicitários, abrangidos nesta convenção, no valor equivalente a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para cobertura por morte acidental; R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para cobertura por morte natural ou invalidez permanente, inclusive em viagem.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESPESAS DE VIAGEM**

A empresa fica obrigada a reembolsar todas as despesas de viagem a serviço, compreendendo refeições, hospedagem e transporte. Prevalecerá o custo médio de despesas da região, devendo a empresa responsabilizar o funcionário pela prática de eventuais abusos.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADMITIDOS APÓS DATA BASE**

Admitidos Após Data Base – Os empregados admitidos, após a data base anterior (01/04), terão seus salários reajustados pelas condições da cláusula primeira desta Convenção, respeitando-se o limite dos salários reajustados dos empregados mais antigos na função.

**DESLIGAMENTO/DEMISSÃO****CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUBSTITUIÇÃO DE VAGAS**

O preenchimento de vagas será por desligamento de empregado ou ampliação do quadro de pessoal será efetuado, sempre que possível, através da progressão funcional.

**AVISO PRÉVIO****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PREVIO**

As dispensas imotivadas de empregados, com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e que tenham no mínimo 05 (cinco) anos de serviços na empresa, deverão ser comunicadas com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, e indenizadas.

**SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO****CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CARTA DE DISPENSA**

O empregado dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito, sendo-lhe facultado solicitar que a empresa omita o motivo da respectiva dispensa.

**CONTRATO A TEMPO PARCIAL****CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

Nos casos de readmissão na mesma empresa, dentro do prazo de 1 (um) ano, e desde que o empregado tenha trabalhado anteriormente por um período, também não inferior a um ano, para o exercício da mesma função, o empregado não estará sujeito ao contrato de experiência.

**PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS****CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APROVEITAMENTO DE DEFICIENTE FISICO**

Na medida de suas possibilidades, as empresas promoverão a admissão de pessoas portadoras de deficiências física, em funções comparativas.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JUSTIFICATIVAS ESCRITAS DE PUNIÇÕES**

Na despedida por falta grave e nas advertências e suspensões aplicadas aos empregados, as empresas obrigam-se a apresentar, ao empregado atingido, documento explicitando os motivos da punição.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RECICLAGEM PROFISSIONAL**

A empresa fornecerá aos empregados a oportunidade de se adaptar a novas tecnologias e equipamentos, correndo à conta dela os investimentos em programas de desenvolvimento técnico profissional necessários, bem como a manutenção de condições de trabalho que preservem a saúde do trabalhador.

**Parágrafo Único** – Na hipótese de adoção de tecnologia que possa implicar redução de pessoal, as empresas darão oportunidade de aproveitamento e readaptação aos que possam ser atingidos pela medida, procurando possibilitar-lhes a absorção em outros cargos ou funções compatíveis.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CURSO DE FORMAÇÃO**

As empresas pagarão o equivalente 50% (cinquenta por cento) das despesas decorrentes dos cursos de especialização a que se submeter o empregado, dentro de sua área específica de atuação profissional, desde que seja de seu interesse e por elas autorizado.

## **ESTABILIDADE GERAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS**

O publicitário, sem prejuízo de seus salários, poderá deixar de comparecer ao serviço por 3 (três) dias consecutivos, no caso de falecimento do cônjuge ou companheiro (a), ascendente ou descendente, desde que comprove o fato, com a apresentação da respectiva certidão, no prazo de 7 (sete) dias da ocorrência do evento.

## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE GESTANTE**

Assegurada Estabilidade Provisória à empregada gestante, desde o início da gravidez até 60 (sessenta) dias após o término da licença maternidade.

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DO EMPREGADO AFASTADO**

Os empregados afastados do serviço por incapacidade temporária ou acidente de trabalho e que receberem o benefício previdenciário respectivo por no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, terão garantidos emprego e salário até 45 (quarenta e cinco) dias, após a comunicação da sua alta.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - GARANTIAS DO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA**

O publicitário com mais de 5 (cinco) anos de serviço contínuo na mesma empresa terá garantia de emprego no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que, comprovadamente através de lançamento em sua CTPS ou em documento hábil do INSS, passe a fazer jus à aposentaria integral da Previdência Social, ressalvados os casos de dispensa por justa causa, acordo assistido pelo Sindicato dos Publicitários do Distrito Federal ou motivo de força maior, conforme previsto na CLT.

§ 1º – Para fazer jus aos benefícios desta cláusula, o empregado deverá comunicar ao empregador, por escrito, até 5 (cinco) dias da data do protocolo do requerimento feito ao INSS.

§ 2º – Assegurar-se-á ao publicitário, quando de sua efetiva aposentadoria, 1 (um) salário nominal extra, desde que o mesmo tenha mais de 5 (cinco) anos de serviços contínuos na mesma empresa.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho dos empregados em agências de publicidade será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

## **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - HORAS EXTRAS**

As horas extras que excederem a jornada semanal prevista em Lei, deverão ser remuneradas com acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre a hora extra normal trabalhada.

As horas extras dos empregados das áreas técnicas (mídia, produção gráfica, TV, criação, estúdio, tráfego e atendimento) poderão ser compensados no horário normal de trabalho, na mesma proporção, limitada a 15 horas por mês, desde que haja acordo entre empregado e empregador.

§ 1º – Quando houver prestação de horas extras no horário de almoço, a empresa deverá fornecer refeição ao empregado no local de trabalho. Quando a prestação de horas extra ocorrer após as 21:00 horas, a empresa fica obrigada a providenciar alimentação e transporte ao empregado.

§ 2º – Será recomendado a compensação de horas extras pelo banco de horas desde que acordados pelos empregados conforme a legislação vigente.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INTEGRAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS**

As horas extras e adicionais noturno, quando habituais, integrarão os salários para efeito de pagamento de férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, aviso prévio e FGTS.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - TRABALHO REMOTO**

A empresa poderá, a seu critério, adotar o regime de trabalho remoto ou à distância, conforme previsto em lei, mediante políticas próprias que atendam aos seus interesses.

O trabalho remoto poderá ser executado de forma parcial (no mínimo, 2 vezes por semana) ou integralmente (todos os dias da semana). A empresa poderá adotar o trabalho remoto em regime experimental sem que a reversão para o trabalho presencial represente qualquer prejuízo ao empregado.

**§ 1º** - O trabalho remoto não ensejará pagamento de nenhuma indenização ou valor adicional ao empregado elegível no caso de utilização de sua residência.

**§ 2º** - Inexistirá controle de jornada para os empregados em regime de trabalho remoto, observadas as regras previstas em lei. As empresas que adotarem o controle de jornada no trabalho remoto deverão observar todas as regras e condições relativas ao controle, inclusive as disposições contidas na cláusula 12ª relacionada às horas extraordinárias.

**§ 3º** - Não está autorizado o trabalho remoto para empregados afastados por motivos médicos, independente do período de afastamento.

**§ 4º** - As empresas deverão informar aos empregados elegíveis ao trabalho remoto as normas de medicina e segurança do trabalho por meio de documento próprio, bem como oferecer treinamentos específicos. O empregado não poderá alegar desconhecimento posterior, tampouco abster-se do cumprimento das regras e instruções recebidas.

**§ 5º** - As empresas que adotarem o regime de trabalho remoto poderão ajustar a substituição do vale-refeição pelo vale-alimentação, nos termos da Cláusula 9ª.

**§ 6º** - As empresas ficam dispensadas do pagamento do vale-transporte na hipótese de adoção do regime de trabalho remoto integral (todos os dias da semana), exceto quando houver necessidade de comparecimento do empregado na empresa.

**§ 7º** - Na hipótese de trabalho remoto parcial, o benefício será pago proporcionalmente aos dias úteis trabalhados na sede da empresa.

**§ 8º** - As empresas que optarem pelo trabalho remoto poderão negociar a troca de feriados.

**§ 9º** - Serão absorvidas quaisquer disposições que vierem a ser publicadas sobre regras e obrigações de teletrabalho no período de pandemia.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INTERVALO ENTRE JORNADA DE TRABALHO**

Empresas e empregados poderão estabelecer, de comum acordo, e em função da necessidade de serviço, intervalos intrajornada (horários de almoço) de trinta minutos até duas horas. Da mesma forma poderão pactuar intervalo intrajornada flexível eventual, por solicitação expressa da empresa em função de necessidade de serviço, imediatamente compensado no fim da jornada do próprio dia, ou do dia seguinte, que será diminuído em tempo igual ao trabalhado no intervalo intrajornada.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - JORNADA FLEXÍVEL**

As empresas poderão adotar jornadas flexíveis de trabalho, com antecipação ou postergação dos horários de entrada e saída de seus empregados, de acordo com a jornada contratual praticada pelas empresas e o horário diário exigido.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTROLE DE PONTO ALTERNATIVO**

As empresas estão autorizadas a adotar o controle de ponto alternativo, observadas as disposições estabelecidas na legislação que regulamentam a matéria.

## **JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - AMAMENTAÇÃO**

Para amamentar o filho, até que ele complete 06 (seis) meses de idade, fica assegurado à funcionária um descanso extraordinário de 01 (um) hora durante a jornada de trabalho. Quando a saúde do filho exigir, o período de seis meses, de que trata a presente, poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente, ou por acordo com o respectivo empregador.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ESTUDANTES**

Assegura-se aos empregados/estudantes, no caso de prestação comprovada de provas, em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, em horário de trabalho, desde que pré-avisada a empresa, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas ou em igual prazo após, o abono pertinente às horas de permanência nas respectivas provas.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONVOCAÇÃO PARA SERVIÇOS INADIÁVEIS**

Sempre que o empregado se encontrar em repouso semanal remunerado e em descanso entre 2 (duas) jornadas de trabalho e for convocado para realização de serviços inadiáveis, ficará assegurado ao mesmo a compensação do respectivo repouso, independentemente do número de horas trabalhadas.

### **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS**

Empresas e empregados, sempre que assim o desejarem, adotarão o novo sistema de férias contemplado na Lei nº 13.467/17, a saber: “desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um. É vedado o início das férias no período de dois dias que anteceda feriado ou dia de repouso semanal remunerado”.

### **LICENÇA REMUNERADA**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - LICENÇA PARA CASAMENTO**

No caso de o empregado afastar-se do trabalho para casamento, a empresa concederá uma licença remunerada de 05 (cinco) dias corridos.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA PATERNIDADE**

O funcionário cuja esposa ou companheira der à luz, terá direito a uma licença remunerada de 05 (cinco) dias corridos após o nascimento da criança, conforme dispõe o artigo 10, parágrafo 1º das Disposições Transitórias da Constituição da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** - Os direitos pactuados no “caput” desta cláusula ficam assegurados ao pai adotante, desde que apresentado o deferimento da adoção, no prazo de 15 (quinze) dias.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS**

As empresas reconhecerão a validade dos atestados médicos e odontológicos da rede oficial, dos credenciados das empresas ou pelo Sindicato dos Publicitários do Distrito Federal, ressalvado o direito de submeter o publicitário a novo exame, por médico por ela indicado.

## **PRIMEIROS SOCORROS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - PRIMEIROS SOCORROS**

As empresas se obrigam a manter em local de fácil acesso o material necessário para prestação de primeiros socorros, bem como providenciar a transferência adequada do empregado para atendimento médico de emergência, quando o acidente ocorrer no local de trabalho.

## **RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

Os Dirigentes Sindicais da Entidade Laboral terão direito a até 15 (quinze) dias por ano de liberação do trabalho em suas respectivas empresas, sem prejuízo de salários.

## **GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE SINIDICAL**

Quando eleitos para cargos sindicais, os empregados terão estabilidade em seus empregos a partir da eleição e até 01 (um ) ano após o término do respectivo mandato.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO EMPRESARIAL DE CONVENÇÃO COLETIVA**

De acordo com decisão da Assembleia Geral do SINAPRO/DF, as agências de publicidade e propaganda no estado do Distrito Federal depositarão até o mês de SETEMBRO de 2023, uma contribuição compulsória anual no valor de R\$55,00 (cinquenta e cinco reais) por colaborador, a favor da FENAP, a título de custeio de mobilização para Convenção Coletiva, Conta 33467-3, Agência 6196, Banco ITAÚ (341) – CNPJ nº 28.254.175/0001-44.

§ 1º- As empresas remeterão à FENAP, através do e-mail: fenap\_publicitarios@yahoo.com.br, após o recolhimento, relação nominal dos empregados, bem como cópia do recibo do depósito realizado. Dúvida, pode entrar em contato no (21) 99172-3093.

**§ 2º-** Esta contribuição compulsória empresarial não gera nenhum ônus para os empregados.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO EMPRESARIAL**

As empresas que compõem a categoria abrangida pela presente Convenção Coletiva, filiadas ou não, deverão recolher ao Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal a Contribuição Empresarial, aprovada em AGE de 10 de abril de 2019, legalmente convocada, através do Diário Oficial do Distrito Federal, edição de 08 de abril de 2019 e do Jornal Correio Braziliense (jornal de grande circulação), edição de 07 de abril de 2019, conforme o disposto na tabela abaixo:

CAPITAL SOCIAL R\$	ATÉ R\$	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO R\$
1,00	27.000,00	650,00
27.000,01	54.000,00	810,00
54.000,01	150.000,00	990,00
150.000,01	250.000,00	1.420,00
250.000,01	500.000,00	1.800,00
500.000,01	5.000.000,00	2.500,00
5.000.000,01	500.000.000,00	4.550,00

**§ 1º** – A Contribuição deverá ser recolhida junto à entidade bancária, por meio de boleto próprio, a ser fornecido pelo Sindicato Patronal, até o dia 20 (vinte) do mês de agosto corrente, sendo que o recolhimento fora do prazo acarreta pagamento de multa e juros. As empresas que comprovarem o recolhimento da Contribuição Sindical Patronal 2023, ficam dispensadas do recolhimento da Contribuição Empresarial.

#### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

##### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AVISO À CATEGORIA**

As empresas afixarão em quadro próprio os avisos da Federação Nacional dos Publicitários Agenciadores de Publicidade, Trabalhadores em Agências de Propaganda, Trabalhadores na Distribuição de Jornais e Revistas e dos Trabalhadores na Administração de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas e dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade - FENAP à classe quando assinados pela diretoria da entidade e desde que não contenham termos ofensivos ou instigadores que possam comprometer as boas relações entre empregados e empregadores.

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

##### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FORO**

Fica eleito, com renúncia de qualquer outro e por mais privilegiado que seja o foro da Justiça do Trabalho do Distrito Federal, para dirimir todas as divergências surgidas na aplicação da presente, que vai assinada pelos respectivos representantes legais e na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, em (três) vias de igual e forma, para só efeito.

#### **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

##### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - GARANTIAS GERAIS**

Ficam garantidas as condições mais favoráveis já existentes em cada empresa ou que venham a ser asseguradas por qualquer ordem, com relação a qualquer das cláusulas vigentes nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção Coletiva, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo Art. 615 da CLT.

}

**ROSA SENRA ESTRELLA BRANDELLI**  
**MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA**  
**SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO DISTRITO FEDERAL**

**GUSTAVO MOUCO**  
**MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA**  
**SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO DISTRITO FEDERAL**

**SIDNEY CAMPOS SILVA**  
**MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA**  
**SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO DISTRITO FEDERAL**

**ANSELMO DOS REIS PINHEIRO**  
**MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA**  
**SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO DISTRITO FEDERAL**

**MURILO ANTONIO DE FREITAS COUTINHO**  
**MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA**  
**FEDERACAO NAC DOS PUBLICITARIOS AGENC DE PUBLICIDADE, TRAB EM AGENC PROPAG, TRAB NA DISTRIB**  
**DE JOR E REV E DOS TRAB NA ADM DE EMP PROP DE JOR E REV**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - SINAPRO/DF E FENAP - CCT 2023/2024**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO II - ATA FENAP**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO III - ATA SINAPRO/DF**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** DF000209/2023  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 14/04/2023  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR013596/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19964.106666/2023-13  
**DATA DO PROTOCOLO:** 06/04/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS GRAFICAS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.718.726/0001-64, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ELSON DE SOUZA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) de **Prestação de Serviços de Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis**, com abrangência territorial em **DF**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS POR FUNÇÃO**

**As empresas** abrangidas por esta Convenção Coletiva **não poderão utilizar salário normativo inferior ao piso** estabelecido na presente cláusula, que é de **R\$ 2.032,52** (dois mil e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos) para as funções não contempladas abaixo. Os salários normativos da categoria, vigentes a partir de 1º de janeiro 2023, são:

Acabamento Gráfico	R\$ 3.163,42
Arte Finalista Gráfico	R\$ 4.591,16
Auxiliar de Impressão Off Set	R\$ 4.591,16
Auxiliar de Gravador de Chapas	R\$ 3.163,42
Auxiliar de Impressão	R\$ 4.591,16
Auxiliar de Mecânico Gráfico	R\$ 3.943,74
Auxiliar de Pré-Impressão	R\$ 4.591,16
Auxiliar Gráfico	R\$ 3.163,42
Bloquista	R\$ 3.163,42
Chefe de Oficina Gráfica	R\$ 10.593,25
Controle de Produção Gráfica	R\$ 10.593,25
Cortador Gráfico	R\$ 5.909,27

<b>Design Gráfico</b>	<b>R\$ 6.978,51</b>
Diagramador Gráfico	R\$ 6.978,51
Dobrador Gráfico	R\$ 5.909,27
Editorador Eletrônico Gráfico / Programador Visual Gráfico	R\$ 6.978,51
Encadernador / Dourador	R\$ 3.163,42
Fotógrafo Gráfico	R\$ 4.591,16
Fotolitógrafo	R\$ 4.591,16
Gerente Gráfico	R\$ 10.593,25
Gravador de Chapas	R\$ 4.591,16
Higienizador de Livros / Impressos	R\$ 2.032,53
Impressão Off-Set Duplo Ofício	R\$ 5.012,96
Impressor de Equipamento Digitalizado (gráfica rápida)	R\$ 6.387,98
Impressor formulários e jornais	R\$ 8.079,37
Impressor Off-Set folha inteira a partir de 4 cores	R\$ 9.386,91
Impressor Off-Set meia folha	R\$ 7.744,06
Impressor Off-Set Ofício	R\$ 4.762,00
Impressor Tipográfico	R\$ 3.163,42
Líder de Operações	R\$ 5.909,27
Linotipista	R\$ 3.943,74
Mecânico Gráfico	R\$ 11.727,89
Montador de Fotolito	R\$ 4.591,16
Operador de Acabamento Gráfico	R\$ 5.909,27
Operador de Impressão Eletrônica	R\$ 7.744,06
Operador de Impressão Off Set	R\$ 7.744,06
Operador de Máquina Copiadora	R\$ 4.850,58
Operador de Pré-Impressão	R\$ 7.726,96
Operador de Sistema de Identificação	R\$ 3.050,93
Operador de Sistemas	R\$ 3.163,42
Orçamentista Gráfico	R\$ 5.909,27
Plastificador Gráfico	R\$ 3.163,42
Revisor Gráfico	R\$ 6.978,51
Serígrafo	R\$ 3.163,42
Técnico em Artes Gráficas	R\$ 7.726,96
Tipógrafo	R\$ 3.163,42
Vendedor Gráfico	R\$ 5.909,27

**Parágrafo Único** – A relação de funções constantes na presente cláusula, não é exaustiva, mas sim exemplificativa, podendo a composição da mesma ser alterada, modificada, reduzida ou ampliada, de acordo com as novas necessidades contratuais atuais e futuras.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - FORMAS E PRAZOS DAS DIFERENÇAS RETROATIVAS

A todos os trabalhadores da categoria profissional que se ativam a este Instrumento Coletivo de Trabalho, fica garantido o reajuste linear de **5,79%** (cinco vírgula setenta e nove por cento) a partir de **1º de janeiro de 2023**.

**Parágrafo Único** – As diferenças retroativas dos salários e auxílios que compõe este instrumento de trabalho deverão obedecer a seguinte ordem:

- a) O contracheque de abril deverá conter o reajuste de 2023, acrescido da diferença do mês de Março/2023;
- b) A diferença dos contracheques, relativos aos meses de Janeiro e Fevereiro/2023, deverão ser pagos no contracheque de Maio/2023.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS DE SALÁRIO

O pagamento do salário será feito **até o 5º (quinto) dia útil**, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao profissional radialista, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto, inclusive para a Previdência Social, e do valor correspondente ao FGTS.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

**Parágrafo Segundo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, o pagamento do salário poderá ser feito **até o 5º (quinto) dia útil bancário**, obedecendo as demais disposições prescritas no **caput**.

**Parágrafo Terceiro** – Denunciado o descumprimento da CCT, os sindicatos atuarão conjuntamente, notificando o contratante sobre os ônus do descumprimento, sem prejuízo do ajuizamento da ação cabível e do registro de denúncias perante os órgãos de fiscalização.

## ISONOMIA SALARIAL

### CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Os empregados admitidos não poderão receber salário inferior ao do empregado demitido, desde que desenvolvam atividade da mesma natureza com igual produtividade e com mesma perfeição técnica.

**Parágrafo Único** – Enquanto perdurar a substituição, os empregados abrangidos por esta convenção, que exercer a substituição fará jus à diferença entre o seu salário e o menor salário do cargo ou função substituída, na proporção da duração da substituição, excluídas as vantagens pessoais.

## DESCONTOS SALARIAIS

### CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários e/ou nos TRCT's de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

**Parágrafo Único** – A inobservância do **caput** desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

## OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

### CLÁUSULA OITAVA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS

As empresas se obrigam a fornecer aos seus empregados demonstrativos de pagamento contendo a identificação da empresa, a discriminação das importâncias e o número de horas extras trabalhadas no respectivo mês.

**Parágrafo Primeiro** – Fica assegurada ao empregado a faculdade de conferência dos cartões de ponto ou folhas de ponto, sempre que este julgar necessário.

**Parágrafo Segundo** – O sistema de marcação de cartões de ponto ou folhas de ponto, inclusive de horas extras, será exercido pelo empregado.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

### CLÁUSULA NONA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas **associadas ao SEAC/DF** poderão efetuar os pagamentos do 13º (décimo terceiro) salários em uma única parcela até o dia 20 de dezembro de 2023.

**Parágrafo Único** – Para as demais empresas, **NÃO** associadas ao SEAC/DF, o pagamento deverá ser em duas parcelas; o primeiro vencimento deverá ser pago até o dia 30 de novembro de 2023 e o segundo até o dia 20 de dezembro de 2023, na proporção a que fizer jus o empregado.

## ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

## ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INSALUBRIDADE

Considera-se para efeito de cálculo para pagamento de insalubridade o piso da categoria, desde que o trabalhador tenha um tempo de exposição de pelo menos 30% (trinta por cento) de sua jornada de trabalho, nos termos da Lei.

**Parágrafo único** – As demais atividades farão jus ao adicional de insalubridade acima especificada, desde que apurado em perícia técnica específica para tal, a incidir nas mesmas condições retro.

## SALÁRIO FAMÍLIA

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SALÁRIO FAMÍLIA

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família nos termos do Artigo 84 do Decreto MPAS nº 3.048/99.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder, a cada 30 (trinta) dias aos seus empregados, e de uma única vez nos dias efetivamente trabalhados, a partir do dia 1º de janeiro de 2023, o auxílio alimentação no valor de **R\$ R\$ 40,96** (quarenta reais e noventa e seis centavos) e a estes a cada 30 (trinta) e de uma única vez pelos dias efetivamente trabalhados, independente da carga horária. A presente parcela não integra a remuneração, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

**Parágrafo Primeiro** – A concessão do Auxílio Alimentação somente poderá ser concedida ao trabalhador através de Cartão Alimentação.

**Parágrafo Segundo** – De forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

**Parágrafo Terceiro** – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do profissional ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

**Parágrafo Quarto** – Em cumprimento à legislação que regulamenta o benefício do PAT, **aos trabalhadores associados ao STIG/DF**, fica estabelecido que as empresas procederão ao desconto no valor facial do vale alimentação, limitado ao valor de até R\$ 0,30 (trinta centavos), que deverá ser multiplicado pelo número total de vales alimentação fornecidos ao profissional, **descontado no contracheque**.

**Parágrafo Quinto** – Em cumprimento à legislação que regulamenta o benefício do PAT, fica estabelecido que as empresas procederão ao desconto no valor facial do vale alimentação, limitado ao valor de até R\$ 0,70 (setenta centavos), **aos profissionais não associados ao STIG/DF**, que deverá ser multiplicado pelo número total de vales alimentação fornecidos ao profissional, **descontado no contracheque**.

**Parágrafo Sexto** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, excepcionalmente, é facultado na admissão do novo funcionário, o pagamento fracionado do vale alimentação nos primeiro 30 (trinta) dias. Condição esta, não estendida na transição de contratos públicos ou privados.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE TRANSPORTE

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa, de forma a satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Ocorrendo falta do trabalhador no mês em curso, os ajustes serão realizados no mês subsequente, proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedido para o novo período.

**Parágrafo Segundo** – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas poderão fornecer o benefício de vale-transporte em espécie diretamente ao trabalhador, sem que isso descaracterize a natureza do benefício, na forma da jurisprudência do STF

(RE nº 487.410, RE 476.994 e RE 590.335-AgR).

**Parágrafo Quarto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e resultando na sua falta ao serviço, não será considerada como falta injustificada.

**Parágrafo Quinto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e caso o trabalhador pague a passagem para que não falte ao trabalho, o ressarcimento deverá ser efetuado diretamente na conta-salário do trabalhador, nunca em depósito na conta do vale-transporte.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO AMBULATORIAL

As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de **R\$ 175,76** (cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, público ou privado, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial, sem qualquer ônus para o trabalhador.

**Parágrafo Primeiro** – O Plano ambulatorial deverá compreender consultas, exames e internações emergenciais conforme estabelecido pela ANS.

**Parágrafo Segundo** – O benefício em questão será custeado com os valores repassados pelos tomadores de serviços públicos ou privados. Caso o trabalhador exerça a faculdade de optar por plano de saúde diferente do ambulatorial, às suas expensas, a contribuição do trabalhador poderá ser objeto de desconto em folha de pagamento e condicionada à prévia comunicação de adesão pelo empregador.

**Parágrafo Terceiro** – O benefício em questão, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

**Parágrafo Quarto** – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas representadas pelo SEAC/DF ficam obrigadas a incluir nas suas planilhas de custos e formação de preços, como também nas propostas, o valor destinado ao plano ambulatorial, nas próximas licitações e contratações públicas, como também nas contratações privadas.

**Parágrafo Quinto** – Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços, poderão aderir a qualquer dos planos de saúde contratados pelo sindicato laboral, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de os tomadores dos serviços, por qualquer motivo, não adimplirem, cessarem e/ou suspenderem o pagamento a ser realizado às empresas, dos valores referentes ao benefício previsto no **caput** desta cláusula, ficarão as mesmas desobrigadas de repassarem qualquer valor aos empregados e/ou à operadora, não incidindo as empresas em qualquer penalidade ou responsabilidade, seja para com o trabalhador ou para com a operadora do plano, nessas hipóteses as empresas deverão comunicar o empregado.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de **R\$ 11,92** (onze reais e noventa e dois centavos) por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

**Parágrafo Primeiro** – O STIG/DF contratará, operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva

de Trabalho, dentro do Distrito Federal.

**Parágrafo Segundo** – A empresa que não repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observado o disposto na cláusula que trata da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

**Parágrafo Quarto** – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o STIG/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

**Parágrafo Quinto** – É de única e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano odontológico, seus benefícios e beneficiários.

**Parágrafo Sexto** – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o STIG/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

**Parágrafo Sétimo** – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

**Parágrafo Oitavo** – É facultado ao trabalhador às suas expensas optar pela colocação de dependentes no plano Odontológico, desde que efetivamente associados ao STIG/DF, e arcando com a totalidade do valor do referido plano.

**Parágrafo Nono** – Caso o empregado opte pela colocação de dependentes e/ou agregados no plano, desde que previamente autorizado, as empresas descontarão em folha de pagamento e repassarão mensalmente ao STIG/DF, os valores relativos a estes descontos.

## AUXÍLIO CRECHE

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REEMBOLSO CRECHE/SIMILARES

As empresas que não mantêm creches em suas dependências ou convênios, reembolsarão, mediante apresentação de recibo/nota fiscal, as despesas efetuadas por suas empregadas, e/ou empregado, até o valor máximo mensal de **R\$ 522,67** (quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), para cada criança matriculada, **a partir de 01/01/2023**, desde que o cônjuge ou companheiro (a) não receba de outra fonte auxílio semelhante para os mesmos filhos.

**Parágrafo Primeiro** – Os valores serão pagos aos funcionários a partir do repasse do tomador dos serviços.

**Parágrafo Segundo** – O valor do reembolso não integrará a remuneração para quaisquer efeitos legais, ainda que as empresas venham a adotar condição mais favorável ao estipulado nesta cláusula.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas que apresentem no seu quadro de empregados, casais de funcionários que tenham filhos que se enquadrem na hipótese tratada no **caput**, o benefício será concedido a apenas um dos pais, não sendo devido de forma cumulativa.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA E ASSISTÊNCIA FUNERAL

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da **assistência funeral** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) e **seguro de vida** no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora, em benefício do empregado.

**Parágrafo Primeiro** – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora com valores mensais a partir de **R\$ 2,75** (dois reais e setenta e cinco centavos) **por empregado efetivo**, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no **caput**, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

**Parágrafo Segundo** – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

**Parágrafo Terceiro** – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará a relação dos empregados efetivos em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora.

**Parágrafo Quarto** – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

**Parágrafo Quinto** – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

**Parágrafo Sexto** – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

**Parágrafo Sétimo** – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

**Parágrafo Oitavo** – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

**Parágrafo Nono** – Os benefícios, Seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial, não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

**Parágrafo Décimo** – O SEAC/DF, se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu website, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao STIG/DF promover a mesma divulgação.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

**Parágrafo Décimo Segundo** – As empresas que deixarem de aderir à apólice oferecida pelo SEAC/DF, assumirão por conta e risco a indenização junto aos beneficiários do trabalhador no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), independente de terem ou não apólice própria, haja vista que esta cláusula tem o princípio de estímulo ao associativismo e por ser um benefício ao trabalhador.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO INTERMITENTE**

Os sindicatos autorizam que as empresas contratem trabalhadores intermitentes, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas proporcionais, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

**Parágrafo Primeiro** – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

**Parágrafo Segundo** – O trabalhador convocado com brevidade inferior a 72 (setenta e duas) horas não poderá sofrer qualquer tipo de penalidade em caso de recusa ou de não comparecimento.

**Parágrafo Terceiro** – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

**Parágrafo Quarto** – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

**Parágrafo Quinto** – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

**Parágrafo Sexto** – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

**Parágrafo Sétimo** – Será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

**Parágrafo Oitavo** – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRT-10ª REGIÃO**

Nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência IUJ 0000396-17.2016.5.10.0000 do TRT-10ª Região, é proibida a utilização de enquadramento sindical pela empresa diverso do segmento no qual o empregado trabalha "I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros. II - **Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha**, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o sindicato dos trabalhadores houver celebrado convenção coletiva mais benéfica com sindicato eclético da categoria econômica", sob pena de nulidade absoluta do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Os sindicatos comprometem-se a coibir a utilização de norma coletiva de trabalho que utilize enquadramento sindical incompatível com o segmento da prestação de serviços do trabalhador das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT.

**Parágrafo Segundo** – Os sindicatos atuarão para alertar e responsabilizar os tomadores de serviços e seus prepostos que utilizarem nos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, norma coletiva diversa da presente CCT.

## **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão ser assistidas pelo STIG/DF.

**Parágrafo Primeiro** – Para as empresas **associadas ao SEAC/DF** que rescindirem o contrato de trabalhador com menos de 30 (trinta) meses de empresa, será dispensada a homologação presencial, desde que enviem ao STIG/DF, por meio digital, o TRCT, extrato do FGTS, GFIP e comprovantes de pagamento. Em caso de ressalva específica e discriminada, a empresa e o funcionário serão convocados para homologação presencial.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário – AAS, bem como carta de apresentação.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o STIG/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), com indicação obrigatória da finalidade do comparecimento (homologação) em referência ao trabalhador ou rol de trabalhadores, desde que devidamente demonstrada a ciência do

empregado no aviso prévio, ou por qualquer meio eletrônico, ou escrito. No caso de notificação impressa, exigirá-se a assinatura do colaborador.

**Parágrafo Quarto** – Todas as empresas são obrigadas a apresentar, no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao STIG/DF e ao SEAC/DF.

**Parágrafo Quinto** – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 60 (sessenta) dias; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 60 (sessenta) dias, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

**Parágrafo Sexto** – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o STIG/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

**Parágrafo Sétimo** - O Sindicato Laboral deverá ressaltar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo STIG/DF, devendo o STIG/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

**Parágrafo Oitavo** – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, sob pena de multa constante no parágrafo 8º do mesmo artigo.

**Parágrafo Nono** – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o STIG/DF obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

**Parágrafo Décimo** – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A comunicação, pelo empregador ao empregado, sobre a data do agendamento da homologação poderá ser por e-mail, WhatsApp, Telegram ou outro meio de comunicação equivalente, desde que comprovado o envio.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Em caso de falta do trabalhador, apresentados os documentos pela empresa ao Sindicato Laboral, inclusive por meio eletrônico, a homologação deixa de ser obrigatória.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS**

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias de seus empregados em até 10 (dez) dias após o fim do contrato.

## **AVISO PRÉVIO**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA DO TRINTÍDIO**

Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional, se der nos trinta dias que antecedem a data-base da categoria, **a empresa associada ao SEAC/DF** ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional, desde que o encerramento do contrato de trabalho tenha ocorrido por determinação do tomador dos serviços, **exceto devolução do funcionário pelo órgão.**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

**Parágrafo Segundo** – Durante o cumprimento do Aviso Prévio concedido pelo empregador, e em havendo comprovação de haver o prestador obtido novo emprego, ficará este dispensado do seu cumprimento nos termos da Súmula 276/TST, estendido esta condição ao trabalhador convocado para assumir cargo público, seja através de concurso público ou cargo comissionado, estando este dispensado e sem ônus do cumprimento do Aviso Prévio.

**Parágrafo Terceiro** – No caso do aviso prévio trabalhado dado pelo empregador ao empregado, o cumprimento do aviso se dará com a prestação de serviços pelo trabalhador no período previsto no art. 487, acrescidos dos 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 12.506/2011.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO**

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de, pelo menos 12 (doze) meses.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio-natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Único** – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL**

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

## **NORMAS DISCIPLINARES**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - REGULAMENTO DAS EMPRESAS**

Todos os empregados, independentemente da data de sua admissão, estarão obrigados ao cumprimento irrestrito dos regulamentos internos vigentes ou que vierem a vigor nas empresas, desde que os mesmos

lhes sejam entregues por cópia ou sejam afixados em local de fácil visualização e desde que os mesmos não contrariem a presente Convenção e a Consolidação das Leis do Trabalho.

## **POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - INCENTIVO À CONTINUIDADE**

Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possuam qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao sindicato laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

**Parágrafo Primeiro** – Caso haja lapso temporal entre o final e início de um novo contrato, ocasionando vacância e/ou descontinuidade no contrato de trabalho dos trabalhadores envolvidos, de até 30 (trinta) dias, por motivos alheios à vontade das empresas envolvidas, não descaracterizará a essência desta cláusula, contudo, os salários e demais vantagens provenientes da presente convenção serão devidos até o último dia da prestação dos serviços do contrato finalizado e a partir do início da efetiva prestação dos serviços do novo contrato, não sendo contemplado o período de vacância como tempo de serviço.

**Parágrafo Segundo** – Na sucessão de contratos de prestação de serviços, no segmento privado, faculta-se às empresas realocarem, dentro das mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo, com posto efetivo (não se admite reservas e feristas). Esta condição é limitada, tão somente, ao empregado que exerça a função de confiança, sendo ainda vedada a sua aplicação aos contratos do setor público.

Entende-se por função de confiança: auxiliar de encarregado, fiscal, encarregado, supervisor, chefe, preposto, gestor, gerente, subgerente, líderes de equipe, supervisor, coordenador e demais funções assemelhadas.

**Parágrafo Terceiro** – Caso a empresa exerça a faculdade prevista no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula, deverá comunicar o Sindicato Laboral no prazo de 30 (trinta) dias os empregados realocados e os respectivos postos de trabalho.

**Parágrafo Quarto** – Para o fiel cumprimento das condições avençadas, o tomador de serviços só poderá realizar a devolução de funcionários que não estejam atendendo com satisfação as suas necessidades, até 30 (trinta) dias que anteceder a troca de empresas, sendo vedado a devolução do trabalhador no referido período até o início do novo contrato, devendo o tomador informar quais os trabalhadores que não irão permanecer no novo contrato.

**Parágrafo Quinto** – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços e, desde que o empregado seja admitido pela empresa sucessora sem a descontinuidade quanto à prestação de serviços, fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 12º da Lei 13.932/19, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado.

**V)** As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO EMPREGADO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Fica facultado ao empregado pessoa com deficiência (PCD) valer-se da garantia contida na **Cláusula Trigesima** ("Incentivo à Continuidade"), optando por ser contratado pela empresa sucessora, em detrimento da garantia prevista no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020.

**Parágrafo Primeiro:** As estabilidades, previstas na Cláusula Trigesima Sexta ("Incentivo à Continuidade") e no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, deverão ser observadas em sua integralidade pela empresa sucessora.

**Parágrafo Segundo:** Caso o trabalhador opte pela contratação pela empresa sucessora, a empresa sucedida estará isenta de qualquer responsabilidade em relação à estabilidade advinda do art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, bem como da nova relação contratual firmada entre empregado e empresa sucessora.

## **ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR**

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGO AO ACIDENTADO**

Ao empregado acidentado no trabalho, ressalvada a hipótese de justa causa, é garantida estabilidade por 12 (doze) meses, nos termos da Legislação da Previdência.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO**

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

**Parágrafo Único** – A empresa que opte por transferir o trabalhador de uma empresa para outra do mesmo grupo econômico, sem que haja quitação rescisória, deverá a empresa sucessora, obrigatoriamente, promover a alteração do contrato de trabalho, regularizar os registros na CTPS, FGTS e Previdência Social (INSS), bem como assumir todos os encargos e direitos do trabalhador da empresa sucedida.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CARTEIRA FUNCIONAL**

As empresas se comprometem a fornecer, a todos os seus empregados, carteira funcional especificando todos os dados necessários a identificação do seu portador.

**Parágrafo Único** – Quando da rescisão do contrato de trabalho, a carteira funcional terá que ser devolvida à empresa.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CÓPIA DA RAIS**

As empresas ficam obrigadas a entregar a cópia da RAIS aos empregados que vierem a requerer, justificadamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS  
DURAÇÃO E HORÁRIO****CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO**

Excetuadas as espécies de trabalho intermitente, tempo parcial ou por revezamento “12x36”, a jornada de trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, podendo outra ser ajustada, dentro da conveniência do tomador dos serviços, sendo vedada a redução habitual da jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a título de proporcionalidade do salário da categoria.

**INTERVALOS PARA DESCANSO****CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO**

Ao funcionário com jornada superior a 6 (seis) horas diárias fica garantido um intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, ficando a critério do funcionário permanecer ou não no local de serviço.

**CONTROLE DA JORNADA****CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a) cartão de ponto manual;
- b) folha de frequência;
- c) biometria;
- d) controle de ponto por cartão magnético;
- e) controle de ponto por meio de aplicativo de folha de pagamento disponível em aparelhos de telefonia móvel (celular);
- f) Outros sistemas de ponto eletrônico alternativos permitidos por lei.

**Parágrafo Único** – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do artigo 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2º da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

**FALTAS****CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - AUSÊNCIA REMUNERADA**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EMPREGADO ESTUDANTE - EXAMES**

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecidos pelo MEC, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

**Parágrafo Único** – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

## **TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO “12X36”**

As empresas poderão adotar a Jornada Especial 12x36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização em casos de extrema necessidade.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da CLT.

**Parágrafo Terceiro** – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

**Parágrafo Quarto** – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

**Parágrafo Quinto** – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sexto** – A remuneração mensal pactuada para a jornada 12x36 horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

**Parágrafo Sétimo** – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - GOZO DE FÉRIAS**

As férias poderão ser concedidas integralmente ou em até 2 (dois) períodos com a anuência do trabalhador, admitindo-se a possibilidade da venda de 10 (dez) dias, na forma da lei vigente.

**Parágrafo Primeiro** – Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

**Parágrafo Segundo** – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á 2 (dois) dias antes do início das mesmas.

**Parágrafo Terceiro** – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

**Parágrafo Quarto** – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

**Parágrafo Quinto** – Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar na segunda-feira, mesmo se o feriado recair em dia de quarta-feira.

**Parágrafo Sexto** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, em caso de decretação do estado de emergência de Saúde Pública no Distrito Federal, fica autorizado a possibilidade de concessão das férias para os trabalhadores que retornarem de afastamento pelo INSS ou licenças, sem a observância do prazo previsto nos Art. 139 e 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, devendo ser o trabalhador avisado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Sétimo** – Para todas as demais empresas, NÃO ASSOCIADAS ao SEAC, os avisos de férias serão com 30 (trinta) dias e fica proibido a antecipação de férias quando o empregado ainda não possuir o período aquisitivo das férias.

## **LICENÇA MATERNIDADE**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - FÉRIAS DA GESTANTE**

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LOCAL PARA REFEIÇÕES E ARMÁRIO**

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de conseguir, junto aos tomadores do serviço, locais apropriados para as refeições de seus funcionários e armários individuais para guarda de seus pertences.

## **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

As empresas se obrigam a adotar todas as medidas para eliminação da insalubridade e da periculosidade, fornecendo, de forma gratuita, os equipamentos de proteção individual cabíveis, tais como: óculos, luvas,

roupas especiais e etc., levando-se em conta a natureza do respectivo trabalho.

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DO UNIFORME**

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) uniformes completos, adequados à numeração previamente informada, a cada 6 (seis) meses.

**Parágrafo Primeiro** – Após a efetiva entrega dos uniformes, por meio de recibo próprio, os ajustes ficarão a cargo do empregado(a).

**Parágrafo Segundo** – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso doméstico.

**Parágrafo Terceiro** – O empregado indenizará a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

## **CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ELEIÇÕES PARA A CIPA**

As empresas enviarão para o STIG/DF, sob pena de nulidade, cópias dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS**

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas colocarão à disposição do sindicato Profissional, locais apropriados e de fácil visualização para a fixação de quadro de avisos e notícias de interesses dos trabalhadores, medindo no mínimo, meio metro quadrado, desde que, ao empregador seja facultado definir o local, bem como que as divulgações não contrariem os princípios e as finalidades das empresas, ficando ajustado, ainda que, toda e qualquer divulgação deverá ser autorizada pelo proprietário ou seu preposto na empresa, ficando vedada toda e qualquer propaganda de caráter político-partidário.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DO AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS**

Aos 05 (cinco) dirigentes sindicais regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Distrito Federal –

STIG/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante anuência expressa do trabalhador, o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de maio de 2023. O referido desconto deverá ocorrer no mês subsequente a assinatura desta CCT, a título de Taxa Assistencial, conforme aprovação expressa em assembleia geral convocada e aprovada para esta finalidade. O referido desconto deverá ser revertido ao Sindicato Laboral até o dia 15 (quinze) do mesmo mês do desconto, fornecendo, ainda, ao Sindicato, relação evidenciando os dados pertinentes ao desconto, ou seja, o nome do empregado e o valor do desconto.

**Parágrafo Primeiro** – O pagamento ou recolhimento poderá ser feito por solicitação de boleto bancário a ser enviado pelo STIG/DF ou mediante depósito na conta corrente bancária do Sindicato, sendo que, nesta última hipótese, o comprovante do depósito valerá como recibo.

**Parágrafo Segundo** – Ao empregado é facultado o direito de oposição ao desconto, desde que se manifeste por escrito, individual e pessoalmente ao Sindicato dos Gráficos, em até 15 (quinze) dias após a assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL MENSAL

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados associados e mediante anuência expressa do trabalhador por escrito, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao STIG/DF no percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do salário nominal recebido.

**Parágrafo Primeiro** – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao STIG/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

**Parágrafo Segundo** – O repasse do desconto para o STIG/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 03 (três) dias úteis após o desconto.

**Parágrafo Terceiro** – O STIG/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

**Parágrafo Quarto** – Em caso de atraso no depósito da mensalidade Sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o STIG/DF.

**Parágrafo Quinto** – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores associados, mediante a apresentação por parte do STIG/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

**Parágrafo Sexto** – Será concedida um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula a empresa associada ao SEAC/DF.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, **no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado**, comprovado por meio do CAGED referente ao mês de junho de 2023, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de julho de 2023, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal -STF -RE 220.700-1 -RS -DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 -DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na sede do SEAC/DF, até o dia 28 de abril de 2023. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). As guias de pagamentos deverão ser emitidas pelo site do SEAC/DF ([www.seac-df.com.br](http://www.seac-df.com.br)).

**Parágrafo Primeiro** – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. ( <http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/> )

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais e trabalhistas.

**Parágrafo Primeiro** – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal e GRCSU;
- b) Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

**Parágrafo Terceiro** – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes Sindicais.

**Parágrafo Quarto** – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, itens IV e V, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

**Parágrafo Quinto** – A certidão será gratuita às empresas associadas ao SEAC/DF.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DO ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO EXTRAJUDICIAL**

Os acordos individuais de trabalho extrajudiciais deverão ter a anuência dos sindicatos laboral e patronal, sob pena de nulidade.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ACORDOS COLETIVOS**

Nenhuma empresa abrangida pela presente Convenção Coletiva poderá gozar de benefícios diversos dos previstos na Convenção Coletiva firmada entre o SEAC/DF e o STIG/DF, salvo em situações específicas negociadas através de Acordo Coletivo fixado entre o STIG/DF e a empresa empregadora, com o único objetivo de promover condições mais benéficas ao trabalhador.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - COOPERAÇÃO MÚTUA**

Os Sindicatos, por seus representantes, se reunirão mensalmente com vistas a conhecerem e solucionarem problemas comuns, em prestígio ao trabalhador e ao setor econômico.

## **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL**

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

**Parágrafo Único** – Para o fiel cumprimento dos termos pactuados nesta Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos em conjunto assumem o compromisso de fiscalizar os contratos celebrados com entes públicos e privados.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS**

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas por escrito aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

## **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - PROCESSO LICITATÓRIO**

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva de Trabalho nas suas propostas, principalmente, quando participarem de processo licitatório que envolvam profissionais gráficos terceirizados, conforme relação de funções constantes na **Cláusula Terceira** deste Instrumento Coletivo de Trabalho.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - ADOÇÃO DE OUTRA CCT**

Toda e qualquer licitação no segmento de terceirização que adotar Convenção Coletiva de Trabalho - CCT diversa da formalizada pelo SEAC/DF e STIG/DF é nula de pleno direito.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DAS EMPRESAS SUJEITAS À CPRB**

Aos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, é proibida a utilização pelas empresas dos benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB.

**Parágrafo Primeiro** – Não poderão utilizar os benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB, aos contratos previstos no **caput** da presente cláusula, as empresas cujo objeto também abranjam as seguintes atividades mencionadas na IN RFB 1.812/18:

- tecnologia da informação – TI e comunicação – TIC;
- call center;
- transporte rodoviário de passageiros, intermunicipal, interestadual, internacional e em região metropolitana;
- transporte ferroviário de pessoas;
- transporte metroferroviário de pessoas;
- transporte rodoviário de cargas;

- construção civil;
- construção civil de obras de infraestrutura;
- empresas jornalísticas e de radiodifusão de sons e imagens;

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - BENEFICIÁRIOS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**

A presente convenção coletiva aplica-se às empresas enquadradas e abrangidas pela exclusiva representação da categoria econômica das Indústrias Gráficas e Serviços Gráficos Terceirizados, e aos seus empregados, enquadrados na respectiva categoria profissional gráfica e representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Distrito Federal - STIG/DF, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas - CONATIG e Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas – FNTIG, signatários desta norma coletiva, todos exercendo a atividade gráfica, de natureza específica e predominante, internacionalmente classificada na ISO TC130 (*International Organization for Standardization*), como sendo uma atividade industrial que utiliza tecnologias, insumos, métodos e processos para transferir imagens sobre um suporte, resultando em reprodução física e tangível (*hard copy*), que é um registro visível e permanente destas imagens.

As ocupações relativas à atividade gráfica estão contempladas no Grande Grupo 7 da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, considerando-se também as ocupações que não foram contempladas na CBO em vigor, previstas no Grupo 9.2 do texto da CBO/94, uma vez que estas continuam existindo na prática, compreendendo os Códigos 7661 - Pré-Impressão, 7662 - Impressão, 7663 - Acabamento Gráfico, Cartográfico, Flexográfico, Acabamento Digital Gráfico, 2149-30 - Tecnólogo em Produção Gráfica, Tecnólogo Gráfico, e 2624-10 - Desenhista Industrial Gráfico (Designer Gráfico) - Tecnólogo em Design Gráfico.

A atividade gráfica consta na CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, como “indústrias de transformação” (grupos 17.3, 17.4, 18.1 e 18.2) e como “informação e comunicação” (grupo 58.2). Seus produtos constam no PRODLIST – Indústria, lista detalhada de bens e serviços industriais.

As ocupações funcionais e profissionais abrangidas, as principais etapas do processo industrial e produtivo, os respectivos segmentos operacionais da atividade econômica e a relação de produtos resultantes da atividade gráfica, que definem a abrangência, especificidade e predominância representativa da categoria econômica, exclusivamente representada pelo STIG - DF, em âmbito distrital, estão inseridas nas disposições e demais considerações constantes dos parágrafos a seguir.

**Parágrafo Primeiro** – As principais etapas da atividade gráfica são:

**Pré-impressão**– primeira etapa do fluxo de trabalho que inclui todas as operações necessárias para a preparação de imagens e portadores de imagens, obtidos através de tecnologias analógicas e digitais.

**Impressão**– segunda etapa do fluxo de trabalho, onde a imagem é transferida para o suporte utilizando-se tecnologias de reprodução, a saber:

**Fotoquímica** – processo fotográfico que se baseia na ação fotoquímica da luz sobre emulsões fotossensíveis; a camada dos filmes fotográficos contém haletos de prata que são reduzidos a prata metálica sob ação da luz.

**Termoquímica** – processo de tratamento térmico de uma chapa offset, realizado após a revelação, que consiste em aquecê-la a fim de promover o endurecimento da camada polimérica das áreas de grafismo, aumentando a resistência.

**Eletroquímica** – processo que consiste em fazer passar uma corrente elétrica por uma solução ionizada, chamada eletrólito, causando um fluxo de íons negativos em direção ao ânodo e de íons positivos em direção ao cátodo, empregado para depositar cobre ou cromo em cilindros de rotogravura e rolos de anilox na flexografia.

**Jato de tinta** – processo direto, sem impacto, no qual gotículas de tinta líquida são borrifadas sobre um suporte, a partir de dados digitais, sob o comando de um sistema computadorizado; nas áreas de contragrafismo, as gotículas são defletidas e voltam para o reservatório de tinta. Existem diferentes mecanismos de geração das gotas de tinta, dentre os quais destacam-se: a) as gotículas são produzidas através de contrações e expansões pulsantes de elementos mecânicos; b) baseia-se no efeito piezoelétrico, e as gotículas são geradas apenas quando necessário; c) as gotículas são geradas através de calor localizado; d) formação de bolhas de tinta, as quais são ejetadas através de pressão, atingindo o suporte.

**Transferência térmica** – processo sem impacto, a partir de arquivos digitais, cuja característica é criar um sinal digital diretamente sobre o suporte, através de condutores elétricos; o corante é uma fita coberta com cera pigmentada, que funde no substrato e solidifica por resfriamento, uma cor por vez, produzindo cores saturadas e brilhantes.

**Eletrostática** – processo de reprodução das imagens por transferência de partículas de toner de um tambor fotocondutor intermediário, que recebe uma carga elétrica para habilitá-lo a transferir e a fundir o pigmento no papel, formando uma imagem, tal como acontece na xerografia e na impressão a laser.

**Relevografia** – processo cuja matriz apresenta áreas de grafismo acima das áreas de contra grafismo.

**Planográfica** – processo cuja matriz de impressão plana não apresenta relevo e tem as áreas de grafismo e de contra grafismo situadas no mesmo plano.

**Encavográfica** – qualquer processo de impressão cujo grafismo é gravado ou escavado na superfície de uma chapa ou cilindro metálico.

**Permeográfica** – processo de impressão que emprega matriz permeável feita de seda, plástico ou metal.

Os sistemas de impressão que utilizam as tecnologias acima são: Digital, híbrida e eletrônica (dados variáveis), Reprografia, Flexografia, Tipografia, Letterset, Litografia, Offset, Rotogravura, Calcografia (Talho Doce), Tampografia, Serigrafia (Silk-Screen), por Estêncil, Holografia, Rotativa Fria Quente e Seco, Plotter, Letterpress, Relevografia, Hot-Stamping, Pautação e sistemas híbridos de impressão (flexo+serigrafia; offset+flexo+serigrafia, offset+roto, entre outros).

**Pós-impressão** – terceira etapa do fluxo de trabalho que consiste no acabamento de produtos gráficos, tais como: revestimento, acoplagem, laminação, corte, vinco, refile, gofragem, dobra, colagem, encadernação, plastificação, verniz, estampagem, plotagem, aplicação de alto e baixo relevo, hot-stamping, transfer, alta frequência, rebobinação, capa dura e flexível, vincagem, hot melt, PVA, PUR, brochura, costura, lombada quadrada, grampeação, endereçamento, envelopagem, intercalação, seladoras, serras, serrilhadoras, picotadeiras, shirink, cuja finalidade é criar, realçar e preservar qualidades táteis e visuais do produto, determinado seu formato, dimensões, e viabilizando sua finalidade e logística (identificação, acondicionamento, armazenamento e distribuição).

**Parágrafo Segundo** – Relação dos Segmentos da Atividade Gráfica: Editorial; Acondicionamento/ Identificação/Embalagens Impressas; Promocional, Comercial, Carimbos e Clicheria em geral, Impressos de Segurança, Formulários Contínuos convencionais – eletrônicos e em dados variáveis.

**Parágrafo Terceiro** – Relação de produtos resultantes da Atividade Gráfica: livros (de texto, culturais e de arte, institucionais, infantis, ilustrados, didáticos e técnicos), guias, manuais, revistas (periódicas de caráter variado com ou sem recursos gráficos especiais, infantis ou de desenhos, institucionais), jornais (de circulação diária ou não), rótulos convencionais, rótulos com efeitos especiais, etiquetas (convencionais, auto-adesivas ou metálicas), decalques, embalagens impressas cartotécnicas semi-rígidas convencionais, cartuchos, embalagens impressas semi-rígidas convencionais com efeitos especiais e sem efeitos especiais, embalagens impressas laminadas em papelão ondulado, embalagens impressas sazonais impressas em suporte metálico, flexíveis impressas até 4 cores ou mais, embalagens impressas em suportes rígidos não celulósicos, embalagens impressas flexíveis, embalagens impressas flexíveis laminadas, rótulos, etiquetas ou invólucros impressos com fins de identificação e/ou proteção para produtos alimentícios, farmacêuticos e bebidas constantes em embalagens diversas, embalagens impressas em suportes metálicos, sacos, sacolas, bolsas de plástico, pôsteres, cartazes, catálogos, relatórios de empresas, tablóides, folhetos, malas diretas, folders, banners, kits promocionais, backlitght, frontlitght, malas diretas, outdoor, capas de CD / DVD, bulas, manuais de instrução, displays, móveis, materiais de ponto de venda e de mesa, displays e materiais de ponto de venda de chão (destinados a quaisquer fins sejam eles de caráter promocional, publicitário, comercial, informativo e institucional, calendário de mesa, calendário de parede, cartões de mensagem, convites, diplomas, cartões de visita, materiais de papelaria,

envelopes, formulários, plano, jato, contínuo e mailer, impressos de segurança, cheques, boletos de cobrança, extratos de contas, cautelas, títulos ao portador, selos postais e fiscais, cartões magnéticos gravados, cartões telefônicos (phonecard), carnês de cobrança, vale ticket refeição, transporte, alimentação, pedágio, identificação, cartão de crédito e bancário, cadernos, agendas, jogos (baralhos, quebra-cabeças), cardápios, produtos para festa, papel de parede, sinalização, loterias, jogos promocionais, cópias, produtos impressos através de serigrafia (silk screen), produtos gráficos de Clicheria e Carimbos em geral, e outros, confeccionados conforme os sistemas de impressão acima citados, bandejas, travessas, pratos, bíblias, hinários e semelhantes, listas telefônicas, mapas, plantas topográficas, papel moeda, contas telefônicas, extratos bancários, em dados variáveis e transacionais, cartões postais, estampas, gravuras, decalcomanias, impressos em dados variáveis com impressão híbrida como booklet, faturas telefônicas, água, energia elétricas, extratos bancários, gás, entre outros.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER**

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer constantes do presente instrumento, na seguinte progressão:

- a)** multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses não tenha incidido nesta penalidade;
- b)** multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses tenha reincidido nesta penalidade.

**Parágrafo Primeiro** – Prevalecem as multas por descumprimento previstas nas cláusulas do presente instrumento.

**Parágrafo Segundo** – Será concedida um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula a empresa associada ao SEAC/DF.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - TERMOS ADITIVOS**

É facultado aos Sindicatos convenientes complementar as disposições desta Convenção Coletiva por meio de termo aditivo, devidamente registrado do MTE, com o objetivo de regular e/ou alterar as disposições deste instrumento normativo.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com "*severus in iudicando*" que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma

extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

}

**ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS**  
**TERCEIRIZAVEIS DO DF**

**ELSON DE SOUZA SILVA**  
**MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA**  
**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS GRAFICAS NO DISTRITO FEDERAL**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas **de 79,49% (setenta e nove vírgula quarenta e nove por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

**A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

#### **TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS**

#### **ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG**

#### **MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

#### **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>
<b>A</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017</b>	<b>8,33%</b>

	MPDG)	
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
<b>Total</b>		<b>20,43%</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

#### **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>%</b>
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou Sesi	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

#### **Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>
A	Aviso prévio indenizado ( $33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$ )	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ( $8\% \times 1,81\% = 0,14\%$ )	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado)	4,05%
D	Aviso prévio trabalhado ( $07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,19\%$ )	0,19%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ( $36,80\% \times 0,19\% = 0,07\%$ )	0,07%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado)	0,45%
<b>Total</b>		<b>6,71%</b>

#### **Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>

A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$ )	0,95%
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	4,17%
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	0,10%
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	0,63%
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,68%
<b>Total</b>		<b>15,55%</b>

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

**Nota 2:** Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>79,49%</b>
-----------------------------------	---------------

Revisão Fellipe R. Andrade.

## ANEXO II - ATA DE APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA DOS TRABALHADORES

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** DF000111/2023  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 27/02/2023  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR008557/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19964.103572/2023-84  
**DATA DO PROTOCOLO:** 27/02/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF, CNPJ n. 00.628.123/0001-71, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCO ANTONIO ARGUELHO CLEMENTE;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos(as) Trabalhadores(as) em Radiodifusão e Televisão terceirizados que se ativam nas empresas de prestação de serviços terceirizáveis e trabalho temporário**, com abrangência territorial em **DF**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS**

**As empresas** abrangidas por esta Convenção Coletiva **não poderão utilizar salário normativo inferior ao piso** estabelecido na presente cláusula, que é de **R\$ 3.487,93** (três mil quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos) para as funções não contempladas abaixo. Os salários normativos da categoria, vigentes a partir de 1º de janeiro 2023, são:

Almoxarife Técnico	R\$8.122,29
Arquivista/Teipes	R\$5.284,92
Assistente de Clipping	R\$3.697,21
Assistente de Estúdio	R\$3.697,21
Assistente de Produção	R\$5.357,65
Assistente de Pesquisa e Opinião em Rádio e TV	R\$5.330,00
Assistente de Operações Audiovisuais	R\$4.203,92
Auxiliar de Câmera UPE	R\$4.203,92
Auxiliar de Informação, Documentação e Pesquisa Audiovisual (Rádio e TV)	R\$4.203,92
Cabeleireiro	R\$4.722,16
Coordenador de Produção	R\$8.122,29
Coordenador de Programação	R\$8.122,29

Comunicador	R\$10.472,03
Controlador de Operações	R\$10.350,08
Controlador de Programação	R\$8.122,29
Desenhista	R\$9.014,73
Diretor Artístico	R\$13.577,87
Diretor de Imagens	R\$7.420,16
Diretor de Produção	R\$13.577,87
Diretor de Programação	R\$13.577,87
Diretor de Programas	R\$13.577,87
Diretor Esportivo	R\$13.577,87
Diretor Musical	R\$13.577,87
Discotecário Programador	R\$5.284,92
Editor de Fotografia	R\$9.125,52
<b>Editor de Mídia Audiovisual</b>	<b>R\$7.538,01</b>
Editor de Videoteipe	R\$7.538,01
Encarregado de Tráfego	R\$6.342,99
Fotógrafo	R\$6.954,47
Gerente de Projetos em TV Digital	R\$10.410,23
Iluminador	R\$4.703,47
Intérprete de Libras de TV	R\$6.567,98
Locutor Anunciador	R\$7.259,82
Locutor Apresentador Animador	R\$10.472,03
Locutor Comentarista Esportivo	R\$10.472,03
Locutor Entrevistador	R\$10.472,03
Locutor Esportivo	R\$7.688,45
Locutor Noticiarista de Rádio	R\$7.688,45
Locutor Noticiarista de Televisão	R\$7.688,45
Maquilador	R\$5.335,97
Monitor de Controle de Qualidade de TV	R\$9.484,86
Operador de Vídeo	R\$5.497,13
Operador de Gravações	R\$3.889,65
Operador de Transmissor de Rádio	R\$3.915,65
Operador de Transmissor de Televisão	R\$3.915,65
Operador de Áudio	R\$5.156,17
Operador de Rádio	R\$5.286,32
Operador de Cabo	R\$3.697,21
<b>Operador de Câmera</b>	<b>R\$5.533,15</b>
Operador de Câmera UPE	R\$7.406,44
Operador de Controle Mestre	R\$6.304,66
Operador de Fotografia Digital	R\$6.305,62
Operador de Máquina de Caracteres	R\$4.924,58
<b>Operador de Mídia Audiovisual</b>	<b>R\$6.164,61</b>
Operador de Mixagem	R\$6.164,61
Operador de Videoteipe	R\$4.228,59
Produtor Executivo	R\$10.470,13
Produtor de Rádio e TV	R\$10.470,13
Revisor especialista em informação, documentação e pesquisa audiovisual	R\$7.006,25
Roteirista Intervalo Comercial	R\$6.342,99
Secretário de Redação em Rádio ou TV	R\$4.399,91
Sonoplasta	R\$6.290,01
Supervisor de Clipping	R\$4.904,39
Supervisor de Operações	R\$10.350,08
Supervisor Técnico	R\$10.767,60



Técnico de Manutenção de Rádio	R\$8.873,85
Técnico de Manutenção de Televisão	R\$8.873,85
Técnico em Manutenção Eletrotécnica	R\$8.873,85
Técnico de Áudio	R\$6.343,01
Técnico de Vídeo	R\$6.343,01
Técnico Externa	R\$6.343,01
Técnico de Sistemas Audiovisuais	R\$6.343,01
Web Designer em Rádio e TV	R\$4.399,91

**Parágrafo Único** – Os descritivos das funções constantes nesta cláusula estão no anexo I deste Instrumento.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E REAJUSTE

A todos os trabalhadores da categoria profissional que se ativam a este instrumento coletivo de trabalho, fica garantido o reajuste linear de **5,79%** (cinco vírgula setenta e nove por cento) a partir de **1º de janeiro de 2023**.

**Parágrafo Único** – Os reajustes dos salários, auxílios e benefícios, bem como, o retroativo que compõe este instrumento de trabalho deverá ser repassado aos trabalhadores até 07 de abril de 2023.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS

O pagamento do salário será feito **até o 5º (quinto) dia útil**, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao profissional radialista, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto, inclusive para a Previdência Social, e do valor correspondente ao FGTS.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

**Parágrafo Segundo** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, o pagamento do salário poderá ser feito **até o 5º (quinto) dia útil bancário**, obedecendo as demais disposições prescritas no **caput**.

**Parágrafo Terceiro** – Denunciado o descumprimento da CCT, os sindicatos atuarão conjuntamente, notificando o contratante sobre os ônus do descumprimento, sem prejuízo do ajuizamento da ação cabível e do registro de denúncias perante os órgãos de fiscalização.

## ISONOMIA SALARIAL

### CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Os empregados admitidos não poderão receber salário inferior ao do empregado demitido, desde que desenvolvam atividade da mesma natureza com igual produtividade e com mesma perfeição técnica.

**Parágrafo Primeiro** – Enquanto perdurar a substituição, os empregados abrangidos por esta convenção, que exercer a substituição fará jus à diferença entre o seu salário e o menor salário do cargo ou função substituída, na proporção da duração da substituição, excluídas as vantagens pessoais.

## OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

## CLÁUSULA SÉTIMA - INTEGRAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS

As horas extras e o adicional noturno integrarão os salários para efeito de pagamento de férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, aviso prévio e FGTS, desde que pagos com habitualidade.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

### CLÁUSULA OITAVA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas **associadas ao SEAC/DF** poderão efetuar os pagamentos do 13º (décimo terceiro) salários em uma única parcela até o dia 20 de dezembro de 2023.

**Parágrafo Único** – Para as demais empresas, **NÃO** associadas ao SEAC/DF, o pagamento deverá ser em duas parcelas; o primeiro vencimento deverá ser pago até o dia 30 de novembro de 2023 e o segundo até o dia 20 de dezembro de 2023, na proporção a que fizer jus o empregado.

## ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias para execução de serviços inadiáveis serão remuneradas da seguinte forma:

- a) 70% (setenta por cento) as prestadas em dias úteis; e
- b) 100% (cem por cento) as prestadas em domingos e feriados e durante viagens com pernoite.

**Parágrafo Primeiro** – O cálculo da hora extra será efetuado conforme previsto em Lei.

**Parágrafo Segundo** – As partes, de acordo com a Lei nº 9.601/98, de 21/10/98, estabelecem que o trabalho extraordinário, mencionada na letra (a) poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, na proporção de um a hora de trabalho por duas de descanso. A compensação poderá ocorrer de forma a permitir a compensação por folgas de até 18 (dezoito) horas/mês, no período máximo de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Terceiro** – A compensação de horas extras será cumulativa de maneira que não seja inferior a 1 (uma) jornada diária e será preferencialmente praticada junto às folgas semanais.

**Parágrafo Quarto** – A data da compensação será determinada pela empresa, desde que o empregado seja avisado com pelo menos 3 (três) dias de antecedência. A data da compensação também poderá ser requerida pelo empregado desde que o pedido seja feito com antecedência mínima de 3 (três) dias. Neste último caso, o pedido do empregado terá que ser obrigatoriamente acolhido pela empresa, podendo ser rejeitado ou cancelado apenas em casos excepcionais (exemplos: caso fortuito, força maior).

**Parágrafo Quinto** – Desde que solicitado pelo empregado, de comum acordo com o seu empregador, fica acordado que a compensação das horas extras poderá ser feita juntamente com o período de férias. Neste caso, o prazo da compensação poderá ser maior do que o estipulado no § 2º desta cláusula.

**Parágrafo Sexto** – As empresas apontarão as horas extras por meio de relatórios mensais, que ficarão à disposição do empregado a partir do último dia do mês subsequente, nos quais será discriminada a quantidade de horas extras realizadas.

**Parágrafo Sétimo** – No dia em que o trabalhador estiver compensando horas, a empresa não poderá descontar o vale alimentação referente àquele dia.

## ADICIONAL NOTURNO

## CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno, assim considerado aquele realizado entre as 22h (vinte e duas horas) de um dia e às 5h (cinco horas) do dia seguinte, será remunerado de acordo com o adicional de 40% (quarenta por cento) sobre a hora diurna.

**Parágrafo Único** – Aos trabalhadores sujeitos à jornada diária, em período noturno, compreendido das 22 (vinte e duas) horas às 05 (cinco) horas da manhã, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

## ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O profissional que no exercício da manutenção de equipamentos, em transmissores, laboratórios fotográficos, iluminação e redes eletrificadas, terá acrescido do salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

## AJUDA DE CUSTO

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DESPESAS DE VIAGEM

Em caso de viagem, a serviço e por determinação das empresas, ficam estas obrigadas ao pagamento das despesas pertinentes à locomoção, estada e alimentação, conforme normas e condições próprias de cada empresa.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas se obrigam a reembolsar, no prazo de 3 (três) dias, as despesas efetuadas pelos empregados, no desempenho de suas funções, quando por elas autorizadas. Os empregados, por sua vez, obrigam-se a prestar contas, no prazo máximo de 3 (três) dias, das importâncias que receberam a título de adiantamento para a realização de despesas.

**Parágrafo Segundo** – Os prazos referidos no parágrafo anterior iniciar-se-ão no primeiro dia útil seguinte ao da realização das despesas ou término da missão, conforme o caso.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder a cada 30 (trinta) dias aos seus empregados, e de uma única vez nos dias efetivamente trabalhados, a partir do dia 1º de janeiro de 2023, o auxílio alimentação no valor de **R\$ 40,96 (quarenta reais e noventa e seis centavos)** e a estes a cada 30 (trinta) e de uma única vez pelos dias efetivamente trabalhados, independente da carga horária. A presente parcela não integra a remuneração, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

**Parágrafo Primeiro** – A concessão do Auxílio Alimentação somente poderá ser concedida ao trabalhador através de Cartão Alimentação.

**Parágrafo Segundo** – De forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

**Parágrafo Terceiro** – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

**Parágrafo Quarto** – Em cumprimento à legislação que regulamenta o benefício do PAT, fica estabelecido que as empresas procederão ao desconto no valor facial do vale alimentação, limitado ao valor de até R\$ 0,30 (trinta centavos), que deverá ser multiplicado pelo número total de vales alimentação fornecidos ao trabalhador, **descontado no contracheque**.

**Parágrafo Quinto** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, excepcionalmente, é facultado na admissão do novo funcionário, o pagamento fracionado do vale alimentação nos primeiro 30 (trinta) dias. Condição esta, não estendida na transição de contratos públicos ou privados.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE-TRANSPORTE

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa, de forma a satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

**Parágrafo Primeiro** – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Ocorrendo falta do trabalhador no mês em curso, os ajustes serão realizados no mês subsequente, proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedido para o novo período.

**Parágrafo Segundo** – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas poderão fornecer o benefício de vale-transporte em espécie diretamente ao trabalhador, sem que isso descaracterize a natureza do benefício, na forma da jurisprudência do STF (RE nº 487.410, RE 476.994 e RE 590.335-AgR).

**Parágrafo Quarto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e resultando na sua falta ao serviço, não será considerada como falta injustificada.

**Parágrafo Quinto** – Na eventualidade da não concessão do vale-transporte em tempo hábil ao trabalhador e caso o trabalhador pague a passagem para que não falte ao trabalho, o ressarcimento deverá ser efetuado diretamente na conta-salário do trabalhador, nunca em depósito na conta do vale-transporte.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO AMBULATORIAL

Fica assegurado aos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), efetivamente alocados nos serviços e limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, plano de saúde na modalidade ambulatorial.

**Parágrafo Primeiro** – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas representadas por este instrumento coletivo ficam obrigadas a incluir nas suas planilhas de custos e formação de preços, como também nas propostas, o valor destinado ao plano de saúde ambulatorial, nas licitações e contratações públicas, como também nas contratações privadas.

**Parágrafo Segundo** – Para atendimento da presente cláusula, as empresas repassarão os valores, repassados pelos tomadores de serviços públicos ou privados, o valor de **R\$ 234,73 (duzentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos)** por trabalhador, que se responsabilizará pela contratação do plano de saúde na modalidade ambulatorial ou poderá optar por pagar diretamente à operadora contratada pelo Sindicato Patronal.

**Parágrafo Terceiro** - O plano ambulatorial deverá compreender consultas, exames clínicos e laboratoriais e internações emergenciais, e deverá atender a todos os procedimentos e especialidades, conforme definição da Agência Nacional de Saúde (ANS).

**Parágrafo Quarto** – Para as empresas optantes pelo pagamento direto à operadora contratada pelo SEAC/DF, no valor mencionado no **parágrafo primeiro**, será de responsabilidade e competência exclusiva do SEAC/DF a escolha, contratação e administração, bem como, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários, inclusive atuar nas ações judiciais e administrativas envolvendo o plano na defesa dos interesses de seus beneficiários, em especial, para garantir a continuidade da prestação dos serviços médicos na hipótese de interrupção ou suspensão dos serviços pela operadora. Em hipótese alguma, as empresas serão responsabilizadas pela descontinuidade, suspensão ou por qualquer problema decorrente da prestação de serviços do plano aos trabalhadores, desde que estejam cumprindo com todas as suas obrigações previstas nesta cláusula e dispositivos legais.

**Parágrafo Quinto** - Para as empresas optantes pelo pagamento direto à operadora contratada pelo SEAC/DF, do valor mencionado no **parágrafo primeiro**, ocorrendo qualquer desembolso financeiro pelo SINRAD/DF e/ou as empresas, decorrente de descontinuidade, suspensão e problemas na prestação de serviços do plano ambulatorial aos trabalhadores, e se comprovando a culpabilidade do SEAC/DF, caberá ao Sindicato Patronal indenizar as empresas.

**Parágrafo Sexto** – Para as empresas optantes pelo pagamento direto à operadora contratada pelo SEAC/DF, do valor mencionado no **parágrafo primeiro**, o valor será pago diretamente à operadora do plano ambulatorial até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início do contrato. A empresa terá até o dia 15 (quinze) de cada mês para incluir os funcionários no plano de saúde e a operadora terá até 20 (vinte) dias (úteis) para entregar a carteira com a devida inscrição.

**Parágrafo Sétimo** – Ocorrendo falência, intervenção, deficiência na gestão ou qualquer outro fato que afete a operadora do plano ambulatorial, causando a interrupção, cancelamento ou qualquer prejuízo aos trabalhadores, as empresas ou o SEAC/DF se obrigam a contratar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob sua responsabilidade exclusiva, plano equivalente ao ofertado por meio desta Convenção Coletiva.

**Parágrafo Oitavo** – No caso de haver o descumprimento do pagamento do plano ambulatorial, o benefício do plano ambulatorial ao trabalhador será automaticamente suspenso, até que ocorra a regularidade financeira. Neste caso, poderá o trabalhador optar pelo pagamento diretamente à operadora do plano ambulatorial, visando a manutenção do benefício até que o tomador dos serviços e/ou a empresa regularize a pendência financeira.

**Parágrafo Nono** – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e sobrevivendo sua aposentadoria, esse será desligado do plano ambulatorial, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora em plano individual, sem intermédio de sua antiga empregadora, e do SEAC conforme estabelecido pela ANS.

**Parágrafo Décimo** – Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços, poderão aderir ao plano de saúde contratado pelo Sindicato Patronal, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O benefício em questão, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

**Parágrafo Décimo Segundo** – O SEAC/DF terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da homologação da presente norma coletiva e implantar o plano de saúde ambulatorial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

**As empresas**, condicionadas à prévia, expressa e formal autorização por parte dos empregados radialistas associados, **descontarão em folha**, as contribuições referentes à assistência odontológica conveniadas com o Sindicato Laboral.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas deverão fazer o repasse do somatório das contribuições previstas no **caput** desta cláusula até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao mês do efetivo desconto.

**Parágrafo Segundo** – O Sindicato Laboral se obriga a fornecer mensalmente à empresa, até o dia 10 (dez) de cada mês, relação dos empregados associados para a efetivação do desconto em folha, bem como as respectivas autorizações.

**Parágrafo Terceiro** – Caso ocorra alteração no valor nominal das contribuições a serem descontadas, o Sindicato Laboral deverá comunicar as empresas formalmente, obedecendo ao mesmo prazo e formalidades previstos no parágrafo segundo supra, inclusive fornecendo novas autorizações dos empregados, sob pena da efetuação do desconto nas bases do valor nominal anterior.

**Parágrafo Quarto** – O Sindicato Laboral desde já isenta as empresas de quaisquer responsabilidades sobre os descontos realizados em conformidade com o **caput**, bem como sobre os serviços assistenciais prestados, de acordo com o artigo 8º, IV, da CF/88.

## AUXÍLIO CRECHE

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO CRECHE/SIMILARES

As empresas que não mantêm creches em suas dependências ou convênios reembolsarão, mediante apresentação de recibo/nota fiscal, as despesas efetuadas por suas empregadas, e/ou empregado radialista, até o valor máximo mensal de **R\$ 522,67** (quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), para cada criança matriculada, **a partir de 01/01/2023**, desde que o cônjuge ou companheiro (a) não receba de outra fonte auxílio semelhante para os mesmos filhos.

**Parágrafo Primeiro** – Os valores serão pagos aos funcionários a partir do repasse do tomador dos serviços.

**Parágrafo Segundo** – O valor do reembolso não integrará a remuneração para quaisquer efeitos legais, ainda que as empresas venham a adotar condição mais favorável ao estipulado nesta cláusula.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas que apresentem no seu quadro de empregados, casais de funcionários que tenham filhos que se enquadrem na hipótese tratada no **caput**, o benefício será concedido a apenas um dos pais, não sendo devido de forma cumulativa.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA E ASSISTÊNCIA FUNERAL

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da assistência funeral no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) e seguro de vida no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora/corretora, em benefício do empregado.

**Parágrafo Primeiro** – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas, por intermédio da Seguradora, apólice de Seguro de Vida e Assistência Funeral, com valores mensais a partir de **R\$ 3,25** (três reais e vinte e cinco centavos), por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de Seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no **caput**, somente em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

**Parágrafo Segundo** – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

**Parágrafo Terceiro** – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

**Parágrafo Quarto** – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

**Parágrafo Quinto** – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

**Parágrafo Sexto** – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

**Parágrafo Sétimo** – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

**Parágrafo Oitavo** – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora/Corretora.

**Parágrafo Nono** – Os benefícios, Seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

**Parágrafo Décimo** – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu *website*, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINRAD/DF promover a mesma divulgação.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

**Parágrafo Décimo Segundo** – As empresas que deixarem de aderir à apólice oferecida pelo SEAC/DF, assumirão por conta e risco a indenização junto aos beneficiários do trabalhador no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), independente de terem ou não apólice própria, haja vista que esta cláusula tem o princípio de estímulo ao associativismo e por ser um benefício ao trabalhador.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO VESTUÁRIO ESPECIAL

A empresa fornecerá aos empregados, que por força de contrato tenham que utilizar-se de vestimentas especiais a título de auxílio vestuário o valor de **R\$ 1.072,97** (mil e setenta e dois reais e vinte e noventa e sete centavos), a cada 6 (seis) meses, respeitando a semestralidade conforme a data de início do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – A empresa que descumprir a obrigação estipulada no **caput**, pagará multa mensal de 10% do valor do auxílio por cada mês de atraso, limitada a 100% do valor do referido auxílio, a ser revertida ao trabalhador prejudicado.

**Parágrafo Segundo** – Entende-se como vestimentas especiais o colete e/ou terno, compreendido este último como a calça social, paletó, camisa, gravata, sapatos, meias e cinto.

**Parágrafo Terceiro** – O profissional que gozar deste benefício deverá comparecer ao trabalho devidamente trajado, podendo, em caso negativo, sofrer a punição de advertência ou suspensão, resguardada a graduação.

**Parágrafo Quarto** – Quando não for exigida a utilização de vestimenta especial, a empresa fornecerá o uniforme comum, sem necessidade do pagamento do auxílio.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONVÊNIOS

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto em folha de pagamento, esses valores serão descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

**Parágrafo Único** – A presente disposição se aplica a todos os benefícios administrados, contratados, operados ou interpostos pelo Sindicato Laboral, inclusive plano de saúde diferente do Plano Ambulatorial, convênios com supermercados, farmácias e clube/ agremiações, desde que autorizado pelo empregado.

## CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE TRABALHO

As empresas fornecerão cópia dos contratos de trabalho aos empregados admitidos durante a vigência desta última Convenção Coletiva e poderão encaminhar uma cópia para o Sindicato Laboral.

**Parágrafo Único** – Fica garantida ao trabalhador a jornada de trabalho de acordo com o especificado na Lei 6.615/78.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATAÇÃO DE AUTÔNOMOS OU “PEJOTIZADOS”

Fica vedado a contratação de trabalhadores autônomos ou de pessoas jurídicas individuais que prestam os serviços por meio dela (pejotizados), abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA READMITIDO

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 12 (doze) meses.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REGISTRO PROFISSIONAL

Só serão contratados pelas empresas que prestam serviços terceirizados de radiodifusão e televisão no DF, para exercer em função de Radialista, os trabalhadores que possuírem o devido Registro Profissional previsto na Lei Nº 6.615 de 16/12/78.

**Parágrafo Único** – O registro profissional de que trata o **caput** deverá ser para a função para a qual o profissional será contratado.

## DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CARTA DE APRESENTAÇÃO

As empresas fornecerão, por ocasião da homologação da rescisão do contrato de trabalho, carta de apresentação a todos os empregados, que não tenham sido demitidos por justa causa.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DO TRINTÍDIO

Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional, se der nos trinta dias que antecedem a data-base da categoria, **a empresa associada ao SEAC/DF** ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional, desde que o encerramento do contrato de trabalho tenha ocorrido por determinação do tomador dos serviços, **exceto devolução do profissional pelo órgão**.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DEMISSÕES COLETIVAS

As demissões coletivas só poderão ocorrer em situações de força maior ou caso fortuito, mas desde que devidamente fundamentadas, previamente e formalmente justificadas perante o SINRAD/DF, sob pena de nulidade.

**Parágrafo Único** – Em havendo interesse na demissão coletiva, a empresa interessada deverá informar tal pretensão no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias anterior à data do término do contrato de trabalho.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES**

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão ser assistidas pelo SINRAD/DF.

**Parágrafo Primeiro** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF que rescindirem o contrato de trabalhador com menos de 30 (trinta) meses de empresa, será dispensada a homologação presencial, desde que enviem ao SINRAD/DF, por meio digital, o TRCT, extrato do FGTS, GFIP e comprovantes de pagamento. Em caso de ressalva específica e discriminada, a empresa e o funcionário serão convocados para homologação presencial.

**Parágrafo Segundo** – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário – AAS, bem como carta de apresentação.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINRAD/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), com indicação obrigatória da finalidade do comparecimento (homologação) em referência ao trabalhador ou rol de trabalhadores, desde que devidamente demonstrada a ciência do empregado no aviso prévio, ou por qualquer meio eletrônico, ou escrito. No caso de notificação impressa, exigir-se-á a assinatura do colaborador.

**Parágrafo Quarto** – Todas as empresas são obrigadas a apresentar, no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINRAD/DF e ao SEAC/DF.

**Parágrafo Quinto** – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 60 (sessenta) dias; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 60 (sessenta) dias, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

**Parágrafo Sexto** – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINRAD/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

**Parágrafo Sétimo** - O Sindicato Laboral deverá ressalvar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINRAD/DF, devendo o SINRAD/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

**Parágrafo Oitavo** – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, sob pena de multa constante no parágrafo 8º do mesmo artigo.

**Parágrafo Nono** – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o SINRAD/DF obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

**Parágrafo Décimo** – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A comunicação, pelo empregador ao empregado, sobre a data do agendamento da homologação poderá ser por e-mail, WhatsApp, Telegram ou outro meio de comunicação equivalente, desde que comprovado o envio.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Em caso de falta do trabalhador, apresentados os documentos pela empresa ao Sindicato Laboral, inclusive por meio eletrônico, a homologação deixa de ser obrigatória.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS**

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias de seus empregados em até 10 (dez) dias após o fim do contrato.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

**Parágrafo Segundo** – Durante o cumprimento do Aviso Prévio concedido pelo empregador, e em havendo comprovação de haver o prestador obtido novo emprego, ficará este dispensado do seu cumprimento nos termos da Súmula 276/TST, estendido esta condição ao trabalhador convocado para assumir cargo público, seja através de concurso público ou cargo comissionado, estando este dispensado e sem ônus do cumprimento do Aviso Prévio.

**Parágrafo Terceiro** – No caso do aviso prévio trabalhado dado pelo empregador ao empregado, o cumprimento do aviso se dará com a prestação de serviços pelo trabalhador no período previsto no art. 487, acrescidos dos 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 12.506/2011.

## **MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO INTERMITENTE**

Os sindicatos autorizam que as empresas contratem trabalhadores intermitentes, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas proporcionais, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

**Parágrafo Primeiro** – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

**Parágrafo Segundo** – O trabalhador convocado com brevidade inferior a 72 (setenta e duas) horas não poderá sofrer qualquer tipo de penalidade em caso de recusa ou de não comparecimento.

**Parágrafo Terceiro** – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

**Parágrafo Quarto** – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

**Parágrafo Quinto** – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

**Parágrafo Sexto** – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

**Parágrafo Sétimo** – Será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal

remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÃO MENSAL**

As empresas se obrigam a fornecer ao Sindicato Laboral uma relação mensal contendo o nome completo e a função dos empregados admitidos e demitidos no referido período.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CURSO DE FORMAÇÃO**

As empresas pagarão as despesas decorrentes dos cursos de especialização a que se submeter o empregado, dentro de sua área específica de atuação profissional, desde que seja de seu interesse e por elas autorizado.

**Parágrafo Único** – Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

## **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SUBSTITUIÇÃO DE VAGAS**

O preenchimento de vagas que por ventura surgirem na empresa em razão do desligamento do empregado ou ampliação do quadro de pessoal será efetuado, preferencialmente, através de progressão funcional.

## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE OU NUTRIZ**

As empresas assegurarão o emprego da profissional gestante, associada ao SINRAD/DF, desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, por 60 (sessenta dias) dias após o término da licença maternidade, inclusive nos casos de contrato por prazo determinado, de experiência e aborto não criminoso, exceto nas rescisões por justa causa e pedidos de demissão, sendo este último caso, feito sob a assistência da entidade profissional.

**Parágrafo Único** – A radialista que tiver ciência de seu estado gravídico, após a rescisão contratual, deverá notificar o empregador, por intermédio do Sindicato Laboral, no prazo de 15 (quinze) dias após a rescisão contratual, a fim de que possa ser reintegrada ao trabalho.

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - GARANTIA DE EMPREGO AO EMPREGADO ACIDENTADO**

Obrigam-se as empresas a não dispensar, ressalvada a hipótese de justa causa, o empregado que tenha ficado em benefício por acidente de trabalho, no prazo estabelecido pela legislação previdenciária.

## ESTABILIDADE ADOÇÃO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EMPREGADA ADOTANTE

A empregada se obriga a comunicar a empresa do início do processo de adoção.

**Parágrafo Único** – Para que as empresas disponham de prazo razoável para reorganização interna, em razão do gozo da licença-maternidade da adotante, deverá a empregada comunicar ao seu empregador, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o início da referida licença.

## OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, excluindo-se os sábados.

**Parágrafo Único** – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas anotarão, na Carteira de Trabalho do radialista, a nomenclatura correta da função de acordo com a Lei 6.615/78, bem como as funções de chefia para as quais seja designado e a respectiva remuneração e/ou gratificação pelo exercício da função de confiança.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

**Parágrafo Segundo** – A empresa que opte por transferir o trabalhador de uma empresa para outra do mesmo grupo econômico, sem que haja quitação rescisória, deverá a empresa sucessora, obrigatoriamente, promover a alteração do contrato de trabalho, regularizar os registros na CTPS, FGTS e Previdência Social (INSS), bem como assumir todos os encargos e direitos do trabalhador da empresa sucedida.

## OUTRAS ESTABILIDADES

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao sindicato laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

**Parágrafo Primeiro** – Na sucessão de contratos de prestação de serviços, no segmento privado, faculta-se às empresas realocarem, dentro das mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo, com posto efetivo (não se admite reservas e feristas), o empregado que exerça a função de confiança, encarregado e/ou preposto, vedada a aplicação aos contratos do setor público.

**Parágrafo Segundo** – Caso a empresa exerça a faculdade prevista no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula, deverá comunicar o Sindicato Laboral no prazo de 30 (trinta) dias os empregados realocados e os

respectivos postos de trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – Para o fiel cumprimento das condições avençadas, o tomador de serviços só poderá realizar a devolução de funcionários que não estejam atendendo com satisfação as suas necessidades, até 30 (trinta) dias que anteceder a troca de empresas, sendo vedado a devolução do trabalhador no referido período até o início do novo contrato, devendo o tomador informar quais os trabalhadores que não irão permanecer no novo contrato.

**Parágrafo Quarto** – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços e, desde que o empregado seja admitido pela empresa sucessora sem a descontinuidade quanto à prestação de serviços, fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 12º da Lei 13.932/19, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado.

V) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO EMPREGADO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Fica facultado ao empregado pessoa com deficiência (PCD) valer-se da garantia contida na **Cláusula Quadragésima Primeira** ("Incentivo à Continuidade"), optando por ser contratado pela empresa sucessora, em detrimento da garantia prevista no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020.

**Parágrafo Primeiro:** As estabilidades, previstas na Cláusula Trigésima Sexta ("Incentivo à Continuidade") e no art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, deverão ser observadas em sua integralidade pela empresa sucessora.

**Parágrafo Segundo:** Caso o trabalhador opte pela contratação pela empresa sucessora, a empresa sucedida estará isenta de qualquer responsabilidade em relação à estabilidade advinda do art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020, bem como da nova relação contratual firmada entre empregado e empresa sucessora.

### **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA ÀS REUNIÕES**

As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os profissionais radialistas, deverão ser realizados durante o expediente normal e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

## **PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONVOCAÇÃO PARA SERVIÇOS INADIÁVEIS**

Sempre que o empregado se encontrar em repouso semanal remunerado e em descanso entre duas jornadas de trabalho e for convocado para prestação de serviços inadiáveis, ficará assegurado o pagamento das horas extras trabalhadas.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO**

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

**Parágrafo Único** – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado. Desde que mediante atestado emitido por profissional de saúde, devidamente habilitado, facultando a empregada optar em reduzir a jornada em 1 (uma) hora diária.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INTERVALO ENTRE JORNADA DE TRABALHO**

Nos termos do art. 66 da CLT, fica assegurado ao empregado radialista um intervalo para descanso e repouso entre duas jornadas de trabalho.

## **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ESCALA DE FOLGAS**

As empresas se comprometem a fixar, nos locais de trabalho, com antecedência mínima de 3 (três) dias, a escala mensal de folgas.

**Parágrafo Único** – As folgas semanais serão concedidas de acordo com a necessidade dos serviços, e como estabelecido no contrato celebrado entre a empresa e o tomador dos serviços, respeitando os limites estabelecidos em Lei.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a) cartão de ponto manual;
- b) folha de frequência;

- c) biometria;
- d) controle de ponto por cartão magnético;
- e) controle de ponto por meio de aplicativo de folha de pagamento disponível em aparelhos de telefonia móvel (celular);
- f) Outros sistemas de ponto eletrônico alternativos permitidos por lei.

**Parágrafo Único** – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do artigo 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2º da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO ESTUDANTE**

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido pelo MEC, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Único** – Cabe ao empregado estudante a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTAS PARA SEMINÁRIOS PROFISSIONAIS**

Mediante comunicação por escrito à administração das empresas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, feita pelo sindicato laboral, cada empresa que empregue 30 (trinta) ou mais radialistas regulamentados, justificará a ausência de 1 (um) não diretor do sindicato, sem prejuízo da sua remuneração, para participar de seminários, congressos ou conferências que tenham especificamente por objeto o radialismo.

**Parágrafo Primeiro** – O radialista regulamentado não poderá se ausentar por mais de 5 (cinco) dias, sendo que a concessão será limitada a uma única vez por ano para cada empregado indicado pelo sindicato laboral.

**Parágrafo Segundo** – Quando do retorno ao trabalho, o empregado deverá apresentar o comprovante ou certificado de participação, emitido pela organização do evento, sob pena de serem caracterizados como faltas injustificadas os dias em que esteve ausente.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - PAGAMENTO DE FÉRIAS**

As férias serão concedidas, pagas e gozadas, nos seguintes termos:

**Parágrafo Primeiro** – O(a) trabalhador(a) poderá solicitar o fracionamento do período de férias, desde que haja concordância do empregador e que haja solicitação expressa por parte do empregado.

**Parágrafo Segundo** – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á 02 (dois) dias antes do início das mesmas.

**Parágrafo Terceiro** – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

**Parágrafo Quarto** – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

**Parágrafo Quinto** – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, em caso de decretação do estado de emergência de Saúde Pública no Distrito Federal, fica autorizado a possibilidade de concessão das férias para os trabalhadores que retornarem de afastamento pelo INSS ou licenças, sem a observância do prazo previsto nos Art. 139 e 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, devendo ser o trabalhador avisado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Sexto** – Para todas as demais empresas, NÃO ASSOCIADAS ao SEAC, os avisos de férias serão com 30 (trinta) dias e fica proibido a antecipação de férias quando o empregado ainda não possuir o período aquisitivo das férias.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS DA GESTANTE**

A empresa permitirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, marque seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

**Parágrafo Único** – De modo a dar efetividade a esse benefício convencional, as empresas poderão comunicar a empregada, em gozo da licença maternidade, sobre a existência dessa faculdade para que a empregada possa manifestar sua opção.

## **LICENÇA REMUNERADA**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - AUSÊNCIAS REMUNERADAS**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a)** 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b)** 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c)** 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ARMÁRIOS**

Em respeito ao disposto pelo artigo 25 da Lei 6.515/98 é necessário o fornecimento de armário/guarda-roupa para os empregados desta categoria. As empresas serão obrigadas a fornecer os armários, na hipótese de o tomador disponibilizar o espaço físico para sua instalação ou o próprio armário para os funcionários terceirizados.

**Parágrafo Único** – Caso o tomador não forneça os armários ou o espaço físico, os Sindicatos convenientes envidarão esforços, junto ao tomador dos serviços, para garantir o cumprimento da disposição legal.

## **EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - GRADES DE PROTEÇÃO**

Como objetivo de prevenir acidentes, as empresas se obrigam a instalar, em seus veículos de externas, grades de proteção, de forma a separar os empregados dos equipamentos transportados.

**Parágrafo Único** – Ficam desobrigadas do cumprimento desta cláusula às empresas que já possuem veículos que ofereçam outros meios adequados às condições de segurança acima.

## **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR**

Quando exigidos pela legislação específica, as empresas fornecerão Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como orientação para o seu uso.

## **CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ELEIÇÕES PARA A CIPA**

As empresas enviarão para o SINRAD/DF, sob pena de nulidade, cópias dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **EXAMES MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS**

Os radialistas deverão submeter-se a exame médico periódico, exames de audiometria e oftalmológicos, custeados pela empresa, renovado anualmente, independentemente do exame médico admissional, conforme item 7.4.1 da NR7 (PCMSO).

**Parágrafo Primeiro** – Os radialistas, além da investigação clínica prevista no **caput** desta cláusula, para as funções de Operador de Câmera, Operador de câmera UPE, e auxiliares serão submetidos anualmente também, a exames radiológicos da coluna, por conta do empregador, conforme o item 7.1.2. da referida NR-7.

**Parágrafo Segundo** – Convocados para exame médico com antecedência de 30 (trinta) dias, os radialistas deverão apresentar-se na data aprazada, sendo liberados do trabalho durante o período necessário para os exames.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de aplicação de penalidades contra a empresa por órgão de fiscalização competente, face ao não comparecimento do empregado radialista para os exames médicos aludidos no **caput** desta cláusula, responderá o mesmo pelos efeitos pecuniários da multa aplicada, quando a ausência não for justificada.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS E/OU DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO**

O empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento do atestado médico, fica obrigado a providenciar os meios necessários para comunicar ao empregador a impossibilidade de comparecimento ao trabalho e o número de dias de repouso concedidos pelo médico.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas aceitarão as declarações de acompanhamento (pai e mãe acima de 70 anos) a consultas/exames pelo período expresso no atestado (considerando hora de entrada, saída e percurso), sem prejuízo a remuneração.

**Parágrafo Segundo** – As empresas aceitarão os atestados médicos ou declarações de profissionais de saúde que demonstrem o comparecimento a consultas e/ou exames para o acompanhamento de filho menor e/ou incapaz para tratamento médico, devendo ser apresentado o atestado de acompanhamento no dia do retorno ao trabalho.

## **PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO**

Em conformidade como Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

**Parágrafo único** – Fica assegurado o direito de cada empresa organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CUMPRIMENTO DA NR 17**

As empresas prestadoras de serviços se comprometem a cumprir a Norma Regulamentadora nº.17 (Ergonomia – Portaria MTPS n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990) do MTE em sua totalidade para seus Empregados.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINRAD/DF.

**Parágrafo Único** – Nos locais de trabalho a colocação do quadro de avisos ficará na dependência de autorização do tomador de serviços.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS**

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

## CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DIRIGENTES SINDICAIS

Durante a vigência desta Convenção, ficam liberados do cumprimento do horário do trabalho, até 6 (seis) dias contínuos por mês, nas empresas em que prestarem serviços, sem prejuízo do salário e benefício, 2 (dois) membros da diretoria do sindicato, ou suplentes, quando tiverem de se ausentar do trabalho para desempenho de suas funções sindicais, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

**Parágrafo Primeiro** – As partes pactuam que durante a vigência da presente convenção, o Presidente do SINRAD/DF ficará dispensado do cumprimento de horário do trabalho sem prejuízo dos salários e benefícios, desde que a empresa seja avisada previamente por escrito.

**Parágrafo Segundo** – A designação a que se refere esta cláusula será feita de forma a evitar que seja designado, ao mesmo tempo, mais de um empregado por departamento da mesma empresa.

**Parágrafo Terceiro** – No período de negociação coletiva (data-base) entre as partes que assinam esta convenção, poderá o SINRAD/DF solicitar a dispensa de ponto de 2 (dois) membros da diretoria, enquanto durarem as negociações, tendo início em dezembro e encerrando na assinatura da Convenção Coletiva.

**Parágrafo Quarto** – Em caso de ajuizamento de dissídio coletivo cessará a dispensa no ato da homologação do dissídio.

## ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ENTREGA DA GFIP

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINRAD/DF as suas GFIPs até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINRAD/DF.

**Parágrafo Primeiro** – A recusa do recebimento da GFIP por parte do SINRAD/DF isenta as empresas do cumprimento desta cláusula.

**Parágrafo Segundo** – Fica o Sindicato Laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no **caput** desta cláusula, em favor da empresa prejudicada.

**Parágrafo Terceiro** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - PROTEÇÃO DE DADOS

As empresas se comprometem a fornecer, quando solicitado pelo Sindicato Laboral, a documentação trabalhista estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativa aos trabalhadores terceirizados, ficando o Sindicato, nos termos da Lei 13.709/2018, responsável pela adoção de todas as medidas de segurança aptas a proteger os dados repassados, visando à proteção dos direitos fundamentais, a liberdade e a privacidade do indivíduo.

**Parágrafo Primeiro** – Nos termos do artigo 5º, inciso X, da Lei 13.709/2018, sempre que o Sindicato Laboral tiver a necessidade de acessos aos dados sensíveis dos trabalhadores terceirizados, é primordial que haja o consentimento do titular, por escrito, indicando precisamente a finalidade de sua utilização.

**Parágrafo Segundo** – Após a entrega dos dados, autorizada pelo seu titular, ao Sindicato Laboral, este passará a ser o sujeito controlador e detentor das informações, ficando sujeito a aplicação do artigo 52 da Lei 13.709/2018, em substituição à empresa que forneceu os dados.

**Parágrafo Terceiro** – Todas as informações e documentações fornecidas, estão e estarão sob sigilo e, em hipótese alguma, serão usadas para outros interesses, ficando restritas ao âmbito administrativo do Sindicato Laboral.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

## CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados de uma única vez o valor equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário nominal do mês subsequente a assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, a título de taxa assistencial, em favor do SINRAD/DF, conforme aprovação expressa em Assembleia Geral, convocada para essa finalidade, através de Edital publicado no Jornal Correio Brasiliense, no mês de fevereiro de 2023. O valor descontado deverá ser repassado ao Sindicato Laboral até o 15º dia do mês do desconto.

**Parágrafo Primeiro** – O pagamento ou recolhimento poderá ser feito por contrarrecibo ou mediante depósito na conta corrente bancária do Sindicato, sendo que, nesta última hipótese, o comprovante do depósito valerá como recibo.

**Parágrafo Segundo** – Ao empregado é facultado o direito de oposição ao desconto, desde que se manifeste por escrito, individual e pessoalmente ao Sindicato dos Radialistas, em até 15 (quinze) dias após a assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho.

## CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE ASSOCIATIVA SINDICAL

**As empresas**, mediante autorização do empregado, **ficam obrigadas a descontar** dos empregados associados, **em folha de pagamento**, a mensalidade devida ao SINRAD/DF no percentual de 2% (dois por cento) de seus salários base e revertê-los em favor do Sindicato Laboral, a título de mensalidade, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao desconto do salário nominal recebido, mediante autorização do empregado por escrito.

**Parágrafo Primeiro** – As empresas encaminharão para o Sindicato Laboral, até o 15º (décimo quinto) dia, a relação constando o nome completo e o valor total dos descontos no mês, a título de mensalidade associativa.

**Parágrafo Segundo** – O SINRAD/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINRAD/DF.

**Parágrafo Quarto** – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por parte do SINRAD/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

**Parágrafo Quinto** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas

que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, **no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado**, comprovado por meio do CAGED referente ao mês de junho de 2023, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de julho de 2023, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal -STF -RE 220.700-1 -RS -DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 -DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na sede do SEAC/DF, até o dia 31 de março de 2023. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). As guias de pagamentos deverão ser emitidas pelo site do SEAC/DF ([www.seac-df.com.br](http://www.seac-df.com.br)).

**Parágrafo Primeiro** – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. ( <http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/> )

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - REMESSA DE DOCUMENTOS

Todo e qualquer documento, emitido por entidades que representam a categoria e que for pertinente ao relacionamento dos empregados com o empregador, ou destes com tais entidades, deverá ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos ou de Pessoal da empresa, mediante recibo/ protocolo, sob pena de não ser conhecer sua validade.

### CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais e trabalhistas.

**Parágrafo Primeiro** – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Segundo** – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal e GRCSU;
- b) Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

**Parágrafo Terceiro** – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes Sindicais.

**Parágrafo Quarto** – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da

Súmula 331, itens IV e V, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

**Parágrafo Quinto** – A certidão será gratuita às empresas associadas ao SEAC/DF.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CURRÍCULOS ON LINE**

O Sindicato Laboral disponibilizará em sua página na internet a relação de Radialistas Regulamentados disponíveis, que as empresas poderão consultar utilizando uma senha, previamente estabelecida, e enviares esforços no sentido de considerar esta relação no preenchimento de novas vagas.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DA LEALDADE NEGOCIAL**

Nenhuma das empresas que compõe e são abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho estão autorizadas a firmar acordos individuais que alterem, modifiquem ou eliminem quaisquer das cláusulas constantes deste instrumento coletivo.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - DO ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO EXTRAJUDICIAL**

Os acordos individuais de trabalho extrajudiciais deverão ter a anuência dos sindicatos laboral e patronal, sob pena de nulidade.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - ATA E ADITIVOS**

É facultado aos Sindicatos convenientes complementar as disposições desta Convenção Coletiva por meio de ata de reunião de negociação e/ou aditivos, com o objetivo de regular e/ou alterar as disposições deste instrumento normativo, nos termos dos Estatutos dos Sindicatos.

### **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - CONCILIAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS**

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão ser comunicadas por escrito aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à Justiça do Trabalho.

**Parágrafo Único** – Casos omissos a esta Convenção ou quando existir a impossibilidade de aplicabilidade de qualquer das cláusulas desta, os Sindicatos Patronal e Laboral se comprometem a unir esforços para a solução do impasse existido, inclusive, a possibilidade de aditivos a esta Convenção e que, sem alterar a sua essência, possibilitem a adequação à realidade do impasse em questão.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL**

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos

contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

**Parágrafo Único** – Para o fiel cumprimento dos termos pactuados nesta Convenção Coletiva de Trabalho, os sindicatos em conjunto assumem o compromisso de fiscalizar os contratos celebrados com entes públicos e privados.

## **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - COOPERAÇÃO MÚTUA**

Os Sindicatos, por seus representantes, se reunirão mensalmente com vistas a conhecerem e solucionarem problemas comuns, em prestígio ao trabalhador e ao setor econômico.

## **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - PROCESSOS LICITATÓRIOS – PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva de Trabalho nas suas propostas, principalmente, quando participarem de processo licitatório que envolvam profissionais que possuem o Registro Profissional nos termos da Lei 6.615/78.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER**

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer constantes do presente instrumento, na seguinte progressão:

**a)** multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses não tenha incidido nesta penalidade;

**b)** multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses tenha reincidido nesta penalidade.

**Parágrafo Primeiro** – Prevalecem as multas por descumprimento previstas nas cláusulas do presente instrumento.

**Parágrafo Segundo** – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - REGRAS IMPESSOAIS E ABSTRATAS DO SEGMENTO**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode se afirmar, com “*severus in iudicando*” que cuidase de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho.

A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art.7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegáveis e mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

## **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - DAS EMPRESAS SUJEITAS À CPRB**

Aos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Terceira da presente CCT, é proibida a utilização pelas empresas dos benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB.

**Parágrafo Primeiro** – Não poderão utilizar os benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB, aos contratos previstos no **caput** da presente cláusula, as empresas cujo objeto também abranjam as seguintes atividades mencionadas na IN RFB 1.812/18:

- tecnologia da informação – TI e comunicação – TIC;
- call center;
- transporte rodoviário de passageiros, intermunicipal, interestadual, internacional e em região metropolitana;
- transporte ferroviário de pessoas;
- transporte metroferroviário de pessoas;
- transporte rodoviário de cargas;
- construção civil;
- construção civil de obras de infraestrutura;
- empresas jornalísticas e de radiodifusão de sons e imagens;

**Parágrafo Segundo** – A inobservância à vedação ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

## CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRT-10ª REGIÃO

Nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência IUJ 0000396-17.2016.5.10.0000 do TRT-10ª Região, é proibida a utilização de enquadramento sindical pela empresa diverso do segmento no qual o empregado trabalha "I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros. II - **Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha**, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o sindicato dos trabalhadores houver celebrado convenção coletiva mais benéfica com sindicato eclético da categoria econômica", sob pena de nulidade absoluta do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Os sindicatos comprometem-se a coibir a utilização de norma coletiva de trabalho que utilize enquadramento sindical incompatível com o segmento da prestação de serviços do trabalhador das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT.

**Parágrafo Segundo** – Os sindicatos atuarão para alertar e responsabilizar os tomadores de serviços e seus prepostos que utilizarem nos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, norma coletiva diversa da presente CCT.

}

ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA  
PRESIDENTE  
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS  
TERCEIRIZAVEIS DO DF

MARCO ANTONIO ARGUELHO CLEMENTE  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF

## ANEXOS ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO DAS FUNÇÕES

[Anexo.\(PDF\)](#)

## ANEXO II - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

### ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas **de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007 deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

**A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

**TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS**  
**ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG**

**MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
<b>Total</b>		<b>20,43%</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>%</b>
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>
A	Aviso prévio indenizado ( $33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$ )	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ( $8\% \times 1,81\% = 0,14\%$ )	0,14%

C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado)	4,05%
D	Aviso prévio trabalhado ( $07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,19\%$ )	0,19%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ( $36,80\% \times 0,19\% = 0,07\%$ )	0,07%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado)	0,45%
<b>Total</b>		<b>6,71%</b>

#### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	%
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$ )	0,95%
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	4,17%
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	0,10%
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	0,63%
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,68%
<b>Total</b>		<b>15,55%</b>

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

**Nota 2:** Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>79,49%</b>
-----------------------------------	---------------

Revisão Fellipe R. Andrade.

### ANEXO III - ATA DA ASSEMBLEIA COM APROVAÇÃO DA PAUTA

[Anexo.\(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE V**

**CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO - CBO**



## Buscas

- [Descrição](#)
- [Histórico de Ocupações](#)
- [Características de Trabalho](#)
- [Áreas de Atividade](#)
- [Competências Pessoais](#)
- [Recursos de Trabalho](#)
- [Participantes da Descrição](#)
- [Relatório da Família](#)
- [Relatório Tabela de Atividades](#)
- [Conversão](#)

[Fale com a CBO](#)

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

## Descrição

[Página inicial](#)

## 2611 :: Profissionais do jornalismo

## Títulos

**2611-05 - Arquivista pesquisador (jornalismo)****2611-10 - Assessor de imprensa****2611-15 - Diretor de redação**

Diretor adjunto

**2611-20 - Editor**

Editor assistente, Editor de arte, Editor de fotografia, Editor de imagem, Editor de rádio, Editor de web, Editor de área, Editor executivo

**2611-25 - Jornalista**

Assistente de editorial, Colunista, Colunista de jornal, Correspondente de jornal, Correspondente de línguas estrangeiras, Cronista, Diarista-em jornal, Diretor noticiário, Editorialista, Jornalista exclusive empregador, Jornalista-empregador, Radiojornalista, Roteirista de jornal, Roteirista na imprensa

**2611-30 - Produtor de texto****2611-35 - Repórter (exclusive rádio e televisão)**

Repórter cinematográfico, Repórter correspondente, Repórter de web, Repórter de área, Repórter especial

**2611-40 - Revisor de texto**

## Descrição Sumária

Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo de textos a serem divulgados em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.

Buscas

- Descrição
- Histórico de Ocupações
- Características de Trabalho
- Áreas de Atividade
- Competências Pessoais
- Recursos de Trabalho
- Participantes da Descrição
- Relatório da Família
- Relatório Tabela de Atividades
- Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

Página Inicial

2531 :: Profissionais de publicidade

Titulos

2531-10 - Redator de publicidade

2531-15 - Publicitário

2531-20 - Diretor de mídia (publicidade)

Coordenador de mídia

2531-25 - Diretor de arte (publicidade)

2531-30 - Diretor de criação

2531-35 - Diretor de contas (publicidade)

2531-40 - Agenciador de propaganda

Agenciador de publicidade, Corretor de anúncios (publicidade)

Descrição Sumária

Desenvolvem propagandas e promoções, estruturando estratégia de projetos, planejamento estratégico, venda de serviços publicitários.

Buscas

- [Descrição](#)
- [Histórico de Ocupações](#)
- [Características de Trabalho](#)
- [Áreas de Atividade](#)
- [Competências Pessoais](#)
- [Recursos de Trabalho](#)
- [Participantes da Descrição](#)
- [Relatório da Família](#)
- [Relatório Tabela de Atividades](#)
- [Conversão](#)


 Fale com a CBO

Espanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

**3744 :: Técnicos em montagem, edição e finalização de mídia audiovisual**

Títulos

**3744-05 - Editor de mídia audiovisual**

Editor de imagens, Editor de pós-produção, Editor de tv e vídeo, Editor de vt, Editor finalizador

**3744-10 - Finalizador de filmes**

**3744-15 - Finalizador de vídeo**

Compositor de imagens, Criador de efeitos especiais, Criador de efeitos visuais, Pós-produtor de tv e vídeo

**3744-20 - Montador de filmes**

Montador, Montador cinematográfico, Montador de filmes de cinema

**3744-25 - Diretor de Imagem (tv)**

Diretor de corte, Diretor de tv, Dtv

Descrição Sumária

Estruturam narrativas de filmes e mídias audiovisuais; dirigem captação e finalização de imagens, operando mesa de corte (switcher) e instruindo posicionamento e/ou enquadramento da imagem; editam imagens e áudio e criam efeitos especiais; participam da definição do produto e assessoram o pós-produção determinando roteiro de dublagem, listando planos montados e indicando procedimentos para edição de som; supervisionam finalização, dublagem e conformação de cópias de filmes.



## Buscas

- ☐ Descrição
- ☐ Histórico de Ocupações
- ☐ Características de Trabalho
- ☐ Áreas de Atividade
- ☐ Competências Pessoais
- ☐ Recursos de Trabalho
- ☐ Partilhantes da Descrição
- ☐ Relatório da Família
- ☐ Relatório Tabela de Atividades
- ☐ Conversão

[Fale com a CBO](#)

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

## Descrição

[Página Inicial](#)

## 3721 :: Captadores de imagens em movimento

## Títulos

3721-05 - Diretor de fotografia

3721-10 - Iluminador (televisão)

3721-15 - Operador de câmera de televisão


Cameraman (cinema), Operador de câmera, Operador de câmera de vídeo

## Descrição Sumária

Captam imagens através de câmeras de cinema e vídeo para a realização de produções cinematográficas, televisivas e multimídia, com teor artístico, jornalístico, documental e publicitário. Captam imagens em movimento; interpretam visualmente o roteiro; executam conceito fotográfico e organizam produção de imagens, dialogando constantemente com a equipe de trabalho.

## Buscas

- ☐ Descrição
- ☐ Histórico de Ocupações
- ☐ Características de Trabalho
- ☐ Áreas de Atividade
- ☐ Competências Pessoais
- ☐ Recursos de Trabalho
- ☐ Participantes da Descrição
- ☐ Relatório da Família
- ☐ Relatório Tabela de Atividades
- ☐ Conversão


 Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

## Descrição

 Página inicial

## 2624 :: Artistas visuais,desenhistas industriais e conservadores-restauradores de bens culturais

### Títulos

#### 2624-05 - Artista (artes visuais)

Aquarelista, Artesão (artista visual), Artista plástico, Caricaturista, Cartunista, Ceramista (artes visuais), Chargista, Escultor, Grafiteiro (artes visuais), Gravador (artes visuais), Ilustrador (artes visuais), Pintor (artes visuais)

#### 2624-10 - Desenhista Industrial gráfico (designer gráfico)

Desenhista de editorial, Desenhista de identidade visual, Desenhista de páginas da internet (web designer), Desenhista gráfico de embalagem, Desenhista gráfico de sinalização, Desenhista gráfico de superfície, Desenhista gráfico promocional, Tecnólogo em design gráfico

#### 2624-15 - Conservador-restaurador de bens culturais

Restaurador de obras de arte

#### 2624-20 - Desenhista Industrial de produto (designer de produto)

Desenhista de produto (artigos esportivos), Desenhista de produto (brinquedos), Desenhista de produto (construção civil), Desenhista de produto (cuidados pessoais), Desenhista de produto (eletroeletrônicos e eletrodomésticos), Desenhista de produto (embalagem), Desenhista de produto (iluminação), Desenhista de produto (jóias), Desenhista de produto (material promocional), Desenhista de produto (mobiliário), Desenhista de produto (máquinas e equipamentos), Desenhista de produto (transporte), Desenhista de produto (utensílios domésticos e escritório), Tecnólogo em design de jóias, Tecnólogo em design de móveis, Tecnólogo em design de produtos

#### 2624-25 - Desenhista Industrial de produto de moda (designer de moda)

Desenhista industrial de acessórios, Desenhista industrial de calçados, Desenhista industrial têxtil, Estilista de moda, Tecnólogo em design de moda

### Descrição Sumária

Concebem e desenvolvem obras de arte e projetos de design, elaboram e executam projetos de restauração e conservação preventiva de bens culturais móveis e integrados. Para tanto realizam pesquisas, elaboram propostas e divulgam suas obras de arte, produtos e serviços.

Buscas

Descrição

Histórico de Ocupações

Características de Trabalho

Áreas de Atividade

Competências Pessoais

Recursos de Trabalho

Participantes da Descrição

Relatório da Família

Relatório Tabela de Atividades

Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios

Bloco F - CEP: 70059-900

Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

A

A

Descrição

Página inicial

3731 :: Técnicos de operação de registros sonoro/audiovisuais

Títulos

3731-05 - Operador de mídia audiovisual

Operador de gravação, Operador de mesa (rádio), Operador de rádio, Operador de vídeo, Operador de áudio, Técnico de áudio (rádio)

3731-30 - Técnico de sistemas audiovisuais

Operador de externas, Operador de videoteipe, Técnico de captação de som, Técnico de externas (sistemas audiovisuais), Técnico de sistema de televisão, Técnico de transmissor de rádio

3731-35 - Operador de controle mestre

Controle mestre

3731-40 - Coordenador de programação

Controlador de programação

3731-45 - Assistente de operações audiovisuais

Assistente de câmera externa, Auxiliar de cinegrafia, Auxiliar de iluminação, Auxiliar de unidade portátil externa, Auxiliar iluminador, Operador de cabos, Operador de microfone, Operador de unidade portátil externa, Técnico de externas (operações audiovisuais)

Descrição Sumária

Operam equipamentos de uma emissora de rádio e televisão; organizam e executam a grade de programação da emissora; tratam áudio (trilhas sonoras, músicas, vinhetas, comerciais, chamadas promocionais e programas) e manipulam áudio e vídeo. Conferem a qualidade técnica do conteúdo gravado e gerado além de administrar o tráfego de sinal. No exercício das atividades mobilizam capacidades de administrar o tempo, além de capacidades comunicativas para interagir com as equipes técnica, de programação e comercial.

Famílias afins

3721 - Captadores de imagens em movimento



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE VI**

**RELATÓRIO TABELA DE ATIVIDADES**

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 2611 - Profissionais do jornalismo

Áreas	Atividades			
A INFORMAR AO PÚBLICO	Elaborar notícias para divulgação	Informar com responsabilidade	Processar a informação	Zelar pela precisão e veracidade da informação
	1 JO	2 JO	3 JO	4 JO
	Priorizar a atualidade da notícia	Divulgar notícias com objetividade	Honrar o compromisso ético com o interesse público	Respeitar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas
	5 JO	6 JO	7 JO	8 JO
	Adequar a linguagem ao veículo			
	9 JO			
B INICIAR O PROCESSO DE INFORMAÇÃO	Fazer reunião da pauta	Elaborar pauta	Distribuir pauta	Recusar trabalho que fira a ética e a consciência profissional
	1 JO	2 JO	3 JO	4 JO
	Executar pauta	Orientar a produção	Assegurar o direito de resposta	
	5 JO	6 JO	7 JO	
C COLETAR INFORMAÇÃO	Definir fontes de informação	Buscar fontes de informação	Entrevistar fontes de informações	Selecionar dados
	1 JO	2 JO	3 JO	4 JO
	Confrontar dados, fatos e versões	Apurar informação	Pesquisar informações	
	5 JO	6 JO	7 JO	
D REGISTRAR INFORMAÇÃO	Redigir textos jornalísticos	Fotografar imagens jornalísticas	Gravar imagens jornalísticas	Gravar entrevistas jornalísticas
	1 JO	2 JO	3 JO	4 JO
	Ilustrar matérias jornalísticas	Revisar os registros da informação	Editar informação	
	5 JO	6 JO	7 JO	
E QUALIFICAR A INFORMAÇÃO	Questionar informações	Interpretar a informação	Hierarquizar a informação	Contextualizar fatos
	1 JO	2 JO	3 JO	4 JO
	Organizar matérias jornalísticas	Planejar a distribuição das informações no veículo de comunicação	Formatar a matéria jornalística	Abastecer banco de dados, imagens e sons
	5 JO	6 JO	7 JO	8 JO
	Acessar banco de dados, imagens e sons	Avaliar o resultado do trabalho		
	9 JO	10 JO		

**F ATUALIZAR AS  
INFORMAÇÕES**

Ler jornal

1 JO

Ler revista

2 JO

Ouvir rádio

3 JO

Ver televisão

4 JO

Ler livros

5 JO

Ampliar a capacitação  
profissional

6 JO

Ler publicação  
especializada

7 JO

Trocar informações

8 JO

Participar de eventos  
profissionais

9 JO

Navegar na internet

10 JO

**Y COMUNICAR-SE**

Interagir verbalmente  
com seu meio

1 JO

Utilizar os sistemas de  
comunicação interna

2 JO

Comunicar-se através  
de meios eletrônicos

3 JO

Analisar periodicamente  
o desempenho  
profissional

4 JO

Interagir com a  
categoria profissional

5 JO

**Z DEMONSTRAR  
COMPETÊNCIAS  
PESSOAIS**

Dominar a língua  
portuguesa

1 JO

Manter-se bem  
informado

2 JO

Possuir espírito de  
equipe

3 JO

Manter postura ética

4 JO

Admitir opiniões  
divergentes

5 JO

Exercitar a criatividade

6 JO

Possuir sensibilidade  
social

7 JO

Cultivar a capacidade  
de observação

8 JO

Cultivar a curiosidade

9 JO

Exercer o senso crítico

10 JO

Desenvolver  
capacidade de  
organização

11 JO

Desenvolver  
capacidade de  
improvisação

12 JO

Manter imparcialidade  
ao informar

13 JO

Conhecer informática

14 JO

Comunicar-se em outro  
idioma

15 JO

Seguir o código de  
ética dos jornalistas

16 JO

**Legenda das ocupações da família**

JO - JORNALISTA



**D CONTRATAR FORNECEDORES**

Contratar serviços de publicidade

1 PB

Contatar fornecedores, cliente, jornalista e mídia

2 PB

Informar fornecedores sobre novos produtos

3 PB

Coordenar compra de espaço na mídia

4 PB

Acompanhar ações da estratégia desenvolvida

5 PB

Negociar com veículos de comunicação (espaço, custo, prazo, período, intensidade)

6 PB

Comprar espaço na mídia

7 PB

Selecionar fornecedores

8 PB

Determinar fornecedores

9 PB

**E VENDER SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS**

Apresentar projeto para cliente

1 PB

Realizar negociações técnico-comerciais

2 PB

Ajustar o projeto a pedido do cliente

3 PB

Submeter projeto a aprovação do cliente

4 PB

Solucionar problemas de pós-venda

5 PB

Avaliar qualidade das campanhas (projeto)

6 PB

Procurar novos clientes e novos mercados

7 PB

Apresentar tabelas de preços

8 PB

Explicar formas de pagamento

9 PB

Apresentar proposta de veiculação (plano de mídia)

10 PB

Sugerir mudanças no processo de comercialização

11 PB

Sugerir novos mercados consumidores

12 PB

**F PESQUISAR MEIOS E VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO**

Identificar perfil dos veículos de comunicação

1 PB

Pesquisar meios, veículos, volumes, formatos, posições

2 PB

Comparar meios, veículos, volumes, formatos, posições

3 PB

Definir meios e veículos de comunicação

4 PB

Pesquisar alternativas de mídia

5 PB

Pesquisar novas recomendações

6 PB

Identificar necessidades de pesquisas

7 PB

Solicitar pesquisa de mídia (perfil, audiência, consumo)

8 PB

Analisar pesquisa de mídia (perfil, audiência, consumo)

9 PB

Mapear dados secundários

10 PB

Selecionar institutos de pesquisa

11 PB

Conduzir realização de pesquisa

12 PB

**G GERENCIAR SETORES**

Gerenciar recursos materiais e financeiros

1 PB

Coordenar equipes de trabalho

2 PB

Coordenar área de mídia

3 PB

Representar agência nos meios de comunicação

4 PB

**Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

Trabalhar em equipe

1 PB

Demonstrar dinamismo

2 PB

Demonstrar pró-atividade

3 PB

Demonstrar criatividade

4 PB

Demonstrar habilidade de comunicação

5 PB

Demonstrar habilidade de comunicação verbal

6 PB

Ponderar opiniões divergentes

7 PB

Demonstrar senso crítico

8 PB

Adaptar-se a situações adversas	Administrar conflitos	Antever cenários futuros	Demonstrar capacidade de trabalho interdisciplinar
9 PB	10 PB	11 PB	12 PB
Demonstrar capacidade de negociação	Demonstrar flexibilidade	Demonstrar poder de síntese	Demonstrar senso de oportunidade
13 PB	14 PB	15 PB	16 PB
Demonstrar liderança	Demonstrar senso estético	Adaptar linguagem ao público	Demonstrar capacidade de escuta atenta (saber ouvir)
17 PB	18 PB	19 PB	20 PB
Assumir riscos	Manter relacionamento com o cliente	Manter relacionamento com veículos de comunicação	
21 PB	22 PB	23 PB	

### **Legenda das ocupações da família**

PB - PUBLICITÁRIO

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 3744 - Técnicos em montagem, edição e finalização de mídia audiovisu

al

Áreas	Atividades			
A ESTRUTURAR NARRATIVAS DE FILMES E MÍDIAS AUDIOVISUAIS	Tomar conhecimento do material bruto (música, foto, vídeo, som)	Relacionar roteiro a material bruto	Elaborar índice de conteúdo gravado	Analisar qualidade de imagem e som
	3 EV	4 EV	5 EV	6 EV
	Selecionar imagens	Selecionar sons diretos	Ordenar narrativas de filmes e mídias audiovisuais	Propor definições de narrativas
	7 EV	8 EV	9 EV	10 EV
	Modular tempos narrativos	Definir efeitos visuais	Definir corte final de filmes e mídias audiovisuais	
	11 EV	12 EV	13 EV	
B EDITAR IMAGENS E ÁUDIO	Capturar imagens	Sincronizar som com imagem	Montar filmes e mídias audiovisuais em sistema de edição	Sequenciar imagens
	1 EV	2 EV	3 EV	4 EV
	Cortar imagens	Fundir imagens	Sequenciar áudio	Tratar áudio
	5 EV	6 EV	7 EV	8 EV
	Cortar áudio	Mixar áudio	Confeccionar créditos	Inserir créditos
	9 EV	10 EV	11 EV	12 EV
	Criar caracteres	Aplicar caracteres	Sonorizar mídias audiovisuais	Revisar edições finais
	13 EV	14 EV	17 EV	18 EV
	Exportar mídias audiovisuais	Elaborar lista de decisão de edição		
	19 EV	20 EV		
C PARTICIPAR DA DEFINIÇÃO DO PRODUTO	Participar da discussão de pauta	Participar da captação de material	Recepcionar material captado de outros setores e áreas	Orientar captação de imagens para aplicação de efeitos especiais
	1 EV	2 EV	3 EV	4 EV
	Solicitar imagens disponíveis em arquivo	Solicitar captação de imagens		
	5 EV	6 EV		
D CRIAR EFEITOS ESPECIAIS	Criar artes gráficas	Adicionar artes gráficas	Corrigir cores, brilho e contraste	Adequar formatos de artes gráficas
	1 EV	2 EV	6 EV	8 EV
	Aplicar filtros	Aplicar efeitos pré definidos de softwares		
	11 EV	13 EV		

**E ASSESSORAR  
PÓS-PRODUÇÃO**

Listar planos de som montados

**6** EV

Providenciar envio de materiais para edição de som

**7** EV

Enviar mídia gravada para o setor de qualidade

**12** EV

**Z DEMONSTRAR  
COMPETÊNCIAS  
PESSOAIS**

Demonstrar criatividade

**1** EV

Demonstrar flexibilidade

**2** EV

Tomar decisões

**3** EV

Demonstrar acuidade visual

**4** EV

Demonstrar habilidade motora fina

**5** EV

Administrar tempo

**6** EV

Demonstrar acuidade auditiva

**7** EV

Trabalhar em equipe

**8** EV

Demonstrar senso crítico

**9** EV

Trabalhar sob pressão

**10** EV

Demonstrar sensibilidade

**11** EV

Demonstrar discernimento

**12** EV

Demonstrar capacidade de percepção estética

**13** EV

**Legenda das ocupações da família**

EV - **EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL**

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 3721 - Captadores de imagens em movimento

Áreas	Atividades			
A CAPTAR IMAGENS EM MOVIMENTO	Posicionar câmera de acordo com orientação do diretor	Ajustar câmera	Enquadrar imagens de acordo com orientação do diretor	Focar imagens
	1 OC	2 OC	3 OC	4 OC
B INTERPRETAR VISUALMENTE O ROTEIRO	Compreender o projeto	Definir conceito fotográfico juntamente com diretor	Traduzir conceito fotográfico em imagens	
	1 OC	3 OC	4 OC	
C EXECUTAR CONCEITO FOTOGRÁFICO	Fazer testes fotográficos	Estabelecer movimento de câmera		
	2 OC	4 OC		
D ORGANIZAR PRODUÇÃO DE IMAGENS	Participar de elaboração de cronograma	Participar de ensaios		
	2 OC	6 OC		
Y COMUNICAR-SE	Informar departamentos das necessidades referentes à captação de imagens	Dialogar com diretor de tv	Dialogar com diretor do filme ou vídeo	Dialogar com produtores
	1 OC	2 OC	3 OC	4 OC
Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Dialogar com diretor de arte e cenógrafo	Dialogar com figurinista e maquiador	Dialogar com técnicos de som	
	5 OC	6 OC	7 OC	
	Demonstrar competências técnicas	Exercer liderança	Demonstrar capacidade de atualização técnica	Demonstrar sensibilidade
	1 OC	2 OC	3 OC	4 OC
	Demonstrar senso artístico	Demonstrar capacidade de adaptação	Antecipar problemas	Evidenciar ética na captação de imagens
	5 OC	6 OC	7 OC	8 OC
	Evidenciar conhecimentos de idiomas	Administrar limites técnicos		
	9 OC	10 OC		

Legenda das ocupações da família

OC - OPERADOR DE CÂMERA DE TELEVISÃO

## Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 2624 - Artistas visuais,desenhistas industriais e conservadores-rest

auradores de bens culturais

Áreas	Atividades			
<b>A</b> CONCEBER OBRA ARTÍSTICA OU PROJETO DE DESIGN	Pesquisar temáticas	Determinar idéia ou conceito a ser adotado	Avaliar idéias ou conceitos propostos	Configurar idéias em diferentes suportes
	1 DG	2 DG	3 DG	4 DG
	Elaborar plasticamente imagem surgida na elaboração da obra	Definir suportes e materiais a serem utilizados	Definir processos de produção	Conferir visibilidade a um impulso emocional e racional
<b>B</b> EXECUTAR OBRAS DE ARTE E PROJETO DE DESIGN	7 DG	8 DG	9 DG	10 DG
	Registrar etapas do processo criativo			
	11 DG			
<b>C</b> DESENVOLVER PROJETO DE DESIGN, OBRA DE ARTE E CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO	Aplicar técnicas de desenho	Aplicar técnicas de modelagem bi e tridimensional	Aplicar técnicas de gravura	Aplicar técnicas digitais
	1 DG	2 DG	3 DG	8 DG
	Aplicar técnicas específicas pertinentes ao projeto	Executar modelo, protótipo ou peça piloto	Definir padrão de qualidade do produto, da obra e da intervenção	Definir técnicas de acabamento
<b>D</b> ELABORAR PROPOSTA DE TRABALHO ARTÍSTICO, PROJETO DE DESIGN E CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO DE BEM CULTURAL	9 DG	11 DG	12 DG	13 DG
	Aferir padrão de qualidade do produto, da obra e da intervenção	Definir memorial descritivo	Registrar patente ou direito autoral	
	14 DG	15 DG	16 DG	
	Definir metodologias e critérios	Definir tecnologias e materiais	Definir fatores ambientais, espaciais, culturais, sociais e econômicos	Analisar material e técnicas
	1 DG	2 DG	3 DG	8 DG
	Propor soluções técnicas e tecnológicas para projeto de design, obra de arte e conservação-restauração	Desenvolver soluções técnicas e tecnológicas para projeto de design, obra de arte e conservação-restauração	Solicitar parecer de outros profissionais	
	9 DG	10 DG	11 DG	
	Formatar pedido do cliente	Avaliar pedido do cliente	Identificar público alvo	Definir perfil do público alvo
	1 DG	2 DG	3 DG	4 DG

<b>E REALIZAR PESQUISAS</b>	Identificar necessidades do público alvo	Identificar necessidades de outros especialistas	Identificar problema	Elaborar diagnósticos
	5 DG	6 DG	7 DG	8 DG
	Identificar viabilidade do projeto	Elaborar orçamentos e cronograma	Apresentar proposta	Submeter projetos aos órgãos oficiais
	9 DG	10 DG	11 DG	12 DG
	Prestar consultoria			
	13 DG			
	Pesquisar história da arte, da técnica e dos materiais	Pesquisar literatura específica da área	Realizar pesquisa de campo	Freqüentar exposições e mostras
	1 DG	2 DG	3 DG	4 DG
	Realizar pesquisas de mercado	Experimentar idéias	Experimentar materiais	Realizar testes e ensaios nos materiais e produtos
	5 DG	6 DG	7 DG	8 DG
	Pesquisar padrões de reprodutibilidade			
	9 DG			
<b>F EFETUAR CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	Desenvolver embalagem para movimentação, manuseio e transporte de obra de arte , bem cultural e produto	Capacitar equipes	Compor equipes	
	3 DG	6 DG	7 DG	
<b>G EXECUTAR CONSERVAÇÃO PREVENTIVA</b>	Participar do processo de gerenciamento de risco	Controlar condições de transporte, embalagem, armazenagem e acondicionamento		
	5 DG	6 DG		
<b>H DIVULGAR PROJETO DE DESIGN, OBRA ARTÍSTICA E TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO</b>	Expor em exposições, salões e espaços públicos	Participar de concursos	Elaborar material promocional	Veicular produto ou obra na mídia eletrônica, impressa, televisiva
	1 DG	2 DG	3 DG	4 DG
	Participar de bancas e júris de exposições, concursos, etc...	Participar de comissões de seleção de artistas, obras e produtos	Colocar obras em coleções públicas e privadas	Participar de feiras
	5 DG	6 DG	7 DG	8 DG
	Comercializar produto, obra e serviços de conservação-restauração	Promover eventos		
	9 DG	10 DG		

**Y COMUNICAR-SE**

Apresentar trabalhos em congressos, seminários

1 DG

Orientar profissionais sobre uso correto de equipamentos de segurança

3 DG

Ministrar palestras, cursos e oficinas

4 DG

Elaborar livros, artigos, etc

5 DG

Estabelecer condições contratuais

6 DG

Elaborar relatórios(dossiês)

7 DG

Emitir parecer técnico

9 DG

Contatar clientes

10 DG

**Z DEMONSTRAR  
COMPETÊNCIAS  
PESSOAIS**

Interagir com outras linguagens (ilustração, multimídia, etc...)

1 DG

Demonstrar capacidade de percepção

2 DG

Demonstrar capacidade de atenção

3 DG

Interagir com instituições e profissionais da área

4 DG

Demonstrar habilidade manual

5 DG

Demonstrar habilidade motora fina

6 DG

Demonstrar acuidade visual

7 DG

Demonstrar criatividade

8 DG

Demonstrar capacidade de síntese

9 DG

Cumprir normas e procedimentos de segurança

10 DG

Demonstrar afinidade com novas tecnologias

11 DG

Coordenar equipes

12 DG

Trabalhar em equipe

13 DG

Demonstrar capacidade de imaginação espacial

14 DG

**Legenda das ocupações da família**

DG - DESENHISTA INDUSTRIAL GRÁFICO (**DESIGNER GRÁFICO**)

Relatório Tabela de Atividades

Família Ocupacional: 3731 - Técnicos de operação de registros sonoro/audiovisuais

Áreas	Atividades			
A <b>CHECAR</b> FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS	Ligar/desligar equipamentos	Testar equipamentos	Realizar checklist dos equipamentos e sistemas	Detectar problemas
	1 OMA	2 OMA	3 OMA	4 OMA
	Verificar configuração dos equipamentos	Checar sinal	Verificar referências de tempo	Sincronizar referências de tempo
	5 OMA	6 OMA	7 OMA	8 OMA
	Realizar manutenção primária	Acionar manutenção		
	9 OMA	10 OMA		
C <b>EXECUTAR GRADE DE</b> PROGRAMAÇÃO	Sequenciar playlist	Alterar playlist	Checar playlist	Comutar equipamentos de transmissão e/ou recepção
	2 OMA	3 OMA	4 OMA	10 OMA
D <b>TRATAR ÁUDIO</b>	Selecionar trilhas sonoras	Editar áudio (trilha sonora, música, vinheta, comercial, chamada promocional)	Editar programas	Sonorizar vídeos, vinhetas e comerciais
	1 OMA	2 OMA	3 OMA	4 OMA
	Adicionar áudios especiais	Mixar áudio	Nivelar modulação	Captar áudio
	5 OMA	6 OMA	7 OMA	8 OMA
	Gravar áudio	Distribuir áudio	Masterizar produto	Adequar formato do material para veiculação
	9 OMA	10 OMA	11 OMA	12 OMA
	Conectar/desconectar a linha do ouvinte	Arquivar conteúdo final		
	13 OMA	14 OMA		
E <b>MANIPULAR ÁUDIO E</b> VÍDEO	Receber material	Gravar conteúdo	Gerar conteúdo	Configurar equipamentos audiovisuais
	1 OMA	4 OMA	5 OMA	7 OMA
	Organizar conteúdo de exibição, edição e gravação			
	8 OMA			
F <b>CONFERIR QUALIDADE</b> TÉCNICA DO CONTEÚDO	Avaliar material recebido	Monitorar qualidade de áudio e vídeo	Monitorar sinais de entrada e saída	Conferir material captado
	1 OMA	3 OMA	5 OMA	6 OMA

	Acionar sistema de contingência e/ou redundância			
	7 OMA			
<b>G ADMINISTRAR TRÁFEGO DE SINAL</b>	Monitorar qualidade técnica do sinal	Canalizar sinais		
	2 OMA	5 OMA		
<b>Y COMUNICAR-SE</b>	Verificar agenda de rotina de trabalho	Interagir com áreas afins	Registrar medidas e/ou ocorrências	Relatar ocorrências
	1 OMA	2 OMA	3 OMA	4 OMA
	Emitir parecer técnico	Instruir auxiliares (iluminação, áudio e caboman)	Elaborar relatórios	
	5 OMA	8 OMA	11 OMA	
<b>Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS</b>	Trabalhar em equipe	Trabalhar sob pressão	Demonstrar capacidade de iniciativa	Demonstrar sensibilidade
	1 OMA	2 OMA	3 OMA	4 OMA
	Demonstrar capacidade de concentração	Demonstrar capacidade de autocontrole	Demonstrar capacidade de organização	Demonstrar criatividade
	5 OMA	6 OMA	7 OMA	8 OMA
	Demonstrar raciocínio lógico	Demonstrar capacidade de atenção difusa	Administrar horário	Demonstrar acuidade auditiva
	9 OMA	10 OMA	11 OMA	12 OMA
	Demonstrar dedicação			
	14 OMA			

### Legenda das ocupações da família

OMA - **OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL**



## MINISTÉRIO DA DEFESA

### APÊNDICE VII

#### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

**ASSUNTO:** Prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados, de forma contínua, compreendendo 6 (seis) postos de jornalista, 2 (dois) postos de publicitário, 2 (dois) postos de editor de mídia audiovisual, 1 (um) posto de operador de câmera, 3 (três) postos de design gráfico, 1 (um) posto de operador de mídia audiovisual.

**REFERÊNCIA:** \_\_\_\_/202\_\_ **Processo Pagamento nº:** \_\_\_\_\_

#### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o Órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO VIII-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, sempre que:

1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e

1.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **2. OBJETIVOS A ATINGIR**

2.1. A prestação dos serviços em elevados níveis de qualidade.

2.2. A utilização do Instrumento de Medição de Resultado – IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas no Contrato e no Termo de Referência, de forma contínua e com níveis de qualidade aceitáveis, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização instituída em Portaria, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

### 3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido.

3.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

3.3. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

3.4. **A aferição dos serviços** será realizada sempre **até o 5º (quinto) dia do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, sob a responsabilidade do fiscal técnico do contrato, informando a contratada o resultado da avaliação mensal do serviço.

3.5. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

### 4. DA NOTIFICAÇÃO

4.1. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

4.2. A notificação quanto à existência de irregularidades na prestação dos serviços do Contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato, devendo a irregularidade ser disposta no livro de ocorrências.

4.3. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de Notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido.

4.4. O Termo de Notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal de Contrato.

4.5. Havendo divergência quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA apresentar suas razões por meio de documento formal.

### 5. SANÇÕES

5.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em Contrato.

5.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis

previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

5.3. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR deve ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que assumirá junto à CONTRATANTE. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é um instrumento ágil e com o objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa CONTRATADA deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

5.4. A análise dos resultados destas avaliações pela CONTRATANTE poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a CONTRATADA não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

5.5. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

5.6. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

5.7. Durante a execução contratual poderão ser adotados novos Instrumentos de Medição de Resultado, sendo possível, entretanto, a alteração ou a renegociação dos IMR pré-estabelecidos no Termo de Referência – TR, desde que esteja prevista no Edital e no Contrato ou instrumento equivalente, tecnicamente justificada, não implique acréscimo ou redução do valor contratual do serviço além dos limites de 25% permitidos pelo art. 125, da Lei nº 14,133/21, e não configure descaracterização do objeto licitado, em atenção ao Acórdão nº 717/2010-Plenário, TC-009.511/2009-6, rel. Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 07.04.2010.

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

6.1.2. A contratante poderá alterar os procedimentos de metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

6.1.3. A cada ocorrência verificada entre os indicadores 1, 2 e 3 será retirado 1 (um) ponto na avaliação dos serviços. A cada ocorrência verificada no indicador 4 será retirado 5 (cinco) pontos na avaliação dos serviços.

6.1.4. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final, o qual o resultado será 200 (duzentos) pontos subtraídos pela pontuação obtida das ocorrências dos indicadores.

6.2. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação.

ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ASCOM)	
ITEM	DESCRIÇÃO
<b>Finalidade</b>	Contratação de empresa de prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados, de forma contínua, compreendendo 6 (seis) postos de jornalista, 2 (dois) postos de publicitário, 2 (dois) postos de editor de mídia audiovisual, 1 (um) posto de operador de câmera, 3 (três) postos de design gráfico, 1 (um) posto de operador de mídia audiovisual.
<b>Meta a cumprir</b>	Obediência ao disposto nas Cláusulas Contratuais.
<b>Instrumento de medição</b>	Sistemática disponibilizado pelo Contratante, estipulado no contrato, particularmente no que se refere a tabela de pontuação para glosas.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Livro de ocorrências.
<b>Periodicidade</b>	Mensal.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Registro no livro de ocorrências. Registro de correção das falhas apontadas. Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. De acordo com a tabela de descontos do Instrumento de Medição de Resultado.
<b>Início de Vigência</b>	No ato da assinatura do Contrato.
<b>Faixas de ajustes no pagamento e sanções</b>	2 Pontos - glosa de 0,20% na fatura 3 Pontos - glosa de 0,40% na fatura 4 Pontos - glosa de 0,80% na fatura 5 Pontos - glosa de 1,60% na fatura 6 Pontos - glosa de 3,20% na fatura 7 Pontos - glosa de 4,00% na fatura 8 Pontos - glosa de 6,00% na fatura 9 Pontos - glosa de 8,00% na fatura 10 Pontos ou mais - glosa de 10,00% na fatura
<b>Observações</b>	Todas as ocorrências registradas no livro serão notificadas à Contratada estipulando prazo para solução das falhas apontadas. Cada falha apontada será considerada 1 (uma) ocorrência. Se a falha não for corrigida dentro do prazo estipulado, será anotada no livro e considerada como uma nova falha, estipulando novo prazo para correção. Esta situação deverá ser considerada até que o problema seja definitivamente solucionado. Todos os registros serão datados. Todas as ocorrências serão descritas no relatório mensal a ser enviado ao Departamento de Administração Interna, acompanhado da fatura atestada para liberação de pagamento.

INFRAÇÕES	GRADUAÇÃO				
	1	2	3	4	5
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;				X	
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;		X			
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;			X		
Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	X				
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.			X		
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço.		X			
Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	X				
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.					X
Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.			X		

<b>Tabela de Glosas sobre Assiduidade do Apoio Administrativo (jornalista, editor de mídia audiovisual, designer gráfico, diagramador e publicitário)</b>	
Faltas	Glosa sobre o Valor Mensal
0 - 20	1%
21 - 40	2%
41 - 80	5%
81 - 200	10%
201 -	Sanção por Inexecução Parcial do Objeto



MINISTÉRIO DA DEFESA

APÊNDICE VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A  
INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
(MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os  
seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:  
Nome do Órgão/Empresa      Vigência do Contrato      Valor total do contrato\*


Valor total dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO

- a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao patrimônio Líquido da licitante.

**Fórmula de cálculo:**

$$\frac{(\text{Valor total dos contratos})}{\text{Valor do Patrimônio Líquido}} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*.

- b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

**Fórmula de cálculo:**

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE IX**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente instrumento, eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_, neste Ministério, na qualidade de USUÁRIO (A) da rede de computadores ou CUSTODIANTE de informações da administração central do Ministério da Defesa (administração central do Ministério da Defesa), declaro ter conhecimento da Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGDP, segundo as quais, sem restar qualquer dúvida de minha parte, devo cumprir todas as suas diretrizes e orientações. Estou ciente de meu compromisso no Ministério da Defesa e assumo a responsabilidade pelas consequências decorrentes da não observância do disposto na Política de Segurança da Informação – POSIN da Administração Central do Ministério da Defesa e nas legislações vigente.

(Cidade-UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Nome completo Identidade:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome completo Identidade:

\_\_\_\_\_  
Nome completo Identidade:



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE X**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

A \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara que, para fins da execução do contrato nº \_\_\_\_\_, comprometemo-nos a manter em sigilo, ou seja, não revelar ou divulgar as informações confidenciais ou de caráter não público recebidas durante e após a prestação dos serviços nas instalações do Ministério da Defesa – MD, tais como: Informações técnicas, operacionais, administrativas, econômicas, financeiras e quaisquer outras informações, escritas ou verbais, fornecidas ou que venham a ser de nosso conhecimento, sobre os serviços licitados, ou que a eles se referem e ainda respeitar as normas de segurança vigentes. A violação dos termos deste instrumento resultará na aplicação das penalidades cabíveis ao infrator, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-lhe, ainda, a isentar e/ou indenizar o Ministério da Defesa – MD de todo e qualquer dano, perda, prejuízo ou responsabilidade, em virtude de demandas, ações, danos, perdas, custas e despesas que porventura venha a sofrer como resultado da violação do disposto neste instrumento.

(Cidade-UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Nome completo Identidade:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome completo Identidade:

\_\_\_\_\_  
Nome completo Identidade:



MINISTÉRIO DA DEFESA

APÊNDICE XI

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA FACULTATIVA**

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº \_\_\_\_/202\_\_, que a Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio de seu preposto, Sr.(a) \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, compareceu perante o representante da Assessoria Especial de Comunicação Social, e realizou avaliação prévia do local de execução dos serviços e local alocado para cada empregado do posto ao qual se deseja contratar, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome/ Seção

Declaro, junto ao Pregoeiro do MD, que a empresa se deu por satisfeita com as informações obtidas, junto a AC/MD, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_.

Nome do Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_.

Número da identidade do Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_.

**CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ**

(Dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

**OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE XII**

**DECLARAÇÃO DA LICITANTE**

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, situada, (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, em atendimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, declara sob as penalidade da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Administração Central do Ministério da Defesa.

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante ou Preposto da Empresa



## **MINISTÉRIO DA DEFESA**

### **APÊNDICE XIII**

#### **TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antônio da Silva Machado, pela SubProcuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º., “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do

fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas; CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

#### RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) Serviços de limpeza;
- b) Serviços de conservação;
- c) Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) Serviços de recepção;
- e) Serviços de copeiragem;
- f) Serviços de reprografia;
- g) Serviços de telefonia;
- h) Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) Serviços de auxiliar de escritório;
- k) **Serviços de auxiliar administrativo;**
  - l) Serviços de office boy (contínuo);
  - m) Serviços de digitação;
  - n) Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
  - o) Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
  - p) Serviços de ascensorista;
  - q) Serviços de enfermagem; e
  - r) Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, o licitante vencedor do certame deverá comprovar a condição de empregador dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo Contrato.

### **DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o Contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

## **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

## **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os Contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 5 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**  
Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO**  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª. Região Advogado da União

**Testemunhas:**

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –  
ANAMATRA

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**  
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

**REGINA BUTRUS**  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL – PROCESSO Nº 00810-2006-017.10.00.7**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pela Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, e pelos Procuradores do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso e Dra. Vivian Rodriguez Mattos, e a **UNIÃO**, neste ato representada pela Advocacia Geral da União, por meio do Advogado-Geral da União, Dr. José Antônio Dias Toffoli, e pelo Procurador-Geral da União, Dr. Luís Henrique Martins dos Anjos, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo Silva, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, combinado com o art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.492, de 1 de maio de 1943).

**CONSIDERANDO** a existência da Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face da UNIÃO, cujo objeto versa sobre a intermediação irregular de mão de obra praticada no âmbito da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que existem outras ações civis públicas ajuizadas e vários procedimentos investigatórios em diversas Procuradorias Regionais do Trabalho envolvendo o tema da terceirização imprópria em órgãos da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que o Enunciado nº 331, I, do Tribunal Superior do Trabalho, estabelece que a contratação de trabalhadores por meio de empresa interposta é ilegal, salvo nos casos previstos na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997, estabelece os parâmetros para a identificação dos serviços passíveis de terceirização no âmbito da Administração Pública Federal;

**CONSIDERANDO** que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou ao Tribunal de Contas da União proposta para substituir empregados terceirizados por servidores concursados, tal como ficou assentado no acórdão nº 1520/2006-TCU;

**CONSIDERANDO** que a União vem sendo responsabilizada de forma subsidiária por créditos trabalhistas insatisfeitos de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, na forma da Súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho;

**CONSIDERANDO** as reuniões preparatórias realizadas entre o Coordenador Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública e Assessores Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nas quais restou consolidado o entendimento de que a abrupta solução de continuidade na prestação de tais serviços terceirizados poderia gerar ofensa a bem jurídico de igual importância àquele tutelado na referida Ação Civil Pública;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do Poder Executivo Federal, a matéria de pessoal é da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

**CONSIDERANDO** a relevância e a obrigatoriedade de regularização de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados;

**RESOLVEM CELEBRAR**

## **TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL,**

nos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A UNIÃO se compromete a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

**Parágrafo 1º** A responsabilidade pela contratação de serviços terceirizados em desacordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, será da autoridade competente para assinatura do contrato e do respectivo ordenador de despesas, solidariamente.

**Parágrafo 2º** O responsável pela assinatura dos contratos no âmbito de cada ministério, órgão ou entidade deverá identificar as atividades terceirizadas, o quantitativo total de terceirizados e a indicação das parcelas de recursos orçamentários que deixarão de ser disponibilizadas em decorrência da regularização gradativa das contratações conforme o cronograma e proporções estabelecidas na cláusula terceira deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A UNIÃO se compromete a regularizar a situação jurídica dos seus recursos humanos, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997.

**Parágrafo 1º** Os órgãos da Administração Pública Federal deverão elaborar, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta de regularização da situação jurídica dos seus recursos humanos, que deverá conter, necessariamente:

8.1.1. o quantitativo de pessoal necessário para substituir trabalhadores terceirizados que estejam em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997;

8.1.2. o quantitativo de cargos, empregos e/ou funções públicas a serem criados, se for o caso;

8.1.3. a previsão de realização de concursos públicos para a admissão de novos servidores e/ou empregados públicos;

8.1.4. o impacto orçamentário-financeiro das medidas;

8.1.5. o cronograma de execução.

**Parágrafo 2º** O ato que autorizar a realização de concurso público deverá prever expressamente que os novos provimentos estarão vinculados ao pleno cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo 3º** O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá adotar as medidas necessárias no âmbito de sua competência para a regularização da situação jurídica dos recursos humanos de cada órgão da Administração Pública Federal, como autorização para a realização de concursos públicos, encaminhamento de projetos de lei relativos à reestruturação de carreiras e à criação de novos cargos, empregos e/ou funções públicas e previsão de disponibilidade orçamentária para cobrir as novas despesas.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O adimplemento das obrigações ora ajustadas obedecerá rigorosamente ao cronograma a seguir estabelecido:

8.1.5.1. até **31/07/2008**, deverão estar concluídas, pelo Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, as propostas de regularização da situação jurídica dos recursos humanos de todos os órgãos da administração pública federal, com fundamento em estudos que demonstrem as reais necessidades da força de trabalho realizada pelos terceirizados;

8.1.5.2. até **31/07/2009**, a União deverá substituir, no mínimo, 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

8.1.5.3. até **31/12/09**, a União deverá substituir, no mínimo, mais 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

8.1.5.4. até **31/12/10**, a União deverá substituir todos o pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, ultimando a adequação de que trata a cláusula segunda do presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo Único** – Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar a realização dos respectivos concursos públicos, obedecidos os devidos preceitos legais.

**CLÁUSULA QUARTA.** A União se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**CLÁUSULA QUINTA.** O descumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação sujeitará a União à multa (*astreinte*) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil Reais), por obrigação descumprida (cláusulas e/ou seus parágrafos, incisos ou alíneas), por trabalhador encontrado em situação jurídica irregular, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos dos arts. 5º, § 6º, e 13 da Lei nº 7.347, 24 de julho de 1985, com obrigatório regresso em desfavor do agente público responsável, independentemente das demais cominações e providências que poderão vir a ser requeridas pelo Ministério Público do Trabalho.

**Parágrafo 1º** A cobrança da multa não desobriga a UNIÃO do cumprimento das obrigações contidas no presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo 2º** Independentemente das autoridades indicadas como diretamente responsáveis pelo cumprimento do presente Termo de Conciliação, o agente público que, em nome da Administração Pública Federal, firmar ou permitir que terceiros, estranhos à Administração, firmem contrato de prestação de serviços em contrariedade às disposições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no *caput* desta cláusula, além de outras sanções administrativas e penais cabíveis.

**CLÁUSULA SÉXTA.** O presente Termo de Conciliação produzirá efeitos legais a partir da sua celebração, devendo ser submetido ao MM. Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF para homologação, a fim de conferir-lhe eficácia de título executivo judicial.

Estando assim, justos e compromissados, firmam o presente instrumento, para que produza os seus efeitos legais.

Brasília, 05 de novembro de 2007.

JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFOLI  
Advogado-Geral da União

PAULO BERNARDO SILVA  
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão  
OTÁVIO BRITO LOPES  
Procurador-Geral do Trabalho  
LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS  
Procurador-Geral da União

FÁBIO LEAL CARDOSO  
Procurador do Trabalho

VIVIANN RODRIGUEZ MATTOS  
Procuradora do Trabalho



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**APÊNDICE XIV**

**AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA VINCULADA**

Em cumprimento do disposto no art. 19-A e no anexo VII, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, com as alterações introduzidas pela IN SLTI/MPOG nº 3, de 15/10/2009 (DOU de 16/10/2009), a empresa: ....., CNPJ nº ....., sediada no ....., à rua ....., Bairro ....., DECLARA estar de acordo com as seguintes condições: Abrir, em seu nome no Banco do Brasil S.A, uma conta corrente vinculada, na qual serão depositados os valores descritos abaixo: Deduzir de suas faturas mensais os valores correspondentes às provisões para 13º salário, férias e abono de férias, adicional do FGTS para rescisões sem justa causa e impacto sobre férias e 13º salário, dos seus empregados vinculados à contratação decorrente do Pregão nº \_\_\_\_/2023, Processo nº 60043.000166/2023-56 nos montantes determinados pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, os quais serão depositados na referida conta vinculada. A aplicação destas disposições ficará condicionada à vigência do Acordo de Cooperação nº 005/DIOFI/COLIC/2011, celebrado entre o Ministério da Defesa e o Banco do Brasil, CNPJ Nº 00.000.000/0001- 91, o qual terá efeito subsidiário às Instruções Normativas citadas neste documento que determina as condições para abertura, acesso e movimentação da conta corrente vinculada. Declara, ainda, ter conhecimento de que os valores depositados somente poderão ser movimentados ou sacados mediante autorização do Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI), exclusivamente para as situações previstas na Instrução Normativa IN nº 5/2017.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

---

Representante da licitante

Qualificação do representante:

Nome:

Cargo ou Função:

CPF:

Documento de Identidade: